







LÉON REGRAY

O café do Brasil em 1934

Edição do
Departamento Nacional do Café
Rio de Janeiro

1935

663.93 338 (21)
19343

I. E. C.
BIBLIOTECA

N.º 1485

14 11 962

RIO DE JANEIRO

P R E F Á C I O

Ninguém ousaria prever, há um ano atrás, a situação estatística que o café atualmente apresenta. A melhoria verificada provém da aplicação firme de medidas ditadas pelas circunstâncias. Ela se traduziu nos preços por uma alta muito importante e rápida: em menos de três meses excederam o dôbro para o produtor brasileiro. Houve, pois, para êste como para os seus concorrentes, uma mudança radical. Tão radical que parece prevalecer o sentimento de que a situação está resolvida de fato, que a crise do café terminou, voltando o produto novamente aos seus bons tempos.

Tentaremos, em um novo estudo, observar e resolver êste assunto. Num exame completo da situação, vamos nos esforçar por vêr em que difere a situação atual da anterior, no que o futuro diferirá do presente e porque.

Certamente não é fácil a tarefa. Mais difficil ainda é prever o futuro de um modo absoluto. Mas, pôde-se dizer que um trabalho sério, de observação, feito com o desejo de atribuir a cada argumento e a cada possibilidade o seu valor exato, nos leva a conclusões cuja significação tem a sua importância.

Si tivemos a felicidade de publicar trabalhos cujas conclusões foram mais que confirmadas pelas circunstâncias, não o devemos, sómente, á boa ou á má sorte. Mas, apenas, porque depois de pesadas as eventualidades, conservando-nos nos limites das probabilidades razoáveis, chegámos a um resultado que sómente fatores excepcionais poderiam destruir. E a exceção era tão rara que não se deu.

Tivemos a honra, em começo de Novembro último, de ser convidado pelo D.N.C. a vir ao Brasil. O convite, sem fixação de data, se nos afigurou interessante para ser aceito imediatamente, e isso por nos parecer que a situação do café se havia de tal maneira modificado, que estava a exigir novo exame. Conseguimos fazê-lo, no devido tempo e com a maior independência, graças ao D.N.C., que nos forneceu todo o material, todos os documentos de que necessitavamos.

O enorme auxílio que assim nos foi prestado nos impõe o dever de agradecer aqui a todos os colaboradores do D.N.C., que se puzeram á nossa disposição, e especialmente ao Sr. Presidente Armando Vidal, a quem devemos a honra do convite e que, compreendendo a necessidade de nos deixar inteiramente livres na feitura de nosso inquérito, expediu as necessárias ordens, atendendo-nos sempre com a maior solicitude.

Capítulo I

HISTÓRICO

No "Balanço da Proteção Agrícola" fizemos o histórico das medidas adotadas no Brasil para a defesa do café, desde Junho de 1922 até meados de 1932. Explicámos como esta defesa, praticamente, só fôra feita pelo Estado de São Paulo. Mostrámos, também, que o Instituto de Defesa do Café de São Paulo, apesar de seus esforços para obter dos demais Estados a indispensável cooperação, só a conseguira aparentemente: as restrições, notadamente, impostas a outros portos, exceto o de Santos, não eram eficazes e, conquanto o Instituto tivesse podido realizar reuniões regulares com os representantes dos outros Estados brasileiros produtores de café, nenhuma medida efetiva de restrição foi adotada por parte desses Estados.

Os convênios davam ao produtor paulista a ilusão de que os lavradores dos demais Estados se subordinavam também ás restrições.

E' claro que uma tal situação não podia prolongar-se. Em primeiro lugar, porque a verdade teria que aparecer e, em seguida, porque o onus da defesa, cada vez mais forte, seria excessivo para que São Paulo, só, pudesse suportá-lo.

E' assim que, sob a influência, já citada, do Govêrno Provisório:

1. a aquisição dos estoques—exceto o do Govêrno do Estado de São Paulo adquirido para garantia do empréstimo de £20.000.000—ficou a cargo, por decreto de 11 de Fevereiro de 1931, do Govêrno Federal;
2. em Abril de 1931 (27-29-30), os representantes do Estado de São Paulo, Minas, Paraná, Espírito Santo e Rio de Janeiro, instituindo a taxa de 10 sh. por saca, destinada a cobrir as compras e destruições, propuzeram ao Govêrno Federal a criação de um Conselho dos Estados Cafeeiros.
3. em 16 de Maio de 1931, o Govêrno Federal deu personalidade jurídica ao Conselho Nacional do Café, sob a fórmula que lhe fôra proposta pela reunião dos representantes dos Estados.

A partir de 16 de Maio de 1931, o Conselho Nacional do Café, adquiriu por decretos sucessivos, poderes cada vez mais amplos, até lhe ser confiada a direção da política cafeeira, não apenas do

Estado de São Paulo, mas de todo o Brasil. O Instituto de Café do Estado de São Paulo foi destituído, pouco a pouco, de seus poderes efetivos e o decreto de 24 de Julho de 1931 cassou-lhe, de fato, a autoridade, não lhe deixando senão atribuições administrativas e agrícolas.

Entretanto, sómente por decreto de 7 de Dezembro de 1931, em consequência do Convênio dos Estados cafeeiros realizado em 30 de Novembro do mesmo ano, foi o Conselho Nacional do Café instituído definitivamente sendo, então, determinadas as suas atribuições. Este decreto, cujo teor essencial já demos em publicação anterior (e cujo texto completo se encontra, bem como o de todas as outras medidas tomadas posteriormente, na "Legislação Cafeeira do Brasil", publicada pelo D.N.C. em Outubro de 1933), comportava, além da constituição definitiva do Conselho, duas medidas essenciais:

A primeira era a elevação de 10 sh ouro a 15 sh ouro da taxa de exportação do café, destinando-se os 5 sh ouro suplementares á amortização do empréstimo de £20.000.000, de São Paulo; o Estado de São Paulo reembolsaria a seus lavradores a taxa de 3 sh que recebia por êste empréstimo. As quantias excedentes seriam igualmente devolvidas aos outros Estados, proporcionalmente ás suas exportações.

A segunda era a eliminação, dentro de um ano, a contar de 7 de Dezembro de 1931, de 12.000.000 de sacas de café, á razão de um milhão por mês.

Como demonstraremos no capítulo das destruições, essa operação não se realizou absolutamente como havia sido prevista. Dificuldades de toda espécie vieram entravá-la. A própria constituição do C.N.C., dando igual direito de voto a cada Estado cafeeiro, impossibilitou qualquer ação eficaz; e o texto do acôrdo de Novembro de 1931 mostra as concessões compensadoras que São Paulo havia feito aos outros Estados, afim de obter a cooperação dêstes em pontos fundamentais.

A desconfiança do mundo consumidor de café em face da exequibilidade das providências tomadas pelo C.N.C., aumentou rapidamente, crescendo quando, nos primeiros meses de 1932 se publicaram, simultaneamente, as cifras das destruições e das retiradas, o que não correspondia absolutamente ás estatísticas. Ademais, não se dava publicidade suficiente ás destruições realizadas no interior de São Paulo. Além disto, como demonstramos pormenorizadamente no capítulo das destruições, não passavam estas, em Fevereiro, de 350.000 sacas, isto é, o terço da quantidade prevista. O acréscimo só veio mais tarde para dar um total de 5.903.000 sacas para os sete primeiros meses.

Infelizmente outros acontecimentos sobrevieram e o C.N.C., em fins de Novembro de 1932, não tinha conseguido fazer destruir, desde o início de Dezembro de 1931, senão cerca de 7.800.000 sacas, ou sejam dois terços do que se havia prometido eliminar. A razão principal foi a revolução de São Paulo, no segundo semestre de 1932. Durante dois ou três meses, as destruições ficaram mais

ou menos suspensas em Santos e em São Paulo. Além da duração da própria revolução, é preciso considerar um período de muitos meses de grande agitação política interna, que retardava, de mês para mês, a execução das medidas adotadas.

Entretanto, o C.N.C. entendia prosseguir na sua política de destruição de estoques inúteis e de conservação onerosa; manifestando, além disto, o desejo de voltar progressivamente a liberdade de comércio, embora mantendo, provisoriamente, a determinação de dividir sempre as colheitas futuras em 24 partes, das quais uma devia ser vendida mensalmente para exportação (decreto de 16 de Maio de 1931, do Gov. Prov.)

O C.N.C. publicou, em meados de 1932, um relatório de seus trabalhos, desde 24 de Abril de 1931 a 24 de Abril de 1932. Apresentando os resultados obtidos e expondo o modo pelo qual tinham sido realizados, o documento, entretanto, não deixava de ser bastante pessimista: concluía, em resumo, pela impossibilidade de se manter a orientação seguida no ano precedente.

Os pontos capitais do relatório referiam-se ás compras, á eliminação e ao equilíbrio do orçamento do C.N.C. Em seguida estudavam a qualidade do café produzido no Brasil, o efeito dos preços sobre a produção dos demais países concorrentes e a propaganda nos países consumidores.

No tocante ao financiamento, o C.N.C. dizia ter recebido, proveniente das taxas de 3 sh., 10 sh. e 15 sh., a importância de 447 mil contos de réis (deduzidos 55.000 contos para o serviço do empréstimo de £20.000.000) e por empréstimo 293.000 contos, de um crédito de 600.000, aberto no Banco do Brasil. O emprêgo destas quantias estava distribuído em: compra de café, 460.000 contos; pagamentos realizados dos cafés retidos, 222.000 contos; serviço do empréstimo de £20.000.000, 40.000 contos; e o saldo, de cerca de 22.000 contos, representando despesas de funcionamento. Examinaremos, depois, êstes algarismos.

Na parte relativa aos estoques e á produção, o C.N.C. declarava que a situação estatística do café ficaria perfeitamente restabelecida em 30 de Junho de 1933, em virtude da retirada do mercado pelo Governo Provisório, de 28 a 30 milhões de sacas. Mas o C.N.C. omitia a dificuldade evidente que resultava da comparação entre as 18.800.000 sacas retidas em 30 de Junho de 1931 e os 28 a 30 milhões de sacas a serem retiradas do mercado, um ano mais tarde.

Por outro lado, não escondia o C.N.C. que a colheita de 1933-34 havia de ser grande e que medidas excepcionais deviam ser adotadas para liquidação do novo excesso. Aí o C.N.C. limitava-se a encerrar a possibilidade de revisão nas tarifas alfandegárias estrangeiras, o que não era mais do que um paliativo irrisório e, ao mesmo tempo, a falta de exame do problema.

A ação do C.N.C. divide-se, efetivamente, em dois períodos: o que corresponde á presidência do Sr. Marcos de Souza Dantas (Dezembro de 1931 a Julho de 1932), e o da presidência do Sr. Roquette Pinto.

No primeiro período, dado o modo pelo qual está constituído o C.N.C., o Estado de São Paulo exerce a presidência mas, em retribuição ás medidas de que necessita, é forçado a fazer aos demais Estados concessões correspondentes; eis porque a sua ação se limita aos resultados parciais que assinalamos.

Por ocasião da revolução o Sr. Souza Dantas foi substituído pelo Sr. Roquette Pinto.

Durante os vários meses de extrema agitação interna, a ação do C.N.C. ficou, por assim dizer, paralizada quanto a novas iniciativas. As destruições que se fizeram são as que constam, em detalhe, do capítulo respectivo. Durante êsses meses firmaram-se contratos de propaganda (V. cap. VI) que deram motivo a um movimento de protesto por parte do comércio do Rio. Não é êste, aliás, o único motivo de descontentamento; o comércio de exportação do Rio de Janeiro se declarou praticamente em greve; o presidente do C.N.C., foi forçado a demitir-se, tendo sido substituído pelo Sr. Armando Vidal Leite Ribeiro.

O representante do Estado de Minas no C.N.C. pediu demissão afim de permitir a volta imediata do Sr. Roquette Pinto ao seu lugar.

Para resolver a situação, o Governo Provisório dissolve o C.N.C. e institue o Departamento Nacional do Café, órgão federal, creado por decreto de 10 de Fevereiro de 1933.

O Departamento deve ser dirigido por três diretores, nomeados livremente pelo Governo Federal. Existe, ainda, um Conselho Consultivo constituído por um representante do comércio, para os portos do Rio, de Santos e de Vitória.

Em complemento ao decreto federal de 10 de Fevereiro, foram elaborados dois regulamentos, em 17 e 23 de mesmo mês. Expediu-os o Ministro da Fazenda, Sr. Dr. Oswaldo Aranha, de cujo Ministério ficou dependendo o D.N.C. de então em diante. O regulamento, minucioso, de 23 de Fevereiro de 1933, determina que um dos três diretores seja eleito presidente e estabelece uma série de dispositivos referentes ás funções e á execução dos serviços.

O Sr. Armando Vidal é mantido como presidente e o Sr. Alcibiades de Oliveira é seu diretor adjunto. O terceiro diretor nomeado não assumiu o exercicio, sendo o trabalho dirigido pelos dois citados até Fevereiro de 1934, quando entrou em função o Sr. Alcides Lins.

O D.N.C. tem, a seu encargo incumbências da mais relevante importância. Ficou encarregado da liquidação do C.N.C. e reençar a execução de medidas que não toram levadas a efeito. O seu maior trabalho, porém, vai decorrer do fato dos cafezais sucumbirem sob o pêso da colheita-*record* de São Paulo, que será tambem a colheita-*record* do Brasil, nas proximidades de 30 milhões de sacas.

Já o tempo urge, porque diante dessa enorme colheita se manifesta uma grande inquietação: pergunta-se por toda a parte quais as medidas que o Governo vai tomar para resolver a nova dificuldade que se vem juntar ás precedentes. Faltam, apenas, alguns

mêses para o início da colheita que os fazendeiros, devido mesmo á sua amplitude, desejam começar o mais cedo possível.

Afim de assegurar um mais fácil funcionamento financeiro, expediu-se o decreto de 17 de Março de 1933, que permitiu o redesconto pelo Banco do Brasil das letras de câmbio emitidas pelo D.N.C.

O próprio D.N.C. (V. o capítulo "Estôrnos") estabelece em 13 de Abril de 1933 (e mais precisamente a 18 e 28 Abril a 6 e 15 de Maio) a bonificação de 10% sobre as quantidades de café exportadas.

Por deliberação de 17 de Maio de 1933, o D.N.C. deu liberdade comercial aos cafés da colheita de 1933/34, de acôrdo com as especificações seguintes:

1. cafés de qualidade, para Rio, Vitória e Paranaguá, cafés do tipo 3 e mais altos, despulpados ou não, doces, bem preparados, de bom aspecto e completamente sêcos. Para Santos e Angra dos Reis, prevaleceram as mesmas condições com a exigência, porém, de que sejam estrictamente doces.
2. os cafés de estilo—Os cafés de tipo 2, perfeitamente sêcos, de boa torração e de côr uniforme, de peneira 17/18, exceto os bourbons genuinos, que são aceitos até a peneira 16.

O decreto estipulou, ainda, todas as regras para obtenção dos certificados de arbitragem, de classificação e de degustação.

Aos 26 de Maio de 1933 o D.N.C. tomou uma resolução capital, fazendo executar um dispositivo cujas bases haviam sido fixadas pelo Govêrno Provisório no ano anterior, na vigência do C.N.C.

Um decreto, datado de 22 de Novembro de 1932, parecia ter como objetivo a proibição, durante três anos, do plantio café em todo o Brasil, mesmo em substituição ás lavouras abandonadas. O decreto permitiu que subsistisse até 31 de Dezembro de 1933 o prazo para execução das autorizações concedidas em virtude do decreto de 30 de Abril de 1932 (sujeitando êste as plantações de café feitas a partir de 1.º de Julho de 1931, a um imposto de um mil réis por pé e por ano; mas estavam isentas dêste imposto as plantações novas, feitas nos Estados que não possuissem 50 milhões de pés; Paraná e Goiaz estavam neste caso).

Mas, êste decreto, de 22 de Novembro de 1932, concedendo ao Conselho Nacional o contróle das plantações, atribuiu-lhe, também, a propaganda e determinava que o Conselho "era autorizado a fixar, anualmente, uma proporção da produção de cada Estado (a mesma para todos) a qual seria adquirida pelo Conselho a um preço determinado ou simplesmente retida durante o tempo que o mesmo Conselho julgasse necessário." E' êsse dispositivo particular que o D.N.C. reconsidera, fazendo-o pela primeira vez executar pela resolução de 26 de Maio de 1933, relativa á colheita de 1933-34.

A colheita começára em 1.º de Julho para terminar em 30 de Junho do ano seguinte, e se dividir a em 3 partes:

40%—para quota destinada ao D.N.C. (e que tomou mais tarde o nome de quota de sacrificio).

30%—quota refida, posta no mercado; ficará sujeita eventualmente a certas restrições.

30%—quota livre.

Nada indica, nêsse momento, o modo por que a quota do D.N.C. lhe será entregue. Também nada se determina quanto á indenização a receber.

Em vista da atividade que desenvolvem os lavradores na colheita, o D.N.C. resolveu, na mesma data de 26 de Maio de 1933, refer os cafés da nova safra expedidos a partir de 10 de Abril precedente.

Se as expedições já feitas abrangerem os cafés da colheita anterior, êstes serão assimilados aos cafés da nova colheita. Todas as expedições feitas a partir de 10 de Abril anterior serão incluídas na colheita que deve começar a 1.º de Julho. A liberação será datada de 1.º de Julho seguinte, mediante um desconto de 40% a favor do D.N.C. E como em 17 de Maio, o D.N.C. deu liberdade de transporte e comércio aos cafés de qualidade e de estilo, determinou que êstes cafés ficassem sujeitos á quota de 40%, sob compromisso de entrega ulterior pelo expedidor de outros cafés não inferiores ao tipo 8.

Em 8 de Junho de 1933 expediram-se, por um novo decreto, todas as medidas necessárias, salvo a determinação do preço, que será fixado a 24 de Junho de 1933, em trinta mil réis por saca de sessenta quilos, ainda que o tipo possa ser inferior ao tipo 8. Os impostos, taxas federais, estaduais e municipais, são por conta dos expedidores e o frete por conta do D.N.C.

No momento em que aparece o decreto instituindo definitivamente a quota D.N.C., a expedição regular é iminente.

Lavrou sucessivamente o D.N.C., nessa ocasião, uma série de decretos para precisar as condições de aplicação do decreto inicial.

Foi feita, em primeiro lugar, a 30 de Junho, a publicação (V. capitulo "Estatística) das avaliações das safras feitas pelo D.N.C., com a discriminação diária, mensal e anual das receitas, dos portos, com especificação para cada um dêles da parte proveniente de cada Estado.

Santos receberá por mês 989.000 sacas, das quais 900.000 de São Paulo, 75.000 de Minas, 10.000 do Paraná e 4.000 de Goiaz.

Rio receberá 275.000 sacas, sendo 50.000 de São Paulo, 150.000 de Minas, 15.000 do Espírito Santo e 60.000 do Estado do Rio.

Vitória, para 100.000 sacas mensais, receberá um quarto de Minas e três quartos do Espírito Santo.

Baía, sobre 17.000 sacas mensais, receberá 10.000 do Estado da Baía e 7.000 do Estado de Minas.

Os outros portos indicados receberão por mês: Angra dos Reis, 15.000 sacas de Minas; Paranaguá, 15.000 sacas do Paraná; Recife, 3.000 sacas de Minas, 5.000 sacas de Pernambuco.

Em 1.º de Agosto de 1933, o D.N.C., fixou para pagamento dos cafés o prazo de 120 dias da data dos conhecimentos ou dos certificados de armazenagem, quando anteriormente êle os pagava a 60 dias da data de entrada nos armazéns.

Em seguida, tomaram-se outras resoluções, não só e especialmente para precisar as autorizações de substituição para os cafés que o expedidor não entregasse definitivamente ao D.N.C. mas pretendesse trocar mais tarde por outros (de qualidade mais baixa), como para as verificações muito numerosas que requer a entrega da quota de sacrifício. Foi necessário, também, afim de que nenhum café da quota do D.N.C. fosse inferior ao tipo 8, crear secções de classificação.

Por um dispositivo (realmente inexplicável) resolveu-se não considerar como defeitos os grãos atacados pela bróca, contanto que, por si sós, não constituam defeitos. E' uma resolução inexplicável, porque atribue a êsses cafés um valor fictício, e porque o fazendeiro, negligente no combate á bróca, no seu início, encontra aí um incentivo para perseverar nêsse máu caminho.

Convém, ainda, assinalar que, em fins de Junho e princípios de Julho de 1933, os cafés da quota do D.N.C. foram isentos, por vários Estados, do pagamento das taxas especiais (imposto de exportação *ad valorem* e taxa-ouro pelo Estado do Rio, imposto *ad valorem*, taxa-ouro e de transporte pelo Estado de Minas, taxa excepcional de 5\$000 pelo Estado de São Paulo, imposto estadual pelo Estado do Espírito Santo).

Encerramos, aquí, o capítulo "Histórico" e passamos a expôr, no capítulo seguinte, os pormenores do enorme esforço que acarretou a aplicação da quota D.N.C.

E' natural que esta obra considerável tenha absorvido completamente a atividade das agências do interior. Mas a quota de sacrifício, embora necessitando a princípio de decisões numerosas e também de uma vigilante assistência, está longe de constituir o único trabalho da diretoria do D.N.C. Prosseguindo a obra esboçada pelo Instituto de São Paulo e iniciada pelo C.N.C., o D.N.C. atacou, resolutamente, a questão do café em seu conjunto: cada um dos numerosos e diferentes serviços creador, trabalha dentro de sua esfera de ação. A direção adota, para cada uma deles, as medidas sugeridas pelos respectivos chefes.

Nenhum interêsse teria a discriminação, por ordem cronológica, dessas resoluções.

Julgámos preferível reunir em um capítulo intitulado "o trabalho técnico", todas essas questões sucessivamente estudadas. Isto nos permitiu não só fazer a exposição como o exame das medidas adotadas.

Capítulo II

O DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ DO BRASIL E SEU TRABALHO TÉCNICO

- I—O D.N.C.—SUA ADMINISTRAÇÃO E ORIENTAÇÃO.
- II—RETENÇÕES DAS COLHEITAS—A QUOTA DO D.N.C.—
ARMAZÉNS.
- III—COMPRAS GOVERNAMENTAIS E SEU FINANCIAMENTO.
- IV—DESTRUIÇÕES E SUAS ESTATÍSTICAS.
- V—SERVIÇOS ESTATÍSTICOS, DE INFORMAÇÕES E DE PROPAGANDA.
- VI—PROPAGANDA — CONTRATOS — CONTRA-PROPAGANDA E SUCEDÂNEOS.
- VII—TAXAS DE EXPORTAÇÃO—ESTÔRNOS—BONUS.
- VIII—SERVIÇOS TÉCNICOS DE AGRICULTURA.
- IX—A “BRÓCA” DO CAFÉ.

I

ADMINISTRAÇÃO E ORIENTAÇÃO DO D.N.C.

Há uma fáto particularmente notável que é preciso assinalar: a administração do Instituto de Café de São Paulo foi, sucessivamente, exercida por pessoas que nem sempre tinham verdadeiro conhecimento das cousas de cafés; mas eram todos paulistas, o que significava terem vivido e viverem no meio dos lavradores.

Deve-se acreditar que foi devido a esta influência o insucesso daquelas administrações.

Os paulistas, por demais interessados no café, não conseguiram encontrar o homem bastante independente, bastante enérgico e de largueza de vistas suficiente para impôr soluções criteriosas. Em última análise, qualquer observador imparcial é forçado a reconhecer que, sob a inspiração do Governo Provisório e de seu Ministro da Fazenda, Sr. Oswaldo Aranha, e na atual administração do Sr. Armando Vidal, presidente, a orientação do D.N.C. modificou-se completamente. Póde-se dizer que, num Governo Federal de que São Paulo foi excluído por fôrça das circunstâncias, nunca foi a política cafeeira tão bem dirigida, e por conseguinte mais favorável aos interesses dos paulistas, interesses todos representados pelo café.

O espírito prático, realista, sob que trabalha o D.N.C. é fundamentalmente diverso do que se poderia chamar visionário, com que agia o Instituto de Defesa de São Paulo.

E' verdade, também, que alguns escândalos apareceram. Mas basta observar, para nos convenceremos de que ainda existem ilusões, que o D.N.C., confiado a outras mãos, sob um outro Govêrno, teria orientação totalmente diversas. E o menos que se pôde dizer, é que sómente do D.N.C. se podem ouvir opiniões sensatas a respeito do café, sua situação' atual e futura, ao passo que em outras esferas e entre pessoas que criticaram violentamente ou criticam, ainda, o D.N.C. e a sua atual diretoria, é que aparece a expressão de ilusões funestas persistentes ou mesmo verdadeiros absurdos.

Citemos um exemplo afim de não sermos acusados de exagero: sendo o Brasil um país devedor, precisa de um elevado saldo de sua balança comercial para pagar seus compromissos. Daí o cálculo e a conclusão de que o café deve ser vendido pelo Brasil na base de 80 sh. por saca. Um relatório recente diz que "semelhante alta não se pôde produzir senão em circunstâncias muito especiais e excepcionais". Não diz que êsses preços são completamente absurdos, o que é, entretanto, evidente.

Aliás—e isto parece inverosímil—o relatório de um financista estrangeiro chegava á mesma conclusão, e somos forçados a dizer que êsse homem nada conhecia a respeito de produção do café.

O que há de realmente notável no D.N.C., assim como na sua secção técnica (que acaba de voltar, a 1.º de Janeiro último, para o Ministério da Agricultura) é que os dirigentes têm confiança e têm vontade. Confiança no seu país, na sua missão, e na eficiência de seu trabalho, fôrça de vontade na aplicação de medidas adotadas, e firmeza nessas decisões, qualidades indispensáveis que asseguram um resultado. Mais vale sempre uma vontade firme do que indecisa. Cumpre dizer que a orientação adotada talvez seja o inverso da que deveria ter sido seguida (como em 1927). Isto posto, é evidente que pequenos êrros são possíveis; mas a sua importância é diminuída pela firmeza da direção.

Basta ler o volume publicado pelo D.N.C. sob a legislação cafeeira em vigor no Brasil, para se ter a prova de uma absoluta continuidade de ação. Mas não se pôde encontrar aí, assim como em parte alguma, porque não foi dito, a minúcia com que se organizaram os serviços e o trabalho que a êles foi atribuído.

Tentaremos dar, sobre os mesmos uma idéia exata.

II

RETENÇÕES DE COLHEITAS—QUOTA D.N.C.—ARMAZÉNS

Desde 1927 que a produção de café do Estado de São Paulo não pôde vir livremente ao mercado; todas as safras foram sujeitas a medidas de restrição, afim de regularizar as receitas em Santos.

Ora, essas medidas acarretaram quasi que inevitavelmente, uma grande complicação. Daremos, a respeito, uma ligeira idéia:

sabe-se que, já a colheita de 1929/30 tinha sido dividida em 12 séries iguais, designadas alfabeticamente (de A a L).

A safra seguinte 1930/31 foi dividida em 12 séries numéricas (de 1 a 12).

A colheita de 1931/32 foi dividida em 12 séries numéricas, com algarismos romanos (I a XII) afim de evitar confusão com as séries da safra de 1930/31.

A colheita de 1932/33 foi novamente dividida em 12 séries alfabéticas, das quais a primeira levava a letra N e a última a letra V, afim de evitar também confusão com a de 1929/30.

A colheita de 1933/34 foi, também, dividida—parte em quotas de 40, 30 e 30 como acima foi dito, e parte em seis grupos de séries: as quotas retidas e livres constituem 12 séries-letras com o índice 33; as séries de A33 a F33 são as séries livres; as séries G33 a L33 (em sentido contrário aliás) são as séries retidas. Existem 7 séries numéricas (1 a 7) que correspondem á “quota D.N.C.”, excetuada a 7.ª série, que não está incluída nos 6 grupos e que é a série D.N.C. (direta); finalmente, cada mês comporta, além disto uma série preferencial, compreendendo os cafés isentos de retenção (lavados ou não, 2 e 3) como já se disse.

Em virtude dos sucessivos regulamentos e das substituições que foram autorizadas, a superposição de todas essas divisões de safras, deu em resultado, como dissemos, uma enorme complicação, á qual se tem de acrescentar, ainda, a seguinte: não se trata acima senão das colheitas do Estado de São Paulo. Ora, o porto de Santos recebe, também, cafés procedentes de outros Estados. De tal maneira, que, por exemplo, durante o mês de Setembro de 1933, as entradas no porto de Santos compreendiam:

Com procedência de São Paulo:

Colheita 1929/1930: café da série K.

» 1930/1931: café das séries 9, 10, 11 e 12.

» 1932/1933: café das séries M. N. O. P. Q. S. T. U. V.

» 1933/1934: café das séries A/33, B/33 e K/33.

» 1933/1934: café das séries 1, 2, e 7.

» 1933/1934: café da série preferencial, café para substituição, café por autorização especial.

Com procedência de Minas:

Colheita 1932/1933.

» 1933/1934.

Com procedência do Paraná:

Café da colheita de 1933/1934

Com procedência de Goiaz.

Café da colheita de 1933/1934.

Com procedência especial de São Paulo:

Café pertencente ao D.N.C.

E' inutil dar, aquí, todos os pormenores da divisão entre todas estas diversas séries. Basta enunciá-los para se avaliar as enormes dificuldades de escrita que resultaram desta situação. Para se

apreender completamente, é preciso levar em conta o número do armazéns reguladores que funcionam para as expedições das colheitas antigas, bem como o número de vias férreas e de estações que intervêm na expedição da safra corrente.

E' evidente que, já existindo essas dificuldades, a quota D.N.C., medida completamente nova, teria que se fazer acompanhar de uns tantos problemas, nem todos fáceis de se resolver.

A tarefa do D.N.C., de Junho de 1933 a Fevereiro de 1934, consistiu, principalmente, no considerável trabalho material a que deu lugar a quota de sacrificio.

Cabe aquí dar uma idéia dêste trabalho e de sua importância. Observando-se o pequeno quadro publicado pelo D.N.C., em 30 de Junho de 1933, encontra-se em uma única linha, sucessivamente enumerados por Estados, as quantidades de café que constituirão a quota D.N.C. para o escoamento do excesso da colheita de 1933-1934.

E' difícil imaginar a complexidade do trabalho que representa esta simples linha. Tentaremos dar uma idéia a respeito. Será o melhor elogio que se poderá fazer ao D.N.C. e á sua organização.

Sabe-se que o D.N.C. aproveitou a experiência anterior e que, por exemplo, os armazéns destinados a receber café existem desde muitos anos. Mas a quota D.N.C. é uma medida sem precedente, de carater geral e aplicável aos cafés futuros.

Até agora compraram-se lotes de café determinados. Compraram-se, também, em bloco, cafés armazenados. Mas é a primeira vez que se vão comprar quantidades tão grandes, disseminadas por todo o país e, na sua quasi totalidade, ainda nas árvores.

E' fácil compreender que a São Paulo caberão as maiores dificuldades, pois é aí que o trabalho vai ser muito mais importante.

A quota de sacrificio prevista atinge quasi doze milhões de sacas para todo o país. Mais de dois terços terão de vir do Estado de São Paulo. A agência daquele Estado vai se encarregar, ela só, da manipulação de uma quantidade imensa, manipulação que tentaremos esboçar.

E' no momento de embarque que, na própria estação, deve o expedidor proceder á divisão de sua remessa em 40% de quota de sacrificio e 60% (30% e 30%) de quota livre (V. Divisão em série das colheitas, pag. 13).

A propósito, sabe-se que a safra de cada lavrador é dividida em remessas mensais, muitas vezes em várias expedições dentro de um mesmo mês. Segundo uma recente estatística do Instituto do Café de São Paulo, existem cerca de 40 mil cafezais neste Estado. A cada remessa de um lavrador corresponde um certo número de lotes, bem como a cada uma das suas expedições da quota de sacrificio.

Por aí já se póde medir a extensão do número de lotes que o D.N.C., só em São Paulo, terá que examinar, verificar, receber e pagar afinal.

Representa imediatamente uma nova complicação o fato que, na maioria dos casos, não é o lavrador o proprietário do seu café

já vendido. Êle vai endossar os seus conhecimentos em favor do comprador e é o proprietário atual do café que, pagando ao fazendeiro um preço global contra conhecimento também global, vai, de um lado, dispor da mercadoria livre, e de outro lado, recolher na Agência do D.N.C. a quantia de 30\$ por saca, para a parte correspondente á quota de sacrificio.

Assim, a Agência de São Paulo, que tomamos para exemplo, é obrigada a verificar, diariamente, a classificação de todos os cafés que lhe são remetidos. Em cada remessa é preciso verificar o peso, porque o D.N.C. só pagará na base de 60 quilos líquidos.

A relação completa de todos os cafés classificados cada dia é organizada pela Agência com uma dupla classificação referente a cada armazém regulador e á procedência em cada um dêles.

Para cada procedência indicam-se, com um número de ordem de entrada, o nome do expedidor, o número de ordem no regulador, a data do conhecimento, a quantidade de sacas, o peso líquido quando fôr inferior ao normal e a correspondente falta em quilos, a quantidade eventual das sacas que faltarem e, finalmente, o número de sacas recusadas por serem inferiores ao tipo 8.

Cada relação permite ao proprietário do conhecimento apresentar-se, dentro dos 10 dias subseqüentes, á Agência, que, a 120 dias da data do conhecimento pagará a importância correspondente. Estas listas são distribuídas por todos os interessados (bancos, casas comissárias, casas exportadoras). Por exemplo, o Edital n.º 100, de 27 de Dezembro, consta de 59 folhas, nas quais figuram nada menos de 1.662 expedições diferentes. Cada uma delas, no comêço, contém uma fatura.

Assim, os banqueiros ou as grandes casas comissárias ou de exportação, serão portadores de um avultado número de conhecimentos, referentes ao mesmo edital, e não haverá para cada um desses grandes portadores, diariamente, senão uma única ordem de pagamento que necessariamente abrange a lista completa de cada uma das faturas correspondentes a cada conhecimento.

Todo um sistema de verificação, por meio de fichas, permitirá controlar desde a assinatura de endosso, para o pagamento do verdadeiro possuidor da mercadoria.

Todos os pormenores estão regulados do modo mais minucioso. O funcionamento dêste pesado serviço está afeto a um número relativamente pequeno de pessoas, sob a direção escrupulosa do Sr. Oswaldo Ribeiro Franco, a quem devemos agradecer a extrema gentileza com que se poz á nossa disposição e nos explicou o funcionamento de sua Agência.

Ao lado do serviço de contabilidade material e contabilidade propriamente dita, existe o serviço de verificação das amostras.

No serviço de amostras da Agência de São Paulo, vimos classificadas mais de dois milhões de caixas de amostras de 300 gramas. Cada caixa corresponde a um lote (existem lotes de uma, duas, três sacas, etc.).

Cada expedição, no momento em que é feita, dá lugar a uma remessa de amostra que é examinada logo que chega á Agência de

São Paulo. A classificação é feita, tomando-se o tipo 8 como base. Nos casos duvidosos há a contagem efetiva dos defeitos e até três arbitramentos sucessivos, por três classificadores diferentes. As sacas definitivamente recusadas (abaixo de 8) são raras; neste caso, o café é puro e simplesmente apreendido.

Não basta classificar. E' preciso ainda poder distinguir: em três minutos, pode-se encontrar a caixa de amostras, correspondente a um lote qualquer, escolhido sobre uma ficha que indica sua entrada.

Todas as informações úteis constam da ficha, principalmente a que é indispensável, do armazém em que está o lote, com o número da partida e o número de ordem.

Resta, finalmente, o serviço propriamente dito dos armazéns que, desde há seis anos, quando foi inaugurado, não cessou de se aperfeiçoar. Póde-se dizer que, atualmente, êstes armazéns estão em ordem perfeita. Todos os lotes que alí se encontram têm o seu número de ordem com as quantidades correspondentes. Os encarregados dos armazéns fazem o respectivo serviço de entradas e saídas de um modo excelente (V. "Serviço Estatístico").

Convém dizer, também, que nestes armazéns há um cuidado permanente e que por isto o café, alí, se encontra em perfeito estado de conservação. E' claro que pode haver uma imperfeição no telhado e como o café é arrumado em pilhas de 50 sacas, os efeitos de uma goteira podem estragar, rapidamente, algumas centenas de sacas; mas o acidente não é comum e isto não representa senão quantidades ínfimas em relação ao conjunto.

O que se apresenta em condições relativamente inferiores são os acondicionamentos: os fazendeiros não usam naturalmente sacos novos para suas expedições. Depois de alguns meses ou alguns anos de pressão contínua em pilhas de 30 a 50 sacas, tendem os inferiores a se abrirem nas costuras. Outros se rasgam nos lugares onde foram furados para a extração de amostras. Dá-se, evidentemente, uma perda, mas o café é recolhido cuidadosamente e estas varreduras são aproveitadas tanto quanto possível.

Entre os armazéns reguladores de São Paulo existia, até agora, um grande número de armazéns particulares. Foi quasi uma indústria em 1927/1928 construir armazéns em São Paulo, ao longo da estrada de ferro, todos iguais, e alugá-los ao Instituto por preço mais que remunerador.

O D.N.C. não só resolveu fazer a revisão dos contratos de locação, como fez construir dois enormes armazém, realmente modelares, e onde nas melhores condições possíveis se procede á manipulação do café, bem como a sua conservação.

Tivemos ocasião de visitar um dêstes armazéns completamente acabado e repleto: uma área coberta, de 40.000 metros quadrados, comporta de 2.000.000 a 2.300.000 sacas, em pilhas regulares de 32 sacas, formando blocos. Quatro linhas de estrada de ferro cortam de ponta a ponta o armazém e separam um do outro os cinco pavilhões, cujo piso de cimento está a altura das pranchas dos vagons.

Mereceu cuidado especial o escoamento das águas do telhado, não havendo nenhuma goteira sobre o chão propriamente dito dos armazéns, mas, apenas, sobre o leito da estrada de ferro.

Sendo aproximadamente de 4.200 contos o custo da área e construção citadas, temos cerca de 2\$ por saca armazenada. A armazenagem, levando em conta 10% de juros e as despesas de guarda, sai, assim, a 210 réis por ano e por saca: 0,fr.25 pela taxa atual do câmbio.

O D.N.C. faz, assim, uma grande economia em relação às locações anteriormente autorizadas.

Vê-se, também, que o preço de armazenagem é reduzido a proporção não apenas razoáveis, mas pôde-se dizer insignificantes e que em parte alguma se poderia guardar um estoque em semelhantes condições.

Tudo quanto vimos nos diversos Estados, concernente ao trabalho do D.N.C. é perfeitamente semelhante ao que acabamos de dizer a respeito de São Paulo. Tudo é feito com o mesmo cuidado, a mesma preocupação de detalhes.

Lamentamos tão somente que, por falta de tempo, antes e mesmo por ocasião da colheita de 1933/34, não tenha sido possível diminuir um pouco as dificuldades. De qualquer modo, porém, o trabalho foi feito com o maior zelo e não deixa de surpreender o grande aperfeiçoamento a que se chegou. O funcionamento destes serviços e o seu brilhante sucesso fazem honra ao D.N.C.

III

AS COMPRAS GOVERNAMENTAIS E SEU FINANCIAMENTO

As compras de café no Brasil, por um órgão oficial, começaram ser feitas exclusivamente em Santos e São Paulo pelo Instituto de Defesa do Café.

Quando, em consequência de fatos conhecidos, esta instituição se viu periclitante, o próprio Governo de São Paulo interveio no financiamento e nas compras.

Toda a história dessa época foi contada no "Balanço de Proteção Agrícola". Devemos lembrar, aqui, algumas circunstâncias para estabelecer a ligação entre o passado e o presente. Aliás, maiores minúcias, reunidas depois, mais facilmente permitirão apreender os fatos.

"COFFEE REALIZATION LOAN"

O "Coffee Realization Loan" de £20.000.000 fechou-se em 30 de Abril de 1930 entre o Governo do Estado de São Paulo e os banqueiros Srs. Schroeder & Cia., Baring Bros, Cia., Rothschilds Sons e Speyer Co.

Este empréstimo era do tipo 96, capital bruto £19.200.000, líquido £18.000.000, emitido a 7%, prazo de 10 anos.

Ao câmbio de 6d da época, o empréstimo produziu 720.000 contos, dos quais 180.000 deviam ser empregados pelo Governo na compra efetiva de 3.000.000 de sacas (a 60\$000 por saca). Os 540.000 contos restantes eram destinados a fazer aos lavradores um adiantamento de 40 mil réis (£1) por saca, sobre 13.500.000 sacas, das quais continuavam proprietários. O total de 16.500.000 sacas representava a garantia do empréstimo.

O contrato estipulava a realização mensal de 137.500 sacas, (das quais 112.500 dos lavradores e 25.000 do Estado, para amortizações respectivas, mensais, de £112.500 e £62.500).

Para garantir o pagamento de juros, o Estado de São Paulo creava uma taxa de 3 sh. ouro por saca que entrasse em Santos. Sabia-se que ela devia produzir um mínimo de £125.000 por mês (sôbre, digamos, 833.333 sacas) (1).

Essa taxa se adicionava á de 5 frs. do Convênio de Taubaté, bem como á de 1 mil réis ouro destinada ao empréstimo de £ 10 milhões realizado pelo Estado de S. Paulo, para o Instituto de Defesa.

Assim o contrato do "Coffee Realization Loan" era severo em extremo nas suas cláusulas. Os seus onus, desde o início, muito pesados. O capitalista tinha podido impôr condições ao solicitante que se achava em situação crítica (2).

As previsões feitas foram dentro em pouco desmentidas pelos fatos: o Governo do Estado de São Paulo comprou os 3.000.000 de sacas citadas, pagando-as, porém, a quasi 100\$000 por saca. Despendeu, assim, cerca de 300.000 contos ao invés de 180.000.

O saldo de 420.000 contos, por demais escasso para financiar o adiantamento aos lavradores, diminuia ainda: a baixa do mil réis, em Outubro de 1930, tornava insuficientes os recursos com que se contavam; e era com o próprio empréstimo que se atendia (3) ao respectivo serviço de juros e amortização.

A situação era, então, muito precária, grave mesmo, para o Estado de São Paulo, exausto de crédito.

Sobrevieram acontecimentos inesperados: a revolução de Outubro de 1930 afastou todos os homens que se achavam no poder.

COMPRAS DO GOVÊRNO PROVISÓRIO

O Govêrno Provisório se instalou a 3 de Novembro de 1930. Composto de homens convencidos dos êrros do regime anterior, compreendendo perfeitamente a importância do café na economia brasileira, o novo Govêrno interveio pelo Dec. 19.688, de 11 de Fevereiro de 1931, na política cafeeira.

Já publicámos os dispositivos dêste decreto. Resta-nos, apenas, lembrar, aquí, que por força dêle ficou a cargo do Govêrno

(1) Sômente no principio. Estava prevista uma tabela de redução progressiva da taxa, á proporção que o empréstimo se fosse amortizando.

(2) Sôbre o êrro dos banqueiros vide "Balanço de Proteção Agrícola".

(3) Excetuado o produto da exportação de 25.000 sacas mensais do estoque do Govêrno.

Federal a aquisição de todo o estoque de 30 de Junho de 1931, com exceção do estoque pertencente ao Estado de São Paulo e destinado á garantia do empréstimo de £20.000.000 (1).

O preço estabelecido para a compra era de 60\$000 por saca, base tipo 5, compensação recíproca para tipos superiores ou inferiores, sem que a classificação pudesse ser abaixo do n.º 8. Além disto, creou-se uma taxa sôbre a produção (de 20% sôbre as colheitas de 1931 a 1932).

Não existia, então, nenhum órgão federal tratando do café. O Ministério da Fazenda encarrégava-se das compras e os Institutos de Café dos Estados da classificação e da verificação.

Reunidos os Estados Cafeeiros, em 24 de Abril de 1931, resolveram propôr ao Govêrno Federal a instituição do Conselho dos Estados Cafeeiros, a criação da taxa de 10 sh., bem como a adoção de várias medidas que, aquí, não interessam. Logo depois, o Govêrno Provisório, por ato de 16 de Maio de 1931, regulamenta o seu decreto de 11 de Fevereiro. Reconhece o Conselho dos Estados Cafeeiros como Conselho Nacional do Café e o encarrega da percepção da taxa de 10 sh. (que substitue por 4 anos a taxa de produção). (2).

Mas não é o C.N.C. que faz as compras; o numerário é entregue ao Govêrno do Estado de São Paulo que, diretamente, encarrega dessas operações o Banco do Estado.

O decreto de 16 de Maio determina as condições de compra do estoque dos lavradores para garantia do empréstimo de £20 milhões. Prevê que de acôrdo com as convenções iniciais, serão vendidas 112.500 sacas por mês (3).

Entretanto, do mesmo modo que as próprias cláusulas do contrato, os dispositivos, que serão apenas transitórios, são complexos.

Os lavradores continuaram proprietários do seu café (sôbre o qual alguns receberam o adiantamento de 40\$ por saca) mas o estoque representava a garantia do total.

O Govêrno Federal, comprando êste café, deixa o título de propriedade (conhecimento da estrada de ferro ou certificado de depósito) que então lhe pertence, em mãos do detentor (4) que deverá, se tiver vendido, visto como a venda não é obrigatória, (5) transferir o título ao Govêrno na ocasião em que o seu café fôr liberado, de acôrdo com as cláusulas do empréstimo.

(1) A deduzir cerca de 18.000.000 de sacas.

(2) O decreto federal de 19 de Dezembro de 1932 dilatou o prazo de percepção da taxa, que prevalecerá enquanto constituir garantia das operações de crédito feitas pelo C.N.C.

(3) Por conta dessa venda, o Govêrno Federal devia pagar ao Banco para liberar estas 112.500 sacas, 40\$000 por saca ou sejam 4.500 contos por mês. Esta importância teoricamente permitia ao Banco comprar as 112.500 necessárias á liberação das 112.500 sacas. O Govêrno Federal dispôs imediatamente de 1.275.000 sacas, permitindo-as por trigo (Farm Board) e de 1.375.000 (para venda, operação Hard Rand, limitada de fato em 1.012.500 sacas). Fez apenas as entregas mensais de 4.500 contos de Junho a Novembro de 1931.

(4) No caso, o Banco do Estado, nomeado depositário pelos banqueiros, representa o duplo papel de devedor contra penhor (em substituição aos fazendeiros) e de depositário do penhor em nome do credor.

(5) Praticamente tudo foi vendido, em vista do longo prazo em cujo termo o lavrador ou detentor podia, por força dos dispositivos do decreto, exportar o seu chefe.

O onus dêste cabe, então, inteiramente ao Banco do Estado, sem nenhuma responsabilidade para o Govêrno Federal. Do mesmo modo, para a diferença entre o adiantamento recebido do Banco do Estado de S. Paulo pelo lavrador e a importância paga pelo Govêrno Federal.

Foi essa diferença que levou o Estado de S. Paulo a acrescentar ao preço da compra de 60 mil réis, um suplemento de 20\$000 por saca (1) (com o êrro complementar da compra de cafés baixos (vide Balanço pag. 25) contra um financiamento de 350.000 contos pelo Estado de S. Paulo).

A situação, portanto, não é completamente satisfatória porque não é clara. Ela é sómente explicada pelo Convênio dos Estados Cafeeiros de 30 de Novembro e de 5 de Dezembro de 1931, aprovado pelos Convênios Federal e Paulista, decretos de 7 de Dezembro de 1931.

OPERAÇÕES DO C.N.C.

O C.N.C. toma a seu cargo todas as operações correntes: o empréstimo de £20.000.000, a operação Hard Rand e a operação "Grain Stabilization"—Vai liquidar as contas com o Tesouro Federal, com o Estado de São Paulo e com o Banco do Estado de S. Paulo (2).

Ao C.N.C. cabe em troca a obrigação de receber, além da taxa de 10 sh. que êle recolhe (e que emprega para compras e eliminações) um adicional de 5 sh. destinado, salvo os excessos (V. Histórico) a pagar os compromissos do empréstimo de £20.000.000.

O Estado de S. Paulo deve reembolsar os seus lavradores da taxa de 3 sh. arrecadada para os compromissos do "Realization Loan", cujos juros são, aliás, garantidos pela taxa de 5 sh. suplementar (3).

Os 2 sh. de aumento sôbre Santos e a percepção de 5 sh. sôbre a exportação dos outros portos, são destinados a garantir a amortização normal de £ 112.500, correspondentes á exportação mensal de 112.500 sacas, que se fazia sôbre o estoque dos fazendeiros, mas que não se fará mais sôbre o estoque do Govêrno Provisório. Por outro lado, as 25.000 sacas mensais do Govêrno de S. Paulo continuarão a ser exportadas.

O C.N.C. publica um relatório das suas operações em 30 de Abril de 1932. Declara ter pago 744.781:348\$800 por 12.899.234 sacas de café. Falta pagar 5.083.462 sacas na importância de 273.192:408\$100.

O C.N.C., além disso, em seu relatório, apresentou um balanço completo, mas onde não constam as quantidades de café. Os algarismos do balanço diferem um pouco dos que acabámos de

(1) Reduzido, afinal, a 10 mil réis.

(2) Ainda não liquidadas em 31 de Março de 1934 no regime do D.N.C.

(3) Embora sem um fim direto, a taxa de 3sh. continuará a ser recolhida e reembolsada, com um jogo de escrita bastante complexo.

citar: as compras de café propriamente ditas (1) aparecem, apenas, representando Rs. 681.162:823\$510 (dos quais somente Réis 221.098:637\$750 para o estoque retido). As despesas totais representam Rs. 742.325:634\$137, dos quais Rs. 39.449:897\$822 para o pagamento do empréstimo de £20.000.000.

Como receita, produziram as taxas 502.927:423\$781 dos quais 55.095:275\$009 da taxa de 5 sh. devem ficar reservados para o pagamento dos compromissos do empréstimo de £20.000.000.

O confronto acima, entre os algarismos das receitas e das despesas, mostra um *deficit* que foi preenchido pelo Banco do Brasil. O crédito aberto é de 600.000:000\$, dos quais, 440.000:000\$ foram utilizados e depois reembolsados em parte. O descoberto líquido, em 30 de Abril, de 1932 é de 292.730:393\$560.

Nota-se da leitura dêste balanço (e cabe a mesma observação no balanço seguinte) que a contabilidade do C.N.C. não cumpriu, absolutamente, a obrigação que lhe havia sido imposta pelo Convenio de 5 de Dezembro de 1932: fôra expressamente determinado que, tendo origem e finalidade diferentes, seriam as taxas de 10 sh. e de 5 sh. distintamente escrituradas.

O C.N.C. limitou-se a indicar separadamente a importância do recôbro das taxas e, por outro lado, as remessas para o serviço do empréstimo. Resulta daí um aparente excesso da receita, em favor da taxa de 5 sh. e isto é um êrro da escrita cujas consequências serão mostradas mais adiante.

BALANÇO DO C.N.C. DE 16 DE FEVEREIRO DE 1933

No momento em que se extingue o C.N.C. em 16 de Fevereiro de 1933, faz-se um balanço de liquidação, extremamente complicado aliás, e onde aparecem nada menos de 35 contas e 160 sub-contas.

Encontram-se vestígios de eliminação, desnaturalização, etc. de 8.593.400 sacas, cifra que aparece inferior á realidade (2). Constam além disso: 11.572.276 sacas compradas, das quais um milhão foi requisitado pelo Ministério da Guerra.

A parte referente á contabilidade é ainda mais obscura. Não existe, aí, conta de lucros e perdas. Não há discriminação das duas taxas.

Também pela necessidade de esclarecer as cousas, a contabilidade do D.N.C. modificou a escrita com as separações e reagrupamentos indispensáveis.

O D.N.C. publica, então, ao mesmo tempo que o seu balanço de 30 de Junho de 1933, uma situação real das contas e da liquidação do C.N.C. No balanço do C.N.C. figurava um excesso de arrecadação da taxa de 5 sh. no valor de 47.258 contos de réis.

(1) A titulo indicativo, a compra do estoque dos lavradores retido em 30 de Junho de 1931 deu lugar á extração de 280.000 faturas. Esta cifra dá uma idéia da importancia sómente do trabalho de contabilidade, exigido por esta compra. A verificação das faturas feita pelo D.N.C. trará talvez a retificação dêsses algarismos.

(2) Os totais destruidos ou desnaturados eram respectivamente de 13.984.611 e de 379.481 sacas, mais 1.444 empregadas em diversas experiências.

Os Estados interessados, de acôrdo com o Convênio de Dezembro de 1931, na distribuição dêsses excessos, reclamaram o respectivo pagamento, especialmente Minas. O C.N.C. emitiu, então, as ordens de pagamento para reembolso (1).

Ora, a retificação feita pelo D.N.C. do balanço de C.N.C. prova que não sómente a taxa de 5 sh. não produziu o excesso que se obrigou a pagar, como também que, neste serviço, appareceu um *deficit*, quasi igual, de 45.986 contos de réis.

O cálculo é aliás bastante difícil, porque o mil réis, em vista da baixa da libra esterlina, estava, na ocasião, ligado ao dolar que permanecia estável.

Os pagamentos devidos ou efetuados para o empréstimo são assim convertidos em dolares americanos a \$4,86 por libra, com uma segunda conversão do mil réis em dolar, na taxa (convencional do Banco do Brasil) de 13 mil réis por dolar (2).

O balanço de 16 de Fevereiro (feito pelo D.N.C. para o C.N.C.) consigna, em crédito, a totalidade dos recebimentos da taxa de 5 sh. na importância de 211.788:513\$961. A venda dos lotes de café do Governo de S. Paulo produziu 39.163 contos líquidos. Mediante pagamento, 765.000 sacas do estoque dos fazendeiros ficam liberadas de penhor, um crédito de 27.000 contos para o C.N.C.

Como despesa, o estoque consumiu 9.935 contos de seguros e armazenagem. Pagaram-se 230.364 contos (cerca de 16 milhões de dolares) para o empréstimo, mas faltam 5.621.000 de atrasados (74.763 contos). E como se restituíram 47.258 contos de excessos imaginários, o *deficit* relativo á taxa de 5s h. é de 84.324:358\$122.

O C.N.C. não realizou o pagamento do atrasado acima referido e tendo, para restituição aos Estados, assinado letras parciais, apropriou-se da quantia correspondente e applicou-a nas suas operações de café (precisamente 25.882:991\$747).

A conta de lucros e perdas do C.N.C. feita pelo D.N.C. é perfeitamente clara quanto á taxa de 10 sh.

A arrecadação das taxas (10 sh., taxa de 20% de produção e a taxa de 3 sh. em opção da taxa de 20%) produziu 762.276:263\$082.

Foram eliminados cafés na importância de 963.131 contos. As despesas de destruição e de estoque representam 28.000 contos, os fretes 62.978 contos e as despesas gerais 12.677 contos de réis. A propaganda custou 10.800 contos. Existem 75.000 contos de juros e comissões de Banco.

Em suma, o *deficit* é de 423.124:537\$086 (escriturados 28.000 contos de amortização e perdas diversas. Só a sacaria representa mais de 11.000 contos de perda).

O financiamento foi feito principalmente pelo Tesouro (a quem o C.N.C. deve 250.000 contos) e o Banco do Brasil (onde o C.N.C. foi debitado por cerca de 250.000 contos).

(1) 25% á vista e o resto em prestações em 10 mêses.

(2) Os banqueiros que emprestam libras esterlinas têm entretanto o direito de exigir dolares a \$4.86. Desde que existe flutuação das duas moedas exigem a que lhes é mais favorável. Cada modificação terá que influir no balanço do D.N.C.

Modificando completamente o procedimento dos órgãos precedentes o D.N.C. publicou em 30 de Junho de 1933, o seu primeiro balanço, perfeitamente claro, com os pormenores de todas as suas contas. O balanço não só é completo como vem acompanhado de uma conta de lucros e perdas (também com os respectivos detalhes) de cada uma das duas taxas.

Fez-se, novamente, um balanço em 31 de Dezembro de 1933, nas mesmas condições do anterior, porém mais simples em consequência da comparação que foi possível fazer.

RELATÓRIO DO SR. OSWALDO ARANHA

Assinalemos, para apreciar êste trabalho de financiamento quasi perpétuo, que novos dados parciais são fornecidos pelo relatório do Ministro da Fazenda, Sr. Oswaldo Aranha, ao Governo Provisório, no período de 16 de Novembro de 1931 a 15 de Novembro de 1933.

As cifras relativas ao café que ali se encontram não têm a pretensão de facilitar um balanço exato porque não se referem a uma data comum: algumas contas foram fechadas em 30 de Setembro e outras em 26 de Outubro. Por outro lado, a quantidade indicada de sacas de café pagas, isto é, 37.572.514 (incluidas as exportações *Hard Rand*, *Grain Stabilization* e *bonus* — 2.775.000 sacas) não corresponde exatamente, tão pouco, ao total das existências em 30 de Setembro, adicionado ao número de destruições realizadas nessa mesma data (*).

Sendo o financiamento o que nos importa aquí, diremos:

A importância total dos pagamentos figura com.....
2.359.957:648\$060.

O produto da taxa de 15 sh., foi computado na ocasião como total 1.417.839:000\$, o useja uma diferença de 942.118:648\$060 entre a despesa e a receita. O débito do D.N.C. figura como sendo de 933.892:853\$072.

Os recursos suplementares provêm:

1. do Banco do Brasil: de dois créditos abertos no valor de 650.000:000\$, foram utilizados 578.500:000\$000;
2. de obrigações do Tesouro na importância de 250.000:000\$;
3. de débitos diversos (dos quais 68.189:017\$ de fretes) num total de 105.392:853\$072.

BALANÇOS DO D.N.C. DE 30 DE JUNHO E 31 DE DEZEMBRO DE 1933

Êstes balanços, conquanto claros em extremo, são necessariamente complexos. Não os estudaremos em suas minúcias, contentando-nos, apenas, em indicar os pontos principais, que permitem compreender e avaliar a amplitude do sacrificio financeiro feito pelo Governo do Brasil a favor dos lavradores de café.

(*) Os peritos contadores encontraram: 14.033.871 sacas pertencentes ao D.N.C. em 30 de Setembro. As destruições, segundo o D.N.C. nessa mesma data são de 23.106.689 sacas. Ou seja um total de 37.140.560 sacas no qual não estão incluídas as 2.775.010 sacas.

Dividiremos o exame em três partes, como faz o próprio D. N.C.; as duas primeiras, referindo-se ás contas de lucros e perdas de cada uma das duas taxas e a terceira aos balanços propriamente ditos.

A) taxa de 10 sh.

A arrecadação líquida dessa taxa produziu de 16 de Fevereiro a 30 de Junho de 1933:

Rs. 171.703:973\$455 e no segundo semestre Rs. 241.232:114\$510 ou seja um total

de Rs. 412.936:087\$965 para todo o período do funcionamento do D.N.C. até 31 de Dezembro de 1933.

Os outros vários créditos são, nas mesmas condições, computados em 31 de Dezembro em Rs. 9.832:395\$008 (dos quais 4.787:221\$777 em 30 de Junho).

Os débitos reduzidos a seus termos essenciais se comparam do seguinte modo:

	De 16/2 a 30/6	De 30/6 a 31/12	Total do D.N.C. em 31/12/33
Valor do café destruído e desnaturado .	252.638:568\$190	328.845:245\$068	581.483:813\$258
Despesas de destruição	2.720:479\$179	4.985:893\$010	7.706:372\$189
Valor dos Bonus salvos	13.670:789\$100	32.689:200\$730	46.259:989\$830
Despesas de propaganda	406:181\$600	4.092:545\$740	4.498:727\$340
Despesas na conservação do estoque . .	2.664:818\$530	7.440:803\$755	10.105:622\$285
Despesas gerais	4.619:253\$439	9.438:297\$704	14.067:551\$143
Amortização sobre o estoque e material.	6.764:562\$710	779:204\$405	7.643:767\$115
Despesas diversas	13.506:652\$320	32.473:983\$895	46.980:636\$215
<i>Total dos débitos</i>	<i>296.891:305\$068</i>	<i>420.745:174\$307</i>	<i>717.636:479\$375</i>
<i>contra os créditos correspondentes</i>	<i>176.491:195\$252</i>	<i>246.277:287\$741</i>	<i>422.768:482\$975</i>
Deixa um deficit de	120.400:109\$836	174.467:886\$566	294.867:996\$402
O deficit D.N.C. em 31 de dezembro iguala ao do C.N.C. (mesma data) . . .	—	—	423.312:169\$157
Deixa um deficit total para a taxa de 10/- de	—	—	718.180:165\$559

Assinalemos que, das despesas diversas, em 31 de Dezembro constam 24.459 contos de juros e nas amortizações de 30 de Junho, quasi 3.400 contos para sacaria e 3.100 contos para estoque.

B) Taxa de 5 sh. e operações relativas ao empréstimo de £20.000.000.

Os dados referentes a esta taxa são muito mais difíceis que os da taxa de 10 sh.

Em princípio a conta admite, no crédito, o produto líquido da taxa, e no débito as remessas para amortização e juros, de acôrdo com as clausulas do empréstimo. Uma parte dessas remessas provém de letras de câmbio adquiridas diretamente, e outra parte do produto da exportação mensal do estoque do Govêrno do Estado de S. Paulo.

Outra complicação: as letras de câmbio são escrituradas em dolares americanos, embora êles estejam agora em flutuação, e isto acarreta (na escrita) diferenças de câmbio.

Levando-se em conta êsses dados essenciais, comparam-se os balanços sucessivos da seguinte fórmula:

	De 16/2/33 á 30/6/33	De 1/7/33 á 31/12/33	Total em 31/12/33
Produto liquido da taxa de 5%.....	86.066:740\$699	120.616:053\$570	206.682:794\$269
Produto liquido da exportação.....	4.286:692\$671	14.465:825\$739	18.752:518\$410
Despesas de imposto.....	90.352:433\$370 1.376:805\$075	135.081:879\$309 1.957:015\$090	225.435:312\$679 3.335:820\$165
Saldo.....	88.976:628\$295	133.124:864\$219	222.101:492\$514
Diferença de câmbio creditada.....	—	13.392:467\$841	15.392:467\$841
Líquido utilizável.....	88.976:628\$295	146.517:532\$060	235.493:960\$355
Pagamentos feitos.....	49.224:136\$420	73.405:578\$839	122.629:715\$259
Diferença líquida.....	39.752:491\$875	73.111:753\$221	112.864:245\$096
Pagamentos a realizar.....	44.780:001\$686	38.602:164\$701	83.382:166\$387
<i>Deficit ou excesso.....</i>	—5.027:509\$811	+34.509:588\$520	+29.482:078\$709

No balanço de 31 de Dezembro, êste saldo foi transformado em *deficit* pelas escritas, de compensação entre os sacos do Estoque do Governo em máu estado, e inutilisáveis para o pagamento do empréstimo e as sacas do D.N.C. entregues em substituição.

O estoque do Governo é descontado a 100 mil réis a saca e o D.N.C. a 53 mil réis.

A base da troca foi 2.006.448 sacas que representam na conta da taxa um crédito de 94.500 contos, diminuindo de uma retificação de valor de 15.211 sacas do estoque do Governo (utilizáveis, retomadas pelo D.N.C.).

Mas, neste lançamento se acrescenta um outro: 1.699.430 sacas do Governo foram queimadas por inúteis á exportação para o empréstimo (1) e daí resulta um débito de 168.000 contos na conta da taxa. Conquanto a escrita do D.N.C. na conta da taxa de 5 sh. seja:

<i>Deficit</i> do C.N.C. em 16 de fevereiro de 1933....	84.324:358\$122
<i>Deficit</i> do D.N.C. de 16-2 a 30-6 de 1933.....	5.027:509\$811
<i>Deficit</i> do D.N.C. de 1.º de Julho a 31 de Dezembro de 1933.....	39.891:518\$944
<i>Deficit</i> total em 31 de Dezembro de 1933.....	— 129.243:386\$877

Verifica-se, segundo êstes algarismos, que os pagamentos a realizar si juntarmos os que não foram feitos pelo C.N.C. são de 144.753:201\$745 rs. correspondentes a U.S. \$12.256.833,34 (ao câmbio de 11.810 réis por dolar e o de \$4,8665 por libra esterlina ouro). O empréstimo, tratado e realizado na base de 40 mil réis a libra esterlina, é reembolsado, agora, na base de 57,4 mil réis.

(1) Uma das cláusulas do empréstimo é a manutenção em perfeito estado do estoque do Governo. O D.N.C. providenciou a respeito exceto para 279.841 sacas. De onde o prejuizo na conta de 5 sh.

Vê-se, assim, que o D.N.C. se serviu como o C.N.C. para as suas próprias operações (taxa de 10sh.) de quantias provenientes da taxa de 5 sh., as importâncias devidas ficaram, de fato, em suas mãos e êle as utilizou no montante que precisamente indicamos como saldo líquido. (1).

c)—BALANÇOS EM 30 JUNHO E 31 DE DEZEMBRO DE 1933

Restam, finalmente, os balanços propriamente ditos, nos quais se encontram, de um lado, os meios de financiamento e de outro, em anexos, a discriminação das operações de café em que são aplicados os recursos.

Cada balanço está dividido em duas partes, 10 sh e 5 sh. Na primeira figuram no passivo:

	30 Junho 1933	31 Dezembro 1933
Banco do Brasil, débito líquido.....	347.430:692\$694	569.692:355\$449
Dívida para com o Tesouro (C.N.C.).....	250.000:000\$000	250.000:000\$000
Letras a pagar (De fretes).....	184.485:940\$920	81.569:175\$055
Dívidas diversas.....	10.808:544\$856	58.411:210\$294
Seja um passivo de.....	792.725:178\$469	959.672:740\$798
Contra o passivo total dos balanços.....	1.570.796:865\$633	1.685.492:639\$324

O aumento da coluna das dívidas diversas provém, simplesmente, da acentuada atividade do D.N.C. (para a quota) e do maior número de operações correntes, inclusive fretes, taxas, etc., devidos a diversos.

A diferença entre os algarismos dos passivos que encontramos e os muito mais elevados dos balanços provém, principalmente, de lançamento de compensação (ou sensivelente compensados) no ativo e no passivo.

Apenas um lançamento merece observação particular: é a conta adicional no passivo dos algarismos abaixo:

Banco do Estado de São Paulo.

Financiamento. . . . Rs. 338.825:385\$400 Rs. 338.825:385\$00 e

A contra-partida dêste lançamento está no ativo, no estoque dos fazendeiros.

ATIVO

Estoque dos fazendeiros Rs. 432.356:633\$371 Rs. 191.509:021\$043.

Seja a razão de 56,6305 por saca:

7.634.695 sacas—————3.381.729 sacas

(1) Si observarmos a escrita correspondente ás substituições mencionadas, encontraremos ao contrário, que a conta da taxa de 6sn. deve á conta da taxa de 10sh. a importancia de Réis. 17.187:832\$652.

Sendo o penhor do empréstimo indicado por 10.912.500 sacas, verifica-se que o café do penhor vem fazendo parte progressivamente do próprio estoque do DNC (o que aliás transparece do relatório dos peritos que em 30 de Setembro de 1933 verificaram os estoques existentes).

O empréstimo de £ 20.000.000 ocasiona ainda toda sorte de dificuldades de escrituração. Nem o CNC nem o DNC foi completamente substituído pelo Estado de S. Paulo ou pelo Banco do Estado de S. Paulo em todos os onus e vantagens do empréstimo.

Particularmente, as remessas se destinam não sómente a pagar ao banqueiro como para constituir uma reserva para S. Paulo—reserva que, segundo o plano inicial, deve ser de £ 3.100.000. Si o DNC faz o serviço do empréstimo, é lógico, como o indica o relatório (do DNC) de 30 de Junho, que aproveite uma parte dessa reserva que êle contribuiu para constituir. De fato, vimos que até aqui existem atrasados (1). Por outro lado o Banco do Estado reclama do DNC muito mais que os 338.825 contos de réis acima citados.

Não queremos insistir mais nas questões de contabilidade. Foi preciso assinalá-las em virtude de não estar livre o café de sua transferência para o D.N.C. (V. abaixo compras de colheita 1931/32/).

(1) No que se refere ao "Coffee Realization Loan" a situação foi completamente modificada pelo decreto federal No. 25.829 de 5 de Fevereiro de 1934, cujos dispositivos certamente foram antes aceitos pelos banqueiros. E' o acôrdo provisório (4 anos) e geral sobre as dívidas de que tratamos em outro lugar (capítulo mil réis). Para o prazo previsto, o serviço do empréstimo citado fica reduzido aos juros dos títulos existentes em circulação (8.900.000), mais \$24.360.000 em 1.º de Abril de 1934, data inicial, bem como a uma amortização limitada em 1.000.000 por ano. O produto da taxa de 5sb. vai apresentar excedentes em pouco tempo.

A T I V O	BALANÇO DE	
	30 DE JUNHO DE 1933	31 DE DEZEMBRO DE 1933
Café propaganda em consignação.....	Rs. 13.996.366.055 152.119 SACAS	Rs. 13.017.569.747 142.372 SACAS
Café apreendido.....	Rs. 51.290.500 8.547 SACAS	Rs. 45.618.400 7.588 SACAS
Café em estoque..... (Compras a 54\$ e 66\$ a saca).....	Rs. 86.107.654.280 1.467.943 SACAS	Rs. 39.007.518.414 705.244 SACAS
Café em conhecimentos (a 47\$ e 55\$ a saca) { Rec. 1931/2 { Rec. 1932/3	Rs. 10.865.106.000 205.004 SACAS Rs. 88.450.334.000 1.881.938 SACAS	Rs. 231.128.045.000 4.360.918 SACAS Rs. 24.954.192.000 551.007 SACAS
Café quota D.N.C..... em conhecimentos a 30\$ a saca.....	{ Rec. 1933/4 { Rs. 60.110.908.500 2.008.984 SACAS	
Estoque dos fazendeiros.....	Rs. 433.256.633.371 7.654.695 SACAS	Rs. 191.609.021.043 3.381.729 SACAS

No que se refere ás operações de café, encontram-se nos balanços, no ativo, café entregue para propaganda (considerado como em consignação, mas que de fato tem que estar em lucros e perdas), café apreendido e o café das compras, além do café dos fazendeiros (V. abaixo).

Finalmente, encontram-se nos anexos dos balanços do DNC recapitulações muito completas das operações feitas com o café: destruições, desnaturações, bonificações, propaganda, etc. Veja-se no capítulo "Destruições" o quadro mensal dessas operações; no capítulo "Taxas e estôrnos as bonificações; e no capítulo "Propaganda" o café entregue a êsse título.

Nota-se que o total das destruições apresentado pelo DNC em 31 de Dezembro é de 26.065.204 sacas, quando os algarismos de contabilidade abaixo dão, na mesma data, 25.514;729 sacas destruídas, desnaturadas ou entregues para experiência e 25.934.929 adicionando-se os cafés vendidos para desnaturação.

Em suma, a 31 de Dezembro de 1933, o Govêrno do Brasil tinha feito desaparecer uma quantidade de café de cerca de 26 milhões de sacas, que lhe custaram, ao todo 1.728.867:334\$473, mais de dois milhões de francos.

As taxas produziram (CNC—DNC) 1.595.637:720\$837. Desta importância os pagamentos aos banqueiros 350.994:447\$422, deixaram um saldo de 1.240.597:334\$950.

Em 31 de Dezembro de 1933 o DNC possui, pela escrita, um estoque de 11 milhões de sacas de café, contra um passivo de cerca de 1.300.000 contos de réis. Falta-lhe financiar 10 milhões de sacas da quota do DNC—300.000 contos de réis. O DNC tem uma renda mensal de cerca de 45.000 contos na base das exportações atuais.

Para terminar, convém salientar o grande sacrifício suplementar feito pelo Govêrno do Brasil: por decreto de 1.º de Dezembro de 1933, as dívidas dos agricultores contraídas antes de 30 de Junho dêsse ano, ficaram reduzidas de 50%. Os credores (bancários, na maior parte) serão (o regulamento ainda não foi expedido) indenizados pelo Govêrno, com títulos resgatáveis em 30 anos, juros de 6%. A importância prevista é de 500.000 contos de réis.

A publicação dêste decreto produziu no mercado interno do café no Brasil um efeito imediato, aumentando a força de resistência dos lavradores. Teve, ao mesmo tempo, um efeito direto sobre as ações dos bancos, pesadamente comprometidos em empréstimos cujo pagamento não consideravam possível. O efeito real obtido pelo efeito moral deveria permitir ao governo reduzir (pelo regulamento) a amplitude de seu sacrifício.

A totalidade, portanto, do auxílio prestado aos lavradores de café pelo Govêrno Brasileiro, desde há tres anos foi formidável. Esperemos que êste sacrifício não seja, como já o foi novamente, necessário. Examinaremos isto em um outro capítulo.

Financiamento das destruições de café no Brasil

	D.N.C. Total em 16 de Fev. 1953	D.N.C. de 16/2/53 a 30/6/53	D.N.C. de 1/7/53 a 30/12/53	C.N.C. & D.N.C. Total Geral em 31/12/53
Café destruído.....	Rs. 939.802:457\$752 { sacas 13.984.511 {	Rs. 249.556:902\$896 { sacas 3.756.418 {	Rs. 509.926:802\$060 { sacas 5.583.880 {	Rs. 1.667.529:732\$688 { sacas 25.004.239 {
		10% Rs. 24.955:692\$896 { sacas 579.418 {	5% Rs. 124.978:401\$030 { sacas 319.709 {	
Café desnatado.....	Rs. 23.251:258\$803 { sacas 379.481 {	Rs. 115:222\$756 { sacas 2.090 {	Rs. 1.178:928\$000 { sacas 25.832 {	Rs. 24.525:409\$559 { sacas 407.403 {
Café para experiências.....	Rs. 97:946\$500 { sacas 1.444 {	Rs. 22:059\$600 { sacas 669 {	Rs. 61:787\$700 { sacas 974 {	Rs. 181:793\$800 { sacas 3.087 {
Café vendido para desnatu- ração.....	Rs. 342:853\$600 { sacas 57.711 {	Rs. 3.165:670\$838 { sacas 57.000 {	Rs. 17.677:727\$308 { sacas 363.200 {	Rs. 20.843:598\$146 { sacas 420.200 {
Café escolhido..... (quota e outros)	Rs. 5.811:284\$950 { sacas 72.054 {	Rs. 12:955\$600 { sacas 220 {	Rs. 162:759\$750 { sacas 2.869 {	Rs. 5.987:000\$280 { sacas 75.143 {

IV

AS DESTRUIÇÕES—SUAS ESTATÍSTICAS

Encontra-se, como dissemos (V. Balanço de Proteção Agrícola, café 1933), no acôrdo assinado pelo Conselho dos Estados Cafeeiros em 24 de Abril de 1931, “a autorização para o Conselho efetuar as compras de café e fazer a eliminação dos cafés adquiridos”.

Posteriormente (V. op. cit.) na reunião dos Estados Cafeeiros de 30 de Novembro a 5 de Dezembro de 1931, o Conselho Nacional do Café foi autorizado “a defender do modo que julgasse mais conveniente as cotações atuais dos mercados nacionais”, e por outro lado “a eliminar no prazo máximo de um ano, á razão de um milhão de sacas por mês, doze milhões de sacas de café cujas qualidades ficavam á escolha do Conselho”. “A eliminação tem por objetivo promover no mais breve prazo possível a melhora da situação estatística do produto, a seleção da qualidade e a supressão das despesas inúteis de conservação”.

Finalmente, no decreto do Ministério da Fazenda de 23 de Fevereiro de 1935, que regulamenta as atribuições do Departamento Nacional do Café (creado em 10 de Fevereiro anterior em substituição ao Conselho Nacional) figura entre outras a incumbência de dispôr das receitas para “compra de café” e para eliminação ou qualquer outro meio conducente ao equilíbrio dos mercados e á defesa econômica e racional do produto”.

Discutiu-se durante muito tempo a significação da palavra “eliminação” que apparece assim em decretos sucessivos. De fato, depois de ter sido um simples retraimento do mercado, a eliminação passou a ser realmente a destruição, produzida por vários meios, principalmente pela queima.

A eliminação que devia ser feita á razão de um milhão de sacas por mês, a partir de 5 de Dezembro de 1931, consumiu um tempo considerável para se efetuar nessa vultosa base; e um dos principais motivos da demora foi a sua própria instalação material, pois evidentemente não é fácil destruir cerca de 40 mil sacas de café por dia de trabalho.

Foram necessárias varias experiências. Tentou-se jogar as sacas ao mar. Procurou-se principalmente aproveitar o café para qualquer fim, tanto parecia absurdo, na realidade, destruir pura e simplesmente.

Duas usinas funcionam atualmente desnaturando o café e transformando-o em aglomerados que se destinam á queima das locomotivas. As quantidades submetidas a êste processo atingiram assim a 350.000 sacas no 2.º semestre de 1933.

Pensou-se ainda em desnaturar o café e utilizá-lo como adubo. Prepararam-se assim pequenas quantidades com cal, na proporção

de 1 a 3 quilos de cal por saca. O adubo assim produzido deu resultados satisfatórios. Este processo, que poderia ter sido aplicado nas próprias estações de expedição, para volta de adubo ás fazendas, teria sido muito preferível á simples destruição. Não foi entretanto utilizado senão de 25 a 30.000 sacas mensais.

Foi, assim, o fogo que prevaleceu.

Entretanto, mesmo com êste processo bárbaro, o caso não foi tão simples quanto se pensava. O café queima, e mesmo muito, desde que o acendam, e todos os torradores do mundo o sabem; e e não existe quem não tenha sofrido o acidente da queima do café na esfera do aparelho de torração, cujo conteúdo fica totalmente perdido depois dêsse incêndio que se manifesta subitamente.

Si é verdade que uma quantidade de café retirado das sacas queima facilmente na parte regada com petróleo e o fogo se propaga, mesmo chovendo torrencialmente, em toda ela, é preciso um espaço de tempo relativamente grande para a combustão total. Assim é que, pessoalmente, vimos queimar durante mais de três semanas, um monte de apenas 15 mil sacas.

Foi então preciso preparar muitos postos de incineração. Houve no Estado de São Paulo nada menos de quinze. Cada um dos lugares escolhidos o foi naturalmente bastante afastado de habitações, ao longo de uma via ferrea, muitas vezes mesmo de uma linha construída para êsse fim. Finalmente foi preciso organizar um serviço completo de vigilância e de contrôle. O café é uma mercadoria que não se furta no Brasil, mas podia vir a ser tentador aproveitar-se uma parte ainda não queimada dêstes grandes montes.

A princípio foi talvez deficiente o contrôle das quantidades destruídas. Aliás facilmente se compreende que é quasi impossível manipular em tantos e diferentes lugares, um tão formidável número de sacas e poder afirmar em seguida que não houve êrro na quantidade.

Sobre o total já destruído o êrro de um por cento representa um quarto de milhão!

Mas, si bem que o mundo dos compradores de café tenha duvidado durante muito tempo da destruição efetiva pelo Conselho Nacional, e isto em virtude dos longos prazos que foram necessários para iniciar a organização e dar-lhe completa eficiência, o faço é que nos ultimos mêses de 1933 as destruições atingiram uma tal escala que ultrapassou a média de 50 mil sacas por dia. Ao contrário do que ocorreu nos primeiros tempos, a escrita destas destruições foi feita com o maior cuidado, de modo que se pôde dar todo o crédito a êsses algarismos fornecidos pelo D.N.C.

No momento em que estabelecíamos o quadro seguinte, segundo os dados fornecidos tanto pelo C.N.C. como pelo D.N.C., êste resolvia fazer verificar os algarismos de destruições pelas próprias organizações de peritos contadores a quem havia confiado anteriormente a verificação dos estoques. A razão provável foi dada no capítulo "Financiamento".

Não estando terminado o contrôlê, servimo-nos dos algarismos publicados anteriormente: a verificação (v. cap. cit. Estatística) não pôde dar um resultado positivo, porque no caso de haver diferenças, tendo os sacos desaparecido, impossível se tornará estabelecer a verdade.

Compreende-se, por outro lado, que em definitivo, não são de absoluta importância os números das destruições, sendo que o elemento essencial está no total das quantidades existentes.

Damos a seguir o quadro das destruições tais como foram efetuadas desde a resolução de 5 de Dezembro de 1931. Os dados são extraídos dos boletins e publicações estatísticas do D.N.C.

QUADRO DAS DESTRUIÇÕES DO CAFÉ EFETUADAS NO BRASIL

ANOS	MESES	Atirado uo mar	Incinerados	Desnaturados gazificados Experiências	TOTAIS
1931	Junho.....	42.689	66.999	—	109.688
	Julbo.....	20.760	284.656	—	305.416
	Agosto.....	82.057	299.040	—	381.097
	Setembro.....	158.841	343.352	105	502.298
	Outubro.....	139.690	426.041	180	565.911
	Novembro.....	151.739	323.364	2.700	477.803
	Dezembro.....	126.068	351.832	6.671	483.571
		<i>720.844</i>	<i>2.095.284</i>	<i>9.656</i>	<i>2.825.784</i>
1932	Janeiro.....	65.278	207.749	58.620	331.547
	Fevereiro.....	18.297	273.032	66.534	357.863
	Março.....	153.744	421.879	24.016	499.639
	Abril.....	98.613	1.384.665	12.066	1.495.344
	Mario.....	14.654	1.357.742	6.250	1.378.646
	Junbo.....	65.250	1.227.413	2.250	1.284.913
	Julbo.....	59.871	1.028.754	—	1.088.625
	Agosto.....	60.556	484.375	12.264	647.195
	Setembro.....	31.189	41.014	85.038	157.241
	Outubro.....	6.246	105.625	79.963	191.724
	Novembro.....	22.494	602.649	59.459	684.602
	Dezembro.....	31.760	1.160.667	19.867	1.212.294
		<i>607.952</i>	<i>8.295.464</i>	<i>426.217</i>	<i>9.329.633</i>
1933	Janeiro.....	24.926	1.398.100	—	1.423.026
	Fevereiro.....	25.069	1.157.940	—	1.183.009
	Março.....	31.813	1.016.006	—	1.047.819
	Abril.....	16.016	736.466	1.490	763.972
	Maió.....	250	740.130	24.176	764.556
	Junbo.....	—	963.389	34.415	997.804
	Julbo.....	150	1.323.602	38.400	1.362.152
	Agosto.....	160	1.833.398	74.500	1.908.058
	Setembro.....	1.972	1.437.870	71.282	1.511.124
	Outubro.....	—	1.086.421	36.300	1.122.721
	Novembro.....	—	1.066.283	—	1.066.283
	Dezembro.....	—	769.681	—	769.681
		<i>100.356</i>	<i>13.529.186</i>	<i>280.563</i>	<i>13.910.105</i>
1934	Janeiro.....	—	290.338	—	290.338
	Fevereiro.....	—	99.837	—	99.837
	Março.....	—	166.993	—	166.993
			<i>557.168</i>	—	<i>557.168</i>
1931	—	720.844	2.095.284	9.656	2.825.784
1932	—	607.952	8.295.464	426.217	9.329.633
1933	—	100.356	13.529.186	280.563	13.910.105
	Total em 31-12-33	<i>1.429.152</i>	<i>23.919.934</i>	<i>716.436</i>	<i>26.065.522</i>
1934	(3 mēscs).....	—	557.168	—	557.168
	Total em 31-3-34.	<i>1.429.152</i>	<i>24.477.102</i>	<i>716.436</i>	<i>26.622.690</i>

As cifras acima mencionadas são do serviço estatístico do D.N.C. O total de 26.065.522 em 31/12/33 difere daquele que foi publicado pela revista do D.N.C. em Janeiro último (26.065.204), em razão de três insignificantíssimas omissões (6-70-242).

No momento mesmo em que era impresso este trabalho, recebíamos comunicação, do Presidente do D.N.C. da verificação feita pelos peritos a que nos referimos anteriormente.

O número total das destruições, verificado pelos peritos, é de 25.842.429 sacas em 31 de Dezembro de 1933. Si recorrermos ao quadro que organizámos (pag. 34) verifica-se que salvo uma diferença de um lançamento de 7.500 sacas, confirmam os peritos os algarismos de contabilidade do D.N.C. Não podia ser de outro modo, dado o escrúpulo com que é feita essa escrituração. Os peritos apresentam então os seguintes algarismos:

DESTRUIÇÕES DO C.N.C. E DO D.N.C. DE 19/6/31 ATÉ 31/12/33

NATUREZA DA OPERAÇÃO	SACAS	VALOR
Incineração.....	23.953.894)	1.667.743:211\$488
Imersão.....	1.057.845)	
Gazificação.....	827.605	45.368:807\$705
Combustível.....		
Estercos.....	5.087	181:793\$800
Experiências.....		
TOTAL.....	25.842.429	1.713.293:812\$993

Por outro lado o relatório faz a seguinte discriminação, entre as diversas agências:

AGÊNCIAS	Incinerados	Imergidos	Desnaturados	Experiências	TOTAIS
S. Paulo.....	14.331.934	—	689.282	992	15.022.208
Santos.....	8.069.808	—	6.500	50	8.076.358
Rio.....	954.898	862.525	151.821	2.045	1.951.089
Vitoria.....	476.750	195.520	—	—	672.270
Paranaguá.....	120.504	—	—	—	120.504
	23.953.894	1.057.845	827.603	3.087	25.842.429

Finalmente estabelecem os peritos a comparação entre os algarismos a que chegaram e os do serviço estatístico, os únicos que já foram publicados e que citámos acima.

A divergência global em 31 de Dezembro de 1933 é de 222.775 sacas que a estatística diz terem sido destruídas e que os peritos declaram existentes. Eles explicam essa diferença com as sacas que se esviam e as sacas das varreduras: os armazéns indicam realmente de um modo claro a saída das sacas cheias ou desfalçadas (estas como se estivessem cheias) e as sacas de varredura. Perfazem o total, indicam-no como destruído e assim a estatística os registra. Pelo contrário com os sacos de varredura, provenientes necessariamente da perda dos que se esviam, a contabilidade só

registra os primeiros números (sacas cheias ou como tais consideradas), sem levar em conta a destruição das varreduras que não são mais que um complemento de pêso desfalcado do total.

O relatório da verificação compara enfim os resultados obtidos, sem levar em conta a princípio, as varreduras, para depois tomá-las em consideração. Desta última maneira, os algarismos da estatística se acham exatos no total com uma diferença aproximada de 3.658 sacas. Esta diferença mínima vem entretanto da compensação de 350.000 sacas entre S. Paulo e Santos e 38.000 sacas entre Rio e Vitória. Isto prova que a explicação pelas varreduras não procede inteiramente e que de fato, aqui ou ali, houve alguns êrros nos pôstos de destruições.

Cumpre reconhecer precisamente que os êrros foram mínimos, o que seria impossível evitar num semelhante trabalho e, que a cifra de 1% é insignificante. O resultado da verificação faz honra aos dois serviços responsáveis—a contabilidade e a estatística. Mais uma vez encontra-se aí o empenho do D.N.C. em conhecer os algarismos exatos e de os divulgar tais como são: é uma mudança radical em relação ao que se fez durante longo tempo e, á diretoria, se deve felicitar por isto.

V

SERVIÇOS ESTATÍSTICOS, DE INFORMAÇÕES E DE PROPAGANDA

O decreto orgânico do Departamento Nacional do Café prevê um serviço de contrôle, um de estatística e um técnico.

O primeiro citado foi posteriormente (em 17 de Julho de 1933) dividido em “serviço de contrôle” e “serviço de publicidade e estatística”. Não nos ocuparemos aqui do serviço de contrôle, que é puramente administrativo. Mas queremos dizer algumas palavras sobre o serviço estatístico. Examinaremos também o serviço técnico embóra êste tenha passado desde 12 de Janeiro último para dependência do Ministério da Agricultura e esteja por conseguinte desligado do D.N.C.

O serviço da estatística é certamente um dos mais ingratos. Muito trabalho, geralmente longo e fastidioso, na maioria dos casos, conclue apenas por alguns algarismos, algumas vezes mesmo por um só algarismo.

A estatística propriamente dita refere-se sómente ao passado: no momento que concluiu o seu trabalho fica êste já prescrito, sendo preciso recomêçá-lo. Mas a enorme vantagem da estatística é que, sendo bem feita e si quem a faz estuda-a de modo inteligente, póde dalí tirar conclusões e mesmo avaliar a percentagem de probabilidades que levariam estas conclusões a serem anuladas por

um acontecimento extraordinário. Aí está o interesse do trabalho de estatística. A sua primeira parte é simplesmente mecânica. Mas a segunda, pelo contrário, é unicamente uma obra de previsão na qual se trata de computar probabilidades, avaliar o coeficiente de cada uma e concluir com bom senso. São apenas generalidades, mas é indispensável lembrá-las para que se saiba que de um serviço de estatística é impossível tirar outras conclusões que não as de ordem geral e, assim mesmo, periodicamente.

Um serviço de estatística que, para o café, quizesse por exemplo, pelos algarismos de consumo provável, fazer um cálculo segundo as expedições de cada semana, cairia irremediavelmente, na revisão permanente em erros grosseiros. Não se pôde, pois, exigir do serviço estatístico mais do que êle pôde dar, mas, quando êle apresenta as suas cifras é necessário saber compreender o valor do trabalho fornecido.

O serviço estatístico é um trabalho técnico, para o qual se requer um espírito científico. Êste trabalho é particularmente interessante e difícil no que respeita ao café.

O serviço estatístico do D.N.C. é encarregado além disto da publicação da Revista Mensal. Dá-se com esta revista o que aconteceu com o Boletim do Instituto: á proporção que passa o tempo torna-se mais volumosa. A Revista do Instituto, aliás, continuou a ser publicada em São Paulo ao mesmo tempo que a Revista do D.N.C. era publicada no Rio. Ambas estas publicações em certo número de casos tratam da mesma cousa. Mas a do Instituto de São Paulo ocupa-se principalmente dêsse Estado. A do D.N.C., ao contrário, não só se ocupa de todos os Estados e todos os pórtos do Brasil como procura de um modo geral documentar-se sobre o café.

Encontra-se na Revista do D.N.C. um grande número de informações interessantes.

O que se nota nesta revista é a dificuldade enorme que têm atualmente os encarregados da estatística, tratando de café, em reunir dados contínuos e precisos.

Nem todos os documentos da Revista do D.N.C. têm a pretensão de ser originaes. Nêste caso são geralmente acompanhados, embora nem sempre, da indicação de procedência.

Infelizmente encontram-se muitas falhas nêstes dados, apesar de serem fornecidos por órgãos officiaes e sérios.

O serviço de estatística e de propaganda do D.N.C. é já muito importante. Acreditamos, entretanto, que o futuro lhe reserva um desenvolvimento ainda mais importante.

Percebe-se que um forte movimento se esboça atualmente no Brasil, na intenção de desenvolver-se em todos os sentidos, os serviços técnicos. Os serviços de estatística não escapam á esta tendência, e sua concentração assim como sua extensão estão incluídos entre as cousas úteis e necessárias.

VI

A PROPAGANDA—OS CONTRATOS—A CONTRA-PROPAGANDA—

OS SUCEDÂNEOS

A propaganda para o consumo do café começou no Brasil em 1927.

Foi o Instituto de Defesa do Café de São Paulo que em primeiro lugar procurou organizar a propaganda do café no exterior, com o fim de promover o aumento do consumo, aumento que se julgava ser, na ocasião, meio eficiente para absorver a produção excessiva.

Feita pelo Brasil, esta propaganda visava unicamente o café brasileiro. Foi iniciada em França, depois nos Estados Unidos e depois ainda em outros países. Varias pessoas e Sociedades comerciais tiveram a incumbência de fazer publicidade para o consumo do café do Brasil. Estas missões de propaganda se concretizaram em contratos comerciais.

Haveria muito que dizer a respeito dêsses contratos e suas modificações progressivas á proporção que se adquiria experiência. Alguns foram concedidos em más condições, pois evidentemente o beneficiário gosava de vantagens por demais excessivas. Proce-deu-se á anulação ou á revisão de alguns dêstes contratos; outros ainda em vigor não serão renovados, pelo menos nas mesmas condições.

O menos que se pôde dizer é que houve, mais ou menos, para cada país, uma verdadeira romaria em torno dos contratos de propaganda, e que algumas das pretensões eram das mais inacreditáveis. Sem nenhuma parcela de conhecimento de um país longínquo (na maioria das vezes sem outros elementos do que uma relação pessoal junto ao Govêrno brasileiro ou á diretoria do Instituto da Defesa do Café de São Paulo, depois C.N.C. e depois ainda D.N.C.) todo o brasileiro, pôde-se dizer, residente na Europa ou em outro continente, veio pedir direta ou indiretamente um contrato de propaganda, e que muitas destas propostas, verdadeiramente nulas, nem mesmo foram examinadas.

O princípio atual dos contratos é encarregar uma firma comercial do país em que deve ser feita a propaganda, e em geral por intermédio de um brasileiro, da incumbência de fazer a publicidade. A subvenção do Brasil (no caso do D.N.C.) consiste numa remessa mensal gratuita (excetuadas as taxas) de uma quantidade de café, proporcional em princípio á importância do consumo nêsse mercado, e também algumas vezes limitada pela idoneidade do contratante.

Atualmente, para o contrôle da execução de cada um dêstes contratos o D.N.C. designa um representante brasileiro, de sua

exclusiva dependência, que lhe deve transmitir todas as informações necessárias sobre o mercado consumidor em que se acha e sobre a execução do contrato por parte da firma beneficiária.

O D.N.C. organizou um longo questionário destinado a permitir a sistematização da propaganda, adotando para cada país os meios que parecem mais apropriados para garantir o incremento do consumo.

E' bem verdade e, já o era antes, que uma propaganda pouco séria, feita por um país produtor em um mercado consumidor importante, produz uma reação por parte dos concorrentes.

Esta concorrência se manifestou, á propósito da propaganda brasileira, sob duas fórmulas distintas: uma, que ocorre imediatamente, é que outros países produtores igualmente importantes não desejam perder uma parte de seus mercados.

A outra, á que se dá menos atenção, é que proveio do próprio comércio do país em que se fazia a propaganda.

E' claro que o torrador, que por si só, mantém seus negócios, não póde lutar com as mesmas armas contra um concorrente que recebe de um país um auxílio eficaz sob a fórmula de um fornecimento gratuito de sua materia prima. Daí, para que o torrador invista a lutar por todos os meios contra esse adversário por demais privilegiado, vai apenas um passo, que é transposto logo que o sucesso do concorrente assim protegido alcança importância.

Para o torrador que se julga lesado, o meio mais simples é tentar obter também um contrato e um fornecimento gratuito. Mas como não é possível dar a muitas casas verdadeiros contratos de propaganda, o torrador não obtem senão um mesquinho auxílio.

Um outro meio, é procurar obter um fornecimento gratuito por parte de outro país produtor concorrente do Brasil. O campo é bastante restrito, pois que o número dos grandes países produtores que podem imitar o Brasil nesta propaganda é pequeno e a mínima quantidade de sua produção lhes limita os recursos.

Resta, enfim, como meios de defesa todos os que a iniciativa individual póde usar contra uma organização que possui certos característicos de repartição pública, como seja a falta de completa liberdade de ação.

E' facil compreender que, sob o ponto de vista de consumo de café, a *reclame* que provém de tais contratos produz um resultado muito pequeno em relação ao dinheiro dispendido.

Assinalamos estas consequências evidentes desde o início da propaganda e, não é impossível, atualmente, que se chegue a pensar numa propaganda *racional* a favor do consumo *geral* do café.

Uma propaganda maléfica para o café é a que se faz dos cafés sem cafeína. As empresas que vendem este produto alegam que não prejudicam o café. Sustentam mesmo que o café lucra com a sua *reclame*, sob pretexto de que o utilizam para produzir sua mercadoria, que verdadeiramente, nada possui de comum com o café, sinão o aspecto e o nome que lhe dá o fabricante.

Faz-se uma intensa propaganda dos perigos da cafeína e do café para a saúde. Ela atrai um certo número de freguezes para

a mercadoria isenta de cafeína. Mas afasta do verdadeiro café uma quantidade de consumidores bem maior ainda, porque são em grande número os que acreditam na realidade do perigo.

Muitas vezes provam a mercadoria e deixam-na logo, notando o sabor sensivelmente diverso; com mais frequência ainda, abandonam simplesmente o café para usar em substituição outra bebida que algumas vezes é o chá, tanto ou talvez mais nocivo. Mas ao chá, não aproveita, como ao café, a propaganda do chá sem teína. Ao contrário, êste produto colonial nas mãos dos primeiros mercados do mundo goza realmente de uma intensa e habil propaganda de consumo.

E' verosímil que teria sido mais vantajoso para o Brasil empregar todo o dinheiro gasto na propaganda, apenas na compra das empresas que produzem o café sem cafeína, depois de lhes haver feito uma contra propaganda sistemática, onde o ambiente fosse evidentemente, favorável ao artigo.

O Instituto de Defesa do Café de S. Paulo e, com mais razão o Govêrno Federal do Brasil não podiam deixar de sair vitoriosos em semelhante luta: nenhuma empresa particular pôde resistir a um Estado.

Aí havia todas as razões para o Govêrno brasileiro intervir: a situação econômica do seu principal artigo de exportação estava diretamente em jogo.

Tentou-se, é verdade, fazer alguma cousa, nas sempre no terreno judiciário. Teria sido mais eficaz iniciar uma luta comercial responder a cada *reclame* com uma outra, dobrada.

No Brasil não se sabe bastante quão intensa é essa campanha a favor do café sem cafeína e sobretudo quão insidiosa ela é: não se contenta com anúncios de página inteira nos jornais e revistas; não cessa de fazer uma propaganda pessoal a domicílio, com a remessa de pequenas brochuras, todas elas de caráter medicinal. Algumas vezes são citações diversas de vários medicos sôbre os perniciosos efeitos da cafeína. Outras vezes a publicação é toda feita baseada na opinião e assinatura de um clínico, e ainda, em certas ocasiões, o prospecto é feito para os próprios medicos.

Em suma: julgámos pessoalmente que esta propaganda traz para o café o maior prejuizo: e não levando em conta sinão o mercado francês, verifica-se que a venda do café sem cafeína atinge hoje a muitas dezenas de milhares de sacas por ano.

Admitimos como certo que a cada comprador de café sem cafeína correspondam muitos consumidores que tendo abandonado o café, passaram a não mais usá-lo.

Si considerarmos o mercado mundial do café, acreditamos que o prejuizo, desde alguns anos, ultrapassa certamente meio milhão de sacas por ano, perdido no consumo. Si insistimos neste exemplo do café sem cafeína é para demonstrar que a campanha a favor do consumo deve ser concebida, como todas as cousas aliás, num plano de conjunto e que para frutificar deve iniciar-se nos pontos essenciais.

O D.N.C. organiza para cada um dos países em que faz ou pretende fazer propaganda um questionário sistemático e completo.

A primeira cousa a observar é que a resposta a um tal questionário revele um conhecimento profundo do mercado local, *conhecimento tal que poucos possuem.*

Além disso espera-se por parte de quem responde, inteligência, bom senso e largueza de vistas.

Reconhecemos que as respostas dadas a um mesmo questionário sobre o mesmo mercado por pessoas diferentes, seriam também muito diferentes e talvez contraditórias em alguns pontos.

Nestas condições deve-se considerar que os questionários têm um valor bem mais teórico do que prático, e que o essencial é confiar o trabalho de propaganda a uma pessoa capaz de organizar um plano para determinado país e controlar a sua execução e eficiência.

Inúmeros contratos de propaganda têm sido e são verdadeiras prebendas pessoais. Além disso, na maioria dos casos, êles têm por objetivo um benefício comercial e no entanto são feitos mais ou menos em antagonismo com o comércio normal existente.

A nosso vêr, a propaganda, deve, pelo contrário, fazer de todo êsse comércio um auxiliar, de modo que êste, tirando proveito da propaganda, lhe traga, por seu lado, um concurso sem restrições.

A propósito de propaganda queremos dizer aqui algumas palavras sobre um assunto que particularmente interessa os produtores de café; é a questão dos sucedâneos.

Não se póde apreciar melhor o espírito sob o qual no Brasil se encara esta questão, do que citanto um extrato do relatório que o Ministro da Fazenda, Sr. Oswaldo Aranha, apresentou ao Chefe do Governo Provisório, Sr. Getulio Vargas, dando-lhe conta das finanças públicas, de Novembro de 1931 a Novembro de 1933.

Êste documento, de grande clareza, tem um sentido notadamente realista e são, e a êle volveremos mais adiante.

Assim se exprime a respeito do café:

“A crise mundial é de sub-consumo em relação á quasi todos os produtos. Não há, verdadeiramente, super-produção, uma vez que esta foi reduzida e não aumentada, como provam as estatísticas mundiais.

Em relação ao café, porém, há, positivamente, para o Brasil, uma crise de super-produção, creada, talvez, pelo crime do preço excessivo dêsse produto, determinando plantios, impostos e sucedâneos.

O consumo mundial de café é superior á sua produção.

Calcula-se em 40 milhões o consumo mundial, sendo que a produção não atinge a êsse número. Devido ao preço excessivo e aos impostos alfandegários, foram creados os sucedâneos do café, que contribuem nêsse consumo com 16 milhões de sacas de falso café, creando assim, as sobras anuais de cafés bons”.

Êste extrato que devemos á pena particularmente autorizada do Ministro da Fazenda é característico do aspecto sob que se encara no Brasil a questão dos sucedâneos.

Em verdade, no que se refere á chicória, na Europa por exemplo, o seu uso atinge quasi o mesmo que o do café. O consumo de ambos se desenvolve paralelamente.

Não há duvida de que hoje em dia a indústria da chicória adquiriu na Europa uma importância relativamente grande. Segundo os dados do Instituto de Agricultura de Roma, a produção de chicória torrada é atualmente na Europa de cerca de 190 mil toneladas, isto é, um equivalente a 3.175.000 sacas de 60 quilos. Êste consumo se opõe, para os diversos países europeus produtores e consumidores de chicória, a um consumo de café verde de cerca de 9.500.000 sacas; praticamente três vezes mais.

Convém dizer que o café maltado é um outro sucedâneo cuja produção na Europa está quasi completamente restrita á Alemanha e á Tchecoslovaquia.

Nêsses dois países, segundo dados recentes, o consumo do café maltado atingiria 275.000 toneladas (das quais só na Alemanha 250.000), portanto, número superior ao da chicória em toda a Europa.

E' natural que os países grandes produtores de café, como o Brasil, não queiram vêr a chicória, o café maltado, etc., como sucedâneos de seu produto nacional. Na verdade, entretanto, é preciso render-se á evidência: existe aí uma questão de bebidas análogas mas diferentes no sabor do café puro.

E', provavelmente, devido á torrefação no preparo dêsses produtos que a chicória e o malte são sistematicamente denominados sucedâneos do café. Não há dúvida que a mistura de chicória com café, numa proporção de 25% de chicória, produz uma bebida de gôsto nitidamente diverso do café puro. Em todo o Norte da França por exemplo, uma dona de casa, não apreciará o seu café com leite sem lhe haver adicionado a habitual proporção de chicória. Dir-se-á que é uma questão de hábito. E' possível. Mas todos sabem que o hábito é uma segunda natureza.

No que se refere ao café de malte, trata-se de uma bebida diferente, geralmente tomada pura com leite, sem mistura de café propriamente dito. E' de sabor diferente, mais doce. Não contém cafeína. O consumo de café de malte ou de café de cereais ultrapassa e de muito o da chicória. Esta é principalmente europeia e, mesmo na Europa, a cifra de consumo é inferior á do café de malte. Ao passo que na America do Norte, o consumo do café de cereais atinge um volume importante. Mas êsses produtos são geralmente vendidos com um nome que não pretende em absoluto lembrar o do café, o que achamos perfeitamente natural, como dissemos acima.

Assim, em resumo, achamos que os países produtores de café atribuem á questão dos sucedâneos e seu consumo mundial uma importância excessiva relativamente ao consumo do próprio café.

Grande parte do consumo da chicória e do café de malte é devida a uma questão de sabor, contra o que não se pode alegar mais do que se poderia dizer sobre a preferência manifestada pelo consumo do chá sobre o do café, ou do mate sobre o do chá.

Uma parte bem menor deste consumo é atribuída á questão de preço, e é sómente sobre esta parcela que se póde falar de um sub-consumo de café.

Como faz notar o próprio Ministro da Fazenda, são os preços altos creados pelo Brasil que permitiram a elevação dos direitos aduaneiros e aumentaram a vantagem dos sucedâneos.

E' preciso agora voltar atrás, modificar os hábitos e negociar acórdos difíceis; quão mais racional teria sido evitar tudo isto.

Sabem-no os dirigentes brasileiros. E com o espírito prático de que o Govêrno atual do Brasil não tem cessado de dar provas, é de esperar que, em face da propaganda e do decorrente aumento de consumo do café, serão progressivamente tomadas medidas eficazes, inteiramente diferentes das que foram adotadas até hoje.

VII

TAXAS DE EXPORTAÇÃO—ESTÔRNOS—BONUS

1.º TAXAS DE EXPORTAÇÃO

O café está sujeito, em quasi todos os países produtores, á taxas de exportação.

No Brasil, estas são mais numerosas. Foram creadas, muitas vezes, é preciso dizer, como compensação a sacrificios financeiros feitos em defesa dos preços da mercadoria.

Enquanto êstes preços se mantiveram altos, as taxas eram suportáveis para o produtor.

A grande baixa do preço de venda levou-o a se insurgir contra essas taxas de exportação, e no 2.º semestre de 1933 manifestou-se um acentuado movimento de protesto entre os lavradores contra o seu montante, considerado excessivo.

Foi especialmente a taxa de 15 sh. (na realidade 45 mil réis) que deu lugar ás reclamações mais veementes.

Apesar dos artigos na imprensa, apesar das reclamações, o Govêrno brasileiro não cedeu e não se lhe póde deixar de dar razão.

Num país como o Brasil, é legítimo o princípio de taxas de exportação para o café? Evidentemente que sim.

Não existe uma nação hoje que não seja obrigada, de um modo ou de outro, a onerar os seus cidadãos.

Em um país ainda muito agrícola como o Brasil e cuja organização administrativa é bastante simples (o que sob alguns pontos de vista é uma vantagem) existe meio mais simples e mais econômi-

co do que fazer incidir êsse imposto no momento da saída da mercadoria? A bem dizer não existe.

Póde-se portanto concluir imediatamente que as taxas de exportação imposta ás mercadorias pelos grandes países agrícolas são perfeitamente legítimas e que constituem de fato o meio mais simples e mais justo de arrecadar do agricultor o imposto que de qualquer maneira êle deve pagar ao Estado.

Mas as reclamações dos lavradores brasileiros contra a taxa de exportação de 45\$000 por saca têm razão bem diversa para não serem justificadas.

1. Sôbre êsse total, dois terços lhes reverteram, por via do C.N.C. ou do D.N.C nas compras que êsses órgãos efetuaram por ordem do Govêrno Provisório.

2. A outra terça parte atende aos compromissos do empréstimo de £20.000.000; e quantos lucros não proporcionou êste empréstimo aos lavradores? E' verdade que isto é o passado e a memória é fraca.

Por outro lado, fatos posteriores demonstraram que não era essa taxa que impedia o lavrador de obter melhores preços.

Demais, o êrro fundamental do raciocínio está no seguinte: no período de baixa, como no de alta, não é o comprador que estabelece o preço, e sim o vendedor. E quando para um produto ocorre uma situação crítica, o limite da baixa é determinado pelo preço de custo, isto é, o limite da resistência do produtor.

Quando êle ganha, como foi o caso no Brasil, importâncias suplementares, além das vendas normais, o preço que as permitiu fica diminuído de outro tanto.

O que significa que si o Govêrno brasileiro tivesse suprimido 10 sh. da taxa, exigindo gratuitamente do lavrador a quota de sacrificio, o preço de venda do lavrador teria baixado menos do que aconteceu; mas o preço de venda para exportação teria permanecido o mesmo (exceto o câmbio, vêr capítulo mil réis) e a *importância total recebida pelo lavrador teria sido a mesma.*

Sendo o volume atual das taxas de exportação no Brasil, bastante diferente hoje, do que o foi, achamos interessante organizar um quadro demonstrativo.

Diremos a título de informação que o valor do mil réis ouro foi fixado pelo Govêrno Provisório, por decreto de 21 de Novembro de 1933, em oito mil réis papel. O Interventor Federal de São Paulo, em vista de haver receita suficiente e do preço baixo do café reduziu a 3.500 réis papel a taxa de 1 mil réis ouro (correspondente ao empréstimo de £20.000.000).

Nos outros Estados, as taxas que são muito diferentes em um ou outro porto, variam também em um mesmo porto, segundo o Estado de procedência originário do café. O quadro é o seguinte:

IMPOSTO POR SACA DE 60 QUILOS

BRASIL—Imposto federal de exportação: 45\$000

Êste imposto foi sucessivamente de:

10sh.—Decreto Federal No. 20.003 de 16 de maio de 1931.

15sh.—Dec. Federal No. 20.760 de 7 de Dezembro de 1931.
 55\$000—Decreto Federal No. 21.340, de 30 de Abril de 1932
 (fixação do mil réis papel).

15sh.—cotação do dolar—Decreto Federal No. 22.236 de 19
 de Dezembro de 1932.

45\$000—Decreto Federal No. 23.498 de 24 de Novembro de
 1933 (fixação do mil réis papel).

ESTADO DA BAÍA

Taxa de exportação “ad valorem”, de 10% sobre o valor médio hebdomadário (a partir de 31-12-1933; anteriormente, 11,675%) ou seja (base fixada para Março de 1934, 14\$000 por 10 quilos) cerca de....	8\$820
Taxa denominada do Convênio.....	200
	<hr/>
TOTAL POR SACA.....	9\$020

ESTADO DO ESPIRITO SANTO

Taxa de 1 mil réis-ouro, fixada em mil réis papel em Decreto de 28-3-1931.....	5\$000
Taxa “ad valorem” hebdomadária, de 10% (Decre- to de 30-12-1933) baseada sobre o preço do tipo 7/8, disponível no Rio—cerca de.....	8\$400
	<hr/>
TOTAL POR SACA.....	15\$400

ESTADO DE MINAS GERAIS

Taxa de 1 mil réis-ouro fixado sob o nome de “taxa fixa de defesa” em mil réis papel a.....	3\$000
Taxa “ad valorem” de 7% sobre valor hebdomadá- rio ou semestral (atualmente cerca de).....	8\$820
Sobre taxa de 2% sobre a precedente.....	\$176
Taxa de três francos-ouro, fixada em mil réis papel a.....	2\$300
	<hr/>
TOTAL POR SACA.....	14\$296

O valor dado para o cálculo da taxa e da sobre-taxa não é o
 mesmo, e varia segundo o destino café: a Santos ou ao Rio. O cál-
 culo acima é feito na base Santos. Para o Rio, atualmente a pauta
 é de 1\$630 contra 2\$100 para Santos. Angra dos Reis paga como o
 Rio. A pauta é fixada no Rio por semana, em Santos por semestre.

ESTADO DO PARANÁ

Taxa de 1 mil réis-ouro, fixada em mil réis papel a.	4\$800
Taxa de exportação, em mil réis papel.....	4\$200
	<hr/>
TOTAL POR SACA.....	9\$000

ESTADO DE PERNAMBUCO

Imposto proporcional, em mil réis papel.....	4\$600
--	--------

ESTADO DO RIO

Taxa de 1 mil réis-ouro, fixa em mil réis papel a...	5\$000
Imposto de exportação de 8% sobre a pauta hebdomadária.....	6\$846
Taxa de armazém, de 8% sobre a pauta hebdomadária.....	\$700
	12\$546

ESTADO DE SÃO PAULO

Taxa de 1 mil réis-ouro, fixada para 1934 (Decreto de 31-12-1933) em mil réis papel a.....	3\$500
Taxa especial, dita de crise, mil réis papel.....	5\$000
Taxa de 10% sobre o frête da Estrada de Ferro, mil réis-papel, cerca de.....	\$750
Taxa de 3% por saca entrada em Santos (cobrada e reembolsada).....	—
	9\$250

Merecem ser notadas as reflexões que o exame dêste quadro sugere. Lembramo-nos da época, ainda recente, em que cabendo a São Paulo só, o encargo da defesa do café, taxavam-se as sacas saídas por Santos com direitos de exportação muito mais elevados do que nos outros portos brasileiros. Os 3sh. instituídos para o "Coffee Realization Loan" representavam a maior parte dêste suplemento.

A supressão da taxa acima citada e sua substituição por outra mais forte, paga á saída de todos os portos brasileiros, teve na época como resultado, aliviar Santos e igualar os onus.

Em publicações precedentes já havíamos assinalado esta necessidade dum sacrifício comum. E posteriormente rendemos homenagem ao Govêrno Provisório por havê-la compreendido e providenciado a respeito.

Mas aconteceu que depois da unificação para todos os pórtos brasileiros da taxa de 45\$000, sob a designação de taxa federal, todos os Estados mantiveram suas taxas particulares que representam receita essencial. Estas taxas foram de tal maneira modificadas depois de dois anos, que a situação hoje é inversa, e outros Estados que não São Paulo, encabeçam a lista dos impostos particulares. Eis a comparação:

Total dos impostos pagos por uma saca de café (excluída a taxa de 15 sh.):

ESTADOS	30 de Outubro de 1952	31 de Março de 1954
São Paulo.....	22\$120	9\$250
Minas (Santos).....	20\$170	14\$296
Minas (Rio).....	11\$650	12\$320
Rio de Janeiro.....	13\$000	12\$546
Espirito Santo.....	17\$370	13\$400

Todos os grandes Estados produtores têm atualmente impostos particulares sobre o café mais elevados que os de São Paulo.

A razão principal é que o imposto proporcional, chamado "de pauta" é o mais normal pois o proporcional foi suprimido em São Paulo e não nos outros lugares, e as taxas fixas de São Paulo foram reduzidas em vista dos preços baixos do café no ano passado e não se elevaram novamente depois.

A impossibilidade para certos Estados de equilibrar os seus orçamentos pela redução das taxas, provoca justificadas reclamações contra uma desigualdade que não é menos flagrante que a inversa, precedente.

A razão da diferença atual provindo sobretudo da falta de taxa proporcional em São Paulo, dá motivo a pensar-se que com o restabelecimento da pauta em Santos é que se conseguirá um melhor equilíbrio. Não é realmente normal, que uma saca de café custando atualmente mais do dobro que no ano passado pague um imposto menor.

Não se podem comparar os totais incluindo a taxa federal de 45\$000 porque uma grande parte desta taxa volta para o lavrador. Na verdade, depois de um ano, graças á taxa, o lavrador recebeu por saca exportada mais de 45\$000, tendo sido antecipado o produto futuro.

Além disto, si quizessemos fazer o cálculo com exatidão, seria preciso levar em conta a percentagem que a última colheita representou em relação a cada safra normal, para cada Estado. Um cálculo, mesmo resumido, mostra que São Paulo foi beneficiado nesta antecipação da taxa. A continuidade da percepção na mesma base é pois a justiça.

Convém notar, para terminar, que o projeto de Constituição, ora em discussão, modifica os direitos da União Federal e dos Estados no que diz respeito á percepção dos impostos. Póde, pois, resultar de sua aprovação, uma igualdade total dos impostos sobre o café no Brasil.

2.º O BONUS E OS ESTÔRNOS

Enquanto no Brasil o café é onerado á saída com as taxas que acabamos de referir, o comprador de café brasileiro gosa, pelo contrário, de vantagens especiais por parte do Govêrno Federal:

Em 13 de Abril de 1933, o D.N.C. tomava a deliberação de fazer a todos os exportadores uma bonificação de 10%, a partir de 17 de Abril, sobre as quantidades de café exportadas.

Esta bonificação era concedida ao exportador, que devia fazer, nos cinco primeiros dias do mês, uma declaração das vendas efetuadas no mês anterior, com todas as indicações úteis.

Ficou estabelecido que o café dado como bonificação estava sujeito ao pagamento da taxa de 15 sh. de exportação, bem como ás taxas dos Estados. O exportador devia expedir o "bonus" no mês seguinte ao seu recebimento. Finalmente ficou resolvido que este café não seria inferior ao tipo 6 para Santos e 7 para os outros portos brasileiros.

A decisão do D.N.C. provocou imediatamente uma confusão nos mercados exportadores e importadores. Com efeito, se o decreto previa, como acabamos de dizer, todas as disposições para a expedição da bonificação, dizia, também, que ela era concedida aos exportadores; parecia assim que estes tinham o direito de conservá-la, para reexportar nos prazos que quizessem.

Essa medida lhes permitia, afinal, fazer sobre os preços de venda uma redução igual aos 10% da bonificação, menos o pagamento das taxas e das despesas. Bastava-lhes em seguida vender quando quizessem e por sua própria conta o bonus recebido.

Mas, quasi ao mesmo tempo, em 18 de Abril, o D.N.C. esclarecia que a bonificação era destinada unicamente aos importadores e que os exportadores eram apenas intermediários. Em 28 de Abril, 6 e 15 de Maio seguintes foi o D.N.C. obrigado a determinar ainda o modo porque seriam feitos os pedidos de bonus. Surgiam dificuldades, principalmente pelos numerosissimos pequenos negócios de 125 sacas; a cada um deles correspondia uma entrega especial de 12 sacas e meia, de bonus.

Por outro lado, parecia, imediatamente, que este modo de proceder trazia todas as vantagens ao comprador de café comum, como tipo e qualidade. Só poderia lhe succeder que recebesse um melhor café do que o efetivamente comprado. Pelo contrário, um comprador de café de qualidade, com uma boa descrição, estava quasi certo não só de receber em bonificação um café inferior, como talvez mesmo de aplicação completamente impossível para êle.

Isto foi confirmado exatamente para com alguns compradores dos Estados Unidos e, a partir de 30 de Junho de 1933, um mês e meio após sua aplicação, foi suprimida a bonificação para todos os negócios tratados com aquele país, o que praticamente representava a supressão da medida para a metade das exportações do Brasil.

Temos, aqui, o exemplo de uma medida que, teoricamente podia parecer sedutora sob certos aspectos, mas que praticamente não apresentava tais vantagens e que, ao demais, se mostrava na aplicação, extremamente complexa, acarretando mesmo sérios inconvenientes.

Pensou-se que a concessão desta bonificação aos importadores contribuiria para desenvolver de outro tanto o consumo do café brasileiro.

Era desconhecer completamente o comércio. E' certo que êste ia considerar que fazia uma compra de mil e cem sacas e não de mil; que ia ter uma existência futura correspondente a sua compra e que faria o preço de custo á parte da compra inicial e do bonus.

Por outro lado, dada a importância de certos compradores aos quais o bonus era entregue diretamente, e em qualidades inúteis para êles (e no entanto em quantidades apreciáveis) provinha daí um verdadeiro incomodo.

Obrigava-se um comprador a receber contra a vontade uma mercadoria que êle não desejava, para a qual não tinha destino e de que só se podia desfazer revendendo-a do melhor modo que pudesse. Isto nem sempre era fácil, porque o decreto que regulou a exportação obrigatória do bonus, determinava que o mesmo devia ser vendido nos mercados em que o café entregue era, muitas vezes, praticamente inutilisável. A prova do êrro foi dada pela suspensão da medida em relação aos Estados Unidos.

Realmente, desde que o D.N.C. tinha tido a coragem de reconhecer que se havia enganado em 50%, poderia também suprimir o bonus para os demais países onde, a nosso vêr, êle igualmente constituia um êrro.

Esta bonificação é o exemplo de uma boa medida sob o ponto de vista teórico, mas, do ponto de vista prático sem grande resultado e um tanto onerosa para o D.N.C.

A êste respeito, aliás, pôde-se perguntar se existe interêsse em considerar um estôrno em qualquer dos elementos da parte comercial.

No comércio do café nós consideramos 4 elementos: o exportador, importador, torrador (ou vendedor de varejo) e consumidor.

Excusamo-nos de dizer aquí que achamos que o consumidor aceita a mistura que se lhe oferece. Não conhece nada. Póde-se mesmo dizer que á medida que aumenta a venda direta de café torrado, não mais lhe interessa saber nada a respeito. O comprador é incapaz de verificar si o que bebe é ou não realmente o que lhe dizem: limita-se a apreciar o sabor de sua xícara. Não tem, portanto, preferência sistemática sinão pelo gôsto habitual. Por outro lado, o prêmio que lhe poderia ser concedido é tão pequeno que não se lhe dá nenhuma atenção.

Com relação ao exportador, que não pôde fazer outra coisa senão oferecer a mercadoria no seu porto respectivo, o estôrno também não tem nenhuma razão de ser.

Resta apenas o importador (que tem sôbre o seu comprador habitual uma inegável influência e que pôde aumentar-lhe as compras dando-lhe indicações apropriadas), mas sobretudo o próprio torrador que é senhor de suas misturas e que, por conseguinte, pôde, mais que qualquer outro, escolher entre uma qualidade e outra, pelo menos para uma parte de cada uma de suas mesclas.

Vê-se logo, entretanto, que para tirar partido de semelhante prêmio, seria necessário que êle fosse proporcional não tanto á quantidade já utilizada mas ao aumento desta quantidade; além disso, seria preciso que o prêmio fosse, por exemplo, função da proporção do uso do café do Brasil sôbre o total da quantidade de café verde passado pela torrefação.

Sob êste aspecto poder-se-ia talvez prever qualquer cousa de realmente sedutor, com um interêsse real. A grande dificuldade estaria no contrôle. Êle tornar-se-ia muito mais fácil para os grandes compradores do que para os pequenos. Ora, seria perfeitamente injusto favorecer os primeiros neste ponto. Eis porque em conclusão de tudo isto, julgamos que todas as bonificações são inúteis ou impraticáveis.

Voltando ao bonus propriamente dito, notemos a título de documentação que, nos sucessivos balanços do D.N.C. se encontram as quantidades de café que foram entregues como bonificação.

Elas atingem: em 30 de Junho de 1933 a 174.886 sacas; em 30 de Setembro de 1933 a 482.428 sacas e a 31 de Dezembro de 1933 a 690.140 sacas.

Estas crescentes quantidades representam importâncias cada vez mais elevadas de 13.570:789\$100, 33.355:898\$242 e 46.249.989\$830. Mas é de notar que em 30 de Junho o valor unitário era escriturado a 77.600 réis por saca e que em fins de 1933 não era cotado senão por pouco mais de 61.000 réis.

As 640.140 sacas entregues a título de bonus até 31 de Dezembro de 1933 figuram assim por 46.259.989.830, com um valor médio de 67.000 réis por saca.

O D.N.C. daí por diante parece seguir uma política completamente oportunista, em relação ás bonificações. O bonus está atualmente (e segundo pensamos, definitivamente) suspenso, como já dissemos, para os Estados Unidos, ou seja para a metade das exportações brasileiras.

Ainda mais, foi resolvido em 12 de Dezembro de 1933 conceder-se um estôrno de 10 a 25% a favor das exportações para a Rumania e a Iugoslavia: a resolução determina que os 10% são destinados ao comprador estrangeiro e que os 15% suplementares são reservados ao exportador brasileiro.

De fato é o comprador que se aproveita, pela diferença de preço da maior parte destes 15%.

Do mesmo modo, a partir de 1.º de Fevereiro de 1934 foi concedida uma nova bonificação de 15% aos exportadores de café para a Austria.

Refletindo sôbre as possibilidades da verificação do consumo real do proprio país, ficamos convencidos que haverá desvio para os países vizinhos.

Póde parecer contraditório o esforço de melhorar o mercado para obter a alta dos preços e fazer para os mercados particulares

concessões de 25% (Rumania, Iugoslavia e Austria) ou mais (Japão). Poder-se-ia responder que se obtêm assim novos consumidores. Póde ser exato. Mas é também possível, entre os povos pobres, com o nível de vida pouco elevado, que a venda da mercadoria por seu verdadeiro preço faça imediatamente cair o consumo a cifras menores.

Existe, além disso, o contrôle, muito difícil, dos desvios de mercadorias de um país para outro, e, são êstes, a verdadeira razão do aumento das vendas.

Continuamos a considerar um êrro todas essas bonificações. Convém ainda lembrar que se elas têm por fim atrair novos compradores suplementares para o café brasileiro, qualquer medida dêsse gênero tomada pelo Brasil, póde igualmente ser adotada por um país concorrente. Não se podem calcular os êrros comerciais a que se chegaria admitindo êste estôrno de um modo geral, com a luta entre os produtores por um estôrno cada vez maior.

Basta esta simples suposição, acreditamos, para indicar o caminho. E' possível que a ideia de bonificação tenha correspondido ao desejo de empregar, por pouco que fosse, os estoques que ficaram com o Governo. Pensamos que há outros meios de o fazer de modo mais eficaz.

VIII

SERVIÇOS TÉCNICOS DE AGRICULTURA

Não foi senão em 1927, em seguida á Exposição do Centenário do Café em São Paulo, que se começou no Brasil a tratar da técnica da cultura do café.

A bem dizer, isto parecia realmente um tanto inverosímil verificar que, visivelmente os processos de cultura eram exatamente os mesmos de há 50 anos e, tinha-se a impressão nítida de que, assim como a atual geração agia exatamente como a precedente, esta nada havia mudado, tão pouco a maneira de cultivar.

Entendamo-nos. Não queremos falar aquí nem do modo de exploração das fazendas nem do preparo do café.

A abolição da escravatura, há pouco mais de 40 anos, forçou na exploração das fazendas os grandes lavradores a modificarem completamente as condições do trabalho. Um número bem importante de grandes lavouras foi abandonado nesta época, principalmente no Estado do Rio. Desde então e daí por diante o regime de exploração evoluiu mais ou menos, segundo as zonas e os Estados, de acôrdo com a política agrícola seguida por êstes.

No que se refere ao tratamento do café, um grande progresso foi trazido pelas máquinas, a princípio importadas, depois fabricadas e consideravelmente aperfeiçoadas aquí mesmo no Brasil. Atualmente é no Brasil—e é muito natural—que se encontram as

melhores máquinas de beneficiar café, desde a menor com 3 separadores, até a maior com 11 ou 14.

Não obstante, este progresso mecânico depende também completamente dos Estados e das zonas. Em princípio, só o encontramos nas zonas de grande produção e nas fazendas de uma certa importância. Todas as do Estado de São Paulo estão assim aparelhadas e pôde-se dizer, bem aparelhadas. Excetuam-se as novas zonas de S. Paulo creadas depois de 1927, porque nelas existe uma grande quantidade de lavradores de fazendas médias e pequenas e os recursos foram escassos para fazer o aparelhamento mecânico. Todo o capital disponível, e mesmo mais do que isto, foi empregado na compra do terreno e na própria lavoura. Quanto mais nos dirigimos para o Norte, mais encontramos processos mecânicos rudimentares. Todo o Sul do Estado de Minas está aparelhado como São Paulo, o Estado do Rio com tendência a um pouco menos e o Estado do Espirito Santo ainda menos. Finalmente, no Estado da Baía pôde-se dizer que não existem máquinas e, vê-se, como em todas as pequenas fazendas do Espirito Santo, o café tratado em pilão ou á carretão (e isto numa fazenda já bem mais importante, produzindo algumas centenas de arrobas por ano).

O Serviço Técnico de agricultura, iniciado no regime do Conselho Nacional, continuado pelo Departamento Nacional e subordinado atualmente ao Ministério da Agricultura, promove a esse respeito o aparelhamento das zonas menos favorecidas, creando aí usinas de beneficiamento, isto é, tratamento do café em grão, ou de rebeneficiamento (estas destinadas não só ao tratamento dos grãos como especialmente do café já manipulado e mal preparado).

Pôde-se dizer que os atuais esforços do Serviço Técnico de Agricultura visam a melhor conservação das árvores e a melhor qualidade do produto.

No que concerne á qualidade, esse cuidado se manifesta por duas maneiras: o melhoramento do tipo por mecanismos aperfeiçoados e o da qualidade por uma colheita diferente e um tratamento também diferente do grão.

Um grande trabalho foi feito pelo Brasil neste sentido: especialmente em São Paulo, onde, há muitos anos, começou pelo Instituto de Defesa. O que faz atualmente o Serviço Técnico não é mais do que o desenvolvimento e sequência deste serviço, começado por S. Paulo e para êle concebido.

Trataremos, separada e sucessivamente, de cada um desses pontos.

1º—CULTURA E EROSÃO

Quando escrevemos em 1927 que o fazendeiro brasileiro usava os mesmos processos de cultura de há cem anos, muitos estrangeiros não acreditaram. Mesmo no Brasil, responderam-nos em geral que um fazendeiro, depois de muitas gerações, e cultivando como seu antecessor, sabia melhor que ninguém o que devia fazer.

Quando naquela ocasião dissemos que na realidade o processo de cultura no que diz respeito á arvore era nulo que não se procedia á póda da planta, que nada se fazia para proteger o arbusto, que não se usavam adubos, que o único tratamento consistia em impedir o crescimento deervas dâninhas, e que se fazia a colheita de modo brutal até o momento em que a planta se esgotava, suscitámos a incredulidade de uns e o protesto de outros.

A verdade porém era o que havíamos escrito, e não recebíamos nenhum desmentido a êsse respeito, pois que havíamos percorrido longamente centenas de fazendas, em milhares de quilômetros, todas as zonas do Estado de São Paulo onde a lavoura se fazia e se faz melhor do que nos outros Estados brasileiros (com exceção de Minas, onde se procede igualmente bem, porém não melhor que em São Paulo).

Hoje o Serviço Técnico não esconde realmente que a lavoura do café quasi não merece o nome de cultura, no momento presente, com os processos em voga.

Parece incrível (dizer) que o país que sozinho produz mais café do que o necessário para o consumo mundial, não possua uma estação experimental agrícola nacional destinada exclusivamente ao café (1). Estas estações existem em outros lugares, não aqui; provavelmente porque, sendo o Brasil a terra do café, desnecessário parecia estudar as condições em que melhor se poderiam desenvolver as arvores e mesmo depois conservá-las para uma vida mais longa e um maior rendimento.

Com os processos rudimentares de que falámos, pôde-se dizer que em todo o Brasil, o lavrador se contentava, uma vez feita a plantação, em vêr prosperarem as arvores, digamos: até o oitavo, o decimo ou decimo segundo ano, para depois declinar progressivamente até não produzirem mais nada, em um sólo considerado exausto (duração de 20 anos no Espírito Santo, 30, 40 e 50 em Minas e em São Paulo).

Em 1927 nós mesmos tínhamos observado e escrito que esta decadência das lavouras provinha unicamente da falta total de cuidado para com os cafezais. Tem sido até hoje considerado, no Brasil, como mais econômico e mais normal, esgotar completamente a terra, sem cuidado com as arvores, e recomeçar em outros lugares, mais longe, novas plantações, com um novo preparo de terreno.

Nestas condições, não surpreende vêr, sobre as acentuadas elevações de terreno no Estado do Espírito Santo, pobres pastagens no princípio das rampas, pastagens que em ondulações regulares mostram vestígios de antigas lavouras de café, desaparecidas há algumas dezenas de anos. Depois, acima dêsses pastos, lavouras de café, algumas abandonadas por varios anos, outras em estado de depauperamento quasi total. Mais alto, finalmente, co-

(1)—Existem estações experimentais dos Estados, principalmente em Minas e S. Paulo, que, relativamente recentes, começam a obter resultados interessantes dos seus estudos de seleções. O seu objetivo é absolutamente geral e não limitado sómente ao café.

brindo os cimos, sôbre rampas, muitas vezes na realidade por demais íngremes para a cultura desabrigada, novas plantações que, ali, foram procurar o humus ainda existente.

E' fácil compreender que êstes cafezais, mais altos de 100 ou 200 metros que os antigos, e mais distantes do fundo do vale, são mais difíceis de cultivar. Além disto, quando se atinge o cimo, não se vê qual a nova substituição que se poderá fazer.

Em São Paulo mesmo, o preparo da terra foi feito cada vez mais para o interior. A distância do porto é cada vez maior e os fretes da estrada de ferro tornam-se progressivamente mais elevados. Não é certo que êste modo de utilizar o terreno tenha dado melhores resultados econômicos. Ao vêr o estado de certas fazendas de São Paulo em que se teve o trabalho de cuidar realmente da fazenda e do cafezal, verifica-se como dissemos em 1927, que o fazendeiro que é forçado a abandonar o seu cafezal ao cabo de 20 ou 30 anos por tornar-se o mesmo improdutivo, não merece o nome de "fazendeiro".

O Serviço Técnico de Agricultura compreende perfeitamente esta questão e se esforça hoje por ensinar aos fazendeiros os meios essenciais de proteger as lavouras.

Pareceu-lhe que o ponto capital era a erosão do solo.

Ao processo recomêndado deu-se o nome de "enleiramento permanente".

Tem, por fim principal, cercar cada arvore de um pequeno talus quadrado, de perfil troncônico, destinado não só a evitar as correntes de aguas muito fortes, como a promover uma melhor alimentação das raizes. Procurou-se difundir êsse processo por inúmeros e variados meios: artigos na imprensa, conferências, cartazes colocados nos logradouros públicos, cartões postais de diversos môdelos, dirigidos aos lavradores, o ensino nas escolas, etc.

Parece que êste processo tem valor, mas parece também que o Serviço Técnico o aplica um pouco como panacéa.

Aquí ainda vamos observar esta generalização demasiado rápida de conclusões pessoais e locais e que não se pôde dizer tenham sido o resultado seguro de uma sufficiente experiência. Em todo o caso, nota-se a aplicação de um mesmo processo em condições completamente diversas daquelas em que êle foi concebido e experimentado. Vimos, numa lavoura da Baía, feita á sombra, a adoção do enleiramento permanente depois de suprimir uma linha em cada duas linhas, e uma arvore em cada duas arvores da mesma linha, para aplicação de adubo. Naturalmente as arvores assim tratadas eram muito melhores e muito mais fortes que as outras próximas, que não tinham tido o mesmo tratamento. Ora:

- 1.º—A comparação de plantas adubadas com as que não o foram, quaisquer que elas sejam—é absurda; com relação ao café, sabe-se perfeitamente, é igualmente absurdo. Por conseguinte, desde o início, a comparação util é impossível.

- 2.º—As arvores, como dissemos, são bem melhores quando têm folhagem mais extensa. Mas o que interessa não é a folha, são os frutos. Ora, no que respeita ao rendimento em frutos, não foi possível dar elementos valiosos de comparação.
- 3.º—Mas o que é ainda bem mais interessante, é o rendimento em superfície. Na área cuidada ficou apenas a quarta parte das arvores iniciais. E' preciso portanto um rendimento quatro vezes maior por planta para que o resultado seja apreciável. Ainda aquí não nos puderam precisar a experiência, porque ela não foi feita.
- 4.º—Finalmente, os lavradores da Baía, que cultivam á sombra, acham que devem plantar as arvores muito próximas umas das outras, afim de que se protejam mutuamente, nos lugares em que a sombra seja, eventualmente, menos acentuada. Ainda aquí não se fez a experiência; tomou-se para exame um lugar onde a sombra é completa.

Tudo isto significa que, para se tirar dêste processo, inventado e aplicado em São Paulo, em cafezais desabrigados, uma conclusão apreciável para a Baía, em condições completamente diversas, seria preciso fazer um estudo. E' arriscar-se a grandes decepções, aconselhar hoje o fazendeiro da Baía a modificar o seu processo de cultura; mostram-se-lhe as arvores adubadas quando êle não pôde fazer a adubação e, tentado a adotar o processo, fica exposto, talvez, adesastres imprevisíveis.

Quando igualmente se estuda em Vitória o problema da erosão, êste se nos apresenta em condições nitidamente diversas das de S. Paulo, porque as rampas, numa extensão aliás muito maior, são também muito mais acentuadas. Encontra-se comumente no Espírito Santo o que só mui raramente se vê em São Paulo: verdadeiros deslizamentos de terreno que não são erosão e contra os quais não pôde dar resultado um processo superficial como o enleiramento permanente. Demais, em rampas geralmente excessivas, também nada aproveita o enleiramento permanente.

Acreditamos facilmente que, no Espírito Santo, seja a erosão o motivo principal da rapida decadência dos cafezais. Mas estamos certos de que, devido á propria natureza e á configuração do terreno nestas zonas, é preciso aplicar uma solução diferente da que é adotada em São Paulo.

Com êstes dois exemplos mostramos, no que respeita á erosão, que ás conclusões a que se chegou, não precedeu o estudo completo que incontestavelmente o problema merecia.

2.º—QUALIDADE

Com referência á qualidade, o Serviço Técnico de São Paulo, o do C.N.C. e o do D.N.C. promoveram, nas mesmas condições que assinalámos a propósito da erosão, uma campanha a favor dos cafés finos.

Começou por ser uma campanha do tipo, contra os defeitos por conseguinte e unicamente. Foi sensivelmente facilitada pelo fato de que, após o abuso de 1927, quando o Instituto de Defesa comprou sacas de café que não eram senão detritos e "escolhas", foi proibida a exportação do tipo inferior a 8, o que determinou uma melhora imediata (reduzindo além disto a quantidade).

Mas, depois da campanha pelo tipo, sucedeu a campanha pela qualidade. Ora, sobre o assunto, fizeram-se alguns estudos de laboratório, aliás interessantes, mas de conclusões duvidosas. Foram feitos estudos práticos, mas deficientes, de modo a não poderem apresentar um aspecto seguro de observação.

Ainda aqui, em 1927, tínhamos tido a surpresa de verificar que nenhum estudo sistemático tinha sido feito no Brasil para determinar as condições de produção do café duro, chamado "Rio".

Para a enorme maioria das pessoas, há aí, uma questão referente ás terras. O gôsto do café Rio ou "duro" é comparado ao sabor de Santos ou "doce", como o aroma do vinho de Bordeaux ao de Bourgoigne.

Durante nossa viagem de 1927 e diante das verificações que havíamos feito, chegávamos á conclusão de que a terra nada influencia e que o gôsto do café do Rio era unicamente o resultado da fermentação da cereja.

Chegámos a esta convicção pelo seguinte: incontestavelmente fazendas há que produzem em certos anos cafés doces, em outros anos cafés duros; ou em um mesmo ano, uma parte de café doce, outra de café duro, provenientes de terras idênticas e vizinhas.

Um dia de tempestade, após violenta chuva e sob um sol ardente, despertou-nos a atenção, em meio de um cafezal, o cheiro do café do Rio. Esta fragrância provinha de um amontoado de folhagem de café, alí depositada pouco antes, e em plena fermentação.

O fato nos sugeriu a idéia de uma análoga fermentação da cereja e na ocasião nós dissemos que se devia examinar a hipótese por meio de experiências sistematicas.

Elas foram feitas, graças ao Serviço Técnico, em condições que pareciam suficientes. A propaganda dêste Serviço consiste em induzir os fazendeiros a produzirem o café, colhido e tratado com cuidado, pelo metodo húmido, de modo a se obter um café não sómente doce, mas lavado (despolpado).

Os Serviços Técnicos esperam de sua propaganda uma produção para breve, no Brasil, de 2 milhões de sacas de café despolpado, estritamente doce, capaz de fazer concorrência aos cafés da America Central.

Não será nada de extraordinario, dados os meios de que o Brasil dispõe. No dia em que se verificar esta produção, a situação do Brasil em relação aos seus concorrentes poderá ser bem diversa da que é hoje. Contudo, é preciso estudar o assunto com mais detalhes.

Não resta a menor dúvida de que os resultados obtidos no Brasil, desde 5 ou 6 anos, sobre melhoria de classificação, já são sensíveis.

Em verdade, com relação aos Estados do Norte, foi principalmente a proibição de exportação e depois a da expedição para o interior, do café abaixo do tipo 8, que produziu um resultado eficaz. Quanto á qualidade dêste café, se conservou até aqui exatamente a mesma.

Convem dizer que mal se compreendem os esforços atualmente feitos para obter cafés despulpados e estritamente doces, nos Estados do Rio, do Espírito Santo, Baía e Pernambuco.

Pensamos que se deveria considerar de fato que todos êsses cafés do Brasil, produzidos pelos Estados do Norte e exportados pelo Rio, Vitória, Baía e Pernambuco têm no mundo a sua clientela particular de compradores.

Por exemplo, sabe-se que toda a bacia do Mediterraneo, Marrocos, Algeria, Tunisia, Egito, Turquia e os Balkans desejam e preferem o sabor do café do Rio. Do mesmo modo, algumas regiões do norte da França, como também na Belgica, na Alemanha ou nos Estados Unidos.

Não vemos porque se procuraria obrigar êsses consumidores a trocar a preferência que têm atualmente de um modo positivo pelo café do Rio, por uma outra como a do café doce.

Póde-se dizer, e absolutamente não é um paradoxo, que o Brasil produz café riotado e que êste possui uma clientela propria, sem concorrência. Não é admissível que êsses Estados do Brasil procurem creá-la para si mesmos, modificando o gôsto habitual dos seus consumidores.

Entre os compradores de café dos Estados do Norte encontram-se os que sistematicamente procuram o café barato. E' de notar ainda que êsses Estados não têm como concorrentes nas espécies e qualidades equivalentes, sinão as Indias Neerlandesas para a parte baixa e bastante restrita (um quarto a um terço) de sua produção, e Madagascar. E' mais ou menos tudo que existe. Torna-se fácil assim, verificar pelos algarismos da produção que, aqui também, é o Brasil que contribue com as maiores quantidades.

Chegamos então, no que se refere aos compradores de cafés baixos, á mesma conclusão anterior. Os Estados do norte do Brasil, têm, para estas qualidades, certos compradores que lhes são quasi exclusivos, que querem o café de preço baixo, o café de tipo inferior e qualidade comum: será conveniente, suprimindo a produção desses cafés, incentivar o seu fornecimento pelos outros países? Não acreditamos seja vantajoso para o Brasil.

Sendo assim, a questão da qualidade se impõe, não tanto para os Estados do Norte mas para os dois Estados de Minas e de São Paulo.

Quanto a Minas, ainda se póde considerar resolvido o problema sem esforço; a parte norte do Estado de Minas que produz

café com gosto Rio, exporta a sua produção pelo porto do Rio e o que acabamos de dizer se aplica perfeitamente a essa exportação.

Por outro lado, toda a parte sul do Estado de Minas produz café tão bons e tão bem tratados como os melhores cafés das melhores zonas do norte de São Paulo. Assim, como dizíamos acima, a questão da qualidade a nosso vêr em face da produção de Minas não tem cabimento. E' completamente diversa da do Estado de São Paulo.

A produção do Estado de São Paulo, póde-se dizer hoje, compõe-se de tres partes:

A primeira é fornecida pela zona do norte (Ribeirão Preto e cercanias). Todos os cafés desta região são como os do sul de Minas, perfeitamente tratados e estritamente doces. Infelizmente, na quasi totalidade desta zona se encontram antigas fazendas, cujas arvores são igualmente velhas, não foram renovadas e em média produzem pouco.

A segunda parte pelas novas zonas (Sorocabana e Noroeste). Aquí os cafés, na generalidade, são de sãbôr duro. Infelizmente são estas zonas que, com perto de 600 milhões de pés de café, têm o mais alto rendimento e produzem, sómente elas, mais de metade dos cafés do Estado de São Paulo.

A terceira parte é fornecida pelas outras zonas ou por certas fazendas esparsas nas zonas anteriormente citadas e conseguindo entretanto produzir café de bom paladar.

Vê-se logo o aspecto particular sob o qual se apresenta em São Paulo o problema da qualidade.

A certeza e a realidade da super-produção mundial do café exigem o desaparecimento das lavouras cujo preço de custo seja mais elevado. E' claro que são as lavouras de menor rendimento as que produzem café mais caro. Mas da-se o fato, felizmente para estas, aliás, que a maioria das lavouras de pequeno rendimento, em São Paulo, produz justamente café de excelente qualidade que, em consequência de sua relativa raridade, obtêm nos mercados consumidores preços notadamente mais elevados. As que, de pequeno rendimento, produzem cafés mediocres estão fatalmente destinadas a desaparecer.

Mas, resta toda a enorme produção das novas zonas, que representa, como dissemos, em média, atualmente, mais de metade da produção paulista.

O estudo do problema foi protelado todos êstes últimos anos devido ás aquisições de estoques pelo Govêrno de S. Paulo, C.N.C. e D.N.C., e ás destruições que êstes órgãos determinaram. Ainda êste ano, na safra de 1933/34 o D.N.C. autorizou a substituição de um café por outro na quota de sacrifício. Estas substituições tiveram por fim não permitir a entrega ao D.N.C. de nenhum sacco de alta qualidade, evitando assim a destruição eventual.

A finalidade real era, não sómente esta, mas, ainda a de fazer entregar ao D.N.C., café de classe mais baixa; tendo sido feitas muitas

entregas para quota de sacrificio em substituição, habilmente preparadas, para se chegar ao limite mais baixo dos tipos aceitos em conjunto pelo D.N.C.

Teve em São Paulo um resultado positivo a campanha para melhora dos tipos; é entretanto extremamente difícil apreciar esse resultado de um modo exato, pois que, desde alguns anos todos os cafés baixos, sem exceção, se incluíam nas partidas adquiridas pelo Governo.

Sabemos que acabou o abuso das escolhas. Mas seria desconhecer o comércio o acreditar-se, ainda que por um momento, que sendo possível agir de outro modo, se vá entregar café de um tipo superior ao que foi estabelecido.

Como o preço fixado para a quota de sacrificio em 1933/34 era o mesmo para qualquer que fôsse a classificação, verifica-se que, tão cedo quanto foi possível, isto é, após as primeiras semanas, entraram em cena as substituições para o efeito que acabamos de dizer.

Ainda uma vez deparamos aqui com a luta do indivíduo contra o Estado, luta em que o indivíduo procura aproveitar, e de fato aproveita, no máximo, as vantagens de uma medida oficial. O Estado, obrigado a tomar medidas de ordem geral, é forçosamente um pouco explorado no pôr em prática as minúcias.

Assim, o problema do tipo de classificação em São Paulo aparece, quando observado externamente, muito mais resolvido do que está realmente, si nos colocarmos em face da produção tal como ainda é hoje.

Entretanto, sabe-se que desde muitos anos, afim de melhorar a classificação do café na expedição mesmo das lavouras, deu o Instituto de São Paulo saída livre por Santos aos cafés despolidos ou de tipo 2.

As autorizações pedidas foram a princípio insignificantes e provinham de pequeno número de lavouras; progressivamente as quantidades aumentaram: atingiram e ultrapassaram á cem mil sacas mensais. No mês de Junho de 1933, apresentaram-se 188.000 sacas das quais 30.000 foram recusadas. Em Agosto do mesmo ano, pediam os fazendeiros o embarque de 971.417 sacas sendo aceitas 889.440. Era tão elevada esta cifra que o café despolido, em 68.891 sacas, só foi autorizado a descer (para Santos) com 5% de café não despolido.

Nos anos anteriores havia grande vantagem em se poder completar imediatamente o total do café com a expedição direta para o porto. Era evidente, a partir do último ano, que não se poderia continuar a conseguir esta vantagem, dado o número cada vez maior de fazendeiros que procuravam tirar benefícios dessa circunstância.

Mas têm-se aí a prova do bom resultado obtido com a melhora do tipo. A questão é ainda muito mais importante, não tanto quanto ao tipo, mas quanto á qualidade do café em chícara.

Póde-se dizer que o problema não só não foi resolvido, como tam bém nem sequer foi encarado.

Evidentemente fez-se propaganda e por diversos meios: cartazes nos logradouros públicos, cartões postais, conferências e artigos de imprensa. Mas que resultado pôde ter semelhante propaganda quando a mesma é feita para pessoas que não têm a mínima idéia do que o comércio estrangeiro chama de café duro?

Poderíamos ser aquí acusados de exagero, razão porque lembraremos um pequeno fato pessoal: o gerente de uma grande fazenda de São Paulo, intimamente ligado a uma casa exportadora, nos perguntava porque se queixava esta casa de que o café da fazenda era, em Santos, considerado duro. Para nos provar que o café não era duro, êle mastigava deante de nós, grãos de café verde. E' um processo, para encontrar-se o gôsto peculiar. Mas êste gerente procurava demonstrar sómente que os grãos de café não eram duros, mas sim moles, mordendo-os.

Todos os provadores especialistas sabem que é extremamente difficil o trabalho de apreciar o gôsto e que, particularmente, não possuindo bases de comparação, seria completamente impossível. E' tal o hábito do sabôr, que no Brasil mesmo, pessoas que diariamente bebem café do Rio perdem completamente a noção dêsse gôsto especial e acham-no perfeitamente normal. Tornam-se incapazes de distinguir um café doce por comparação.

Além dessa difficuldade essencial, seria necessário poder dar, aos lavradores de São Paulo, cuja fazenda produzisse café duro, um processo seguro para a transformação dêste em café doce ou estritamente doce. Parece que se trata aí de fermentação da cereja. A êste respeito podem-se aceitar como bôas as conclusões a que chegou o Serviço Técnico; mas ainda é preciso ver si essas conclusões podem ser applicadas praticamente.

Em resumo tudo depende de colher o fruto no seu ponto exacto de maturidade, antes da fermentação da polpa ainda no galho. E' o processo comumente empregado, como se sabe, na America Central.

Mas o problema se apresenta de modo bem diferente, por duas razões distintas que, infelizmente no Brasil, concorrem ambas para o mesmo resultado:

A primeira é que, nas novas zonas de São Paulo, de que tratamos, a carga média das arvores é duas ou três vezes maior do que na America Central. Mas é preciso considerar que esta carga média em São Paulo é produzida por uma grande colheita seguida por uma pequena. Assim, na safra abundante, o fazendeiro encontra em cada arvore uma carga quatro ou cinco vezes maior da que, pelo contrário, bastante regular, se vê na America Central.

A segunda é que na Colombia, por exemplo (citamos êste país por ser o primeiro concorrente do Brasil) a colheita se faz em muitas florações successivas, com maturidade diferente. No Brasil, ao contrário, as florações de um mesmo ano são mais próximas, bem como as maturidades.

Por estas duas razões encontram-se os fazendeiros brasileiros diante de uma difficuldade sensivelmente maior para uma colheita realmente cuidada. Êles dispõem de muito menos tempo para

uma quantidade muito maior e, si quizerem realmente fazer a colheita antes de iniciado o período das chuvas, pôde-se dizer que, por escassez de mão de obra, dá-se uma quasi impossibilidade material.

A solução está provavelmente na divisão da colheita, pelo fazendeiro, em duas partes: uma que poderá ser feita e tratada com todo o cuidado, e a outra, desde que apareçam as chuvas e as respectivas fermentações, tratada como habitualmente tem sido até hoje.

Finalmente, e para concluir o que dissemos a respeito desta questão de tipos e de qualidade, convém lembrar que os países concorrentes do Brasil têm sustentado todos êsses últimos anos que para êles não havia superprodução e que a superprodução mundial de café era na realidade exclusivamente brasileira.

Baseavam sua afirmativa no fato de que todos os países produtores vendiam a totalidade de suas safras e que sómente o Brasil ficava com excessos.

Raciocinar assim é absurdo.

Entretanto, é sobre êsse mesmo argumento que se baseia atualmente no Brasil, a afirmação de que é indispensável se produzir anualmente neste país alguns milhões de sacas de cafés despolidos.

A prova de que êsse argumento é falso é que, em anos anteriores, si é fato que os países produtores de cafés doces venderam toda a sua produção, não menos exato, e, é preciso não o esquecer, os portos do Rio e de Vitória venderam tudo quanto possuíam, e em quantidades muito superiores ás de que dispunham alguns anos antes.

Não seria demais, repetir ainda uma vez, que existe na utilização do café uma questão de qualidade, não há dúvida, mas que também, há essencialmente, uma questão de "preço relativo", ao qual está subordinada uma qualidade em relação a outra.

Desde que os portos do norte do Brasil tiveram liberdade de oferecer e vender suas mercadorias por preços suficientemente baixos á vista dos cafés doces e de Santos, tudo conseguiram vender. Foi Santos que guardou o café, incontestavelmente melhor que o do Rio ou de Vitória, mas cujo consumo, em vista da qualidade, determinava o preço por demais elevado em relação ao que era pedido nos outros lugares de origem.

Na ocasião mesmo em que escrevemos, o mercado de café nos dá a prova de modo inverso; sendo o preço relativo do café Santos mais vantajoso, é também Santos que faz a maior parte das vendas.

E' preciso portanto lembrar essencialmente que esta questão de preço se liga á da qualidade.

Convém que o Brasil não se iluda sobre êste ponto: quando produzir muitos milhões de sacas de café despolido, o preço dêste diminuirá sensivelmente em relação ao do café de terreiro.

A única vantagem que (o Brasil) poderá ter é uma concorrência mais direta feita aos produtores da America Central, que perderão pelo preço, uma parte de sua preferência.

Este prejuizo não lhes será immediato. E' certo que a clientela de cafés despolidos da America Central, adquirida ao cabo de muitos anos, não comprará o café despolido do Brasil, da mesma qualidade, sinão por preços inferiores, em vista exatamnte do hábito e do argumento evidente a que nos referimos acima: substituir uma espécie por outra, com a condição, porém que esta seja mais vantajosa.

Resumindo tudo quanto temos demonstrado a respeito dos Serviços Técnicos Agricolas, póde-se dizer que se manifesta no Brasil atualmente uma centuado movimento em favor de um estudo sistemático dos problemas da lavoura e do preparo do café. Já se obtiveram alguns resultados. O Brasil colherá outros tantos e melhores quando êsses problems tiverem sido prévia e suficientemente estudados, especialmente nas estações experimentais e, atendendo também ao ponto de vista mundial. Só então a lavoura poderá ter orientações valiosas e delas tirar proveito.

As estações experimentais dos Estados devem prosseguir em seus trabalhos locais e adaptados a condições especiais. A sua ação, entretanto, deve ser coordenada, e lhes cabe fornecer á lavoura os respectivos elementos.

Por outro lado, sob o ponto de vista comercial, é a um órgão central e federal que compete dar a toda a lavoura as necessárias diretrizes.

IX

A BROCA DO CAFÉ

O serviço de defeza contra a broca não foi, até hoje, iniciado propriamente pelo D.N.C.

Depois de examinada sob todos os seus aspectos, a ação desenvolvida no Brasil em favor do café, é impossível deixarmos de nos referir á "praga brasileira do café", em face da importância que de futuro ela poderá ter.

Para aqueles que nos dão a honra de acompanhar as nossas sucessivas publicações, não é desconhecida a broca do café. Nós já a apresentámos, ilustrada e completa, há cerca de sete anos.

Nesta época, infelizmente, muito poucas pessoas, mesmo no Brasil, compreenderam a importância da questão; assim é necessário reconsiderá-la hoje.

Lembremos rapidamente que a broca do café, *Stephanoderes Hampei* (Ferrari) é um pequeno inseto, medindo de um a dois milímetros, e cuja vinda para o Brasil poude ser determinada, com mais ou menos segurança, em 1913 com a importação de sementes de café para Campinas.

O minuscuro inseto vôa pequenas distancias, algumas dezenas de metros, quando não há vento, e a menos de quatro metros de

altura. Pousa no café, principalmente no fruto, que ele perfura; aí faz a fêmea a sua postura.

Em uma ou duas semanas os ovos se transformam em larvas; três a cinco semanas mais tarde, a larva, desenvolvendo-se, passa ao estado de ninfa que, em uma a três semanas mais, produz um novo inseto. A evolução total oscila assim entre cinco e nove semanas.

A duração da vida é bastante curiosa: a dos machos é de 25 a 35 dias e a das fêmeas atinge normalmente á três meses (e mesmo quatro em certas circunstancias).

As posturas das fêmeas prolongam-se, mais ou menos, dois meses, com 30 ou 40 ovos por individuo.

Nota-se que a multiplicação é rápida quando o inseto se encontra em condições favoráveis.

Foi em 1914, em Campinas, lugar de sua importação acidental que se observou, pela primeira vez, o *Stephanoderes*, numa zona já bem grande, onde seus estragos avultados despertaram a atenção.

Nessa ocasião, foi o Instituto Biológico, tendo á sua direção o Dr. Arthur Neiva, que iniciou a luta contra o inseto. A comissão especial de defesa contra a "praga do café" procedeu aos indispensáveis estudos experimentais de laboratorio e publicou excelentes resultados científicos em uma grande serie de brochuras.

Esta mesma comissão, logo que teve completo conhecimento da broca e seus costumes, determinou experimentalmente os meios de a combater com o maximo de eficiência possível.

Todos os processos que o Instituto Biológico indicou e publicou em 1927 eram perfeitos, porque um excelente estudo científico os havia precedido.

Naquela ocasião, o eixo de disseminação da broca era a via ferrea São Paulo—Campinas—Rio Claro, desde 60 quilometros ao sul de Campinas até 100 quilometros ao norte; numa faixa de 60 a 80 quilometros, num total aproximado de 10.000 quilometros quadrados (zona central de café sómente, 2.000 Ks²).

Depois deste breve historico, comparemos a situação atual: o Instituto Biológico de São Paulo (1) verifica em 1933 a existência da broca em todo o vale do Paraíba (200 ks. de extensão por 40 ks. de largura), ao longo de toda a fronteira nordeste de S. Paulo até a altura de Ribeirão Preto (cujo municipio está ainda isento, bem como os municipios vizinhos do sul), ao longo da estrada de ferro de Araraquara (além de Taquaritinga e numa largura de 40 ks.); e finalmente, ao longo da estrada de ferro de Baurú (40 a 50 ks. de largura).

Em resumo, a zona flagelada atingia uma superfície total de disseminação de 50 a 60.000 quilometros quadrados.

Esta enorme extensão, antes de prosseguirmos merece algumas explicações.

(1)—O director do Instituto Biológico é hoje o distinto professor Dr. Roena Lima

O *Stephanoderes* é, para o lavrador, um inimigo insidioso. Minúsculo, não é o inseto que se vê, pois que, só se manifesta por seus estragos. E mesmo assim é preciso um exame extremamente cuidadoso de grande quantidade de grãos para descobrir, em uma fazenda, a broca em seu início.

Na maioria das vezes, o lavrador não percebe o ataque á sua lavoura senão pelo fato de que o rendimento em peso de 100 litros de café em cerejas diminue de modo inquietante.

Já então a lavoura está completamente contaminada. E' preciso tomar sérias medidas sem perda de tempo porque do contrário já a broca terá ido além.

Assim, portanto, a razão provavel e principal, da grande proliferação do *Stephanoderes* nestes ultimos anos, provêm da dificuldade em descobrir o seu aparecimento. Para isto é preciso procurar descobrir, desde o início, a praga, com a tenacidade que reclama perigo que apresenta. Geralmente o fazendeiro não o faz; eis porque a broca é traiçoeira; mesmo de início, não se póde avaliar antecipadamente a importância das devastações que ela póde produzir.

Outras razões contribuíram também para a propagação. As retenções do café e os transportes dos sacos vazios e as duas revoluções que durante dois anos quasi tudo interrompera em São Paulo.

A luta cessou, por assim dizer, num período em que precisamente devia ter sido intensificada.

A sociedade Rural Brasileira encontrou na broca assunto para uma atividade cada vez maior e mais interessante. Em fins de Outubro último promoveu a convocação de uma conferência a que chamou "a semana da broca". Presididas por pessoas do mundo oficial, essas reuniões, em que tomaram parte técnicos e fazendeiros, permitiram estudar a questão em conjunto e do modo mais completo.

O relatório integral dos trabalhos foi publicado em um excelente numero da Sociedade Rural e depois reproduzido na Revista do D.N.C.

Sem entrarmos em minúcias que aqui não caberiam, queremos, entretanto, resumir a parte essencial das conclusões.

Como já havia sido verificado pela comissão de 1927, a broca subsiste principalmente, no periodo que se segue á colheita, nos grãos que ficaram no pé ou caídos no chão.

Alguns insetos perfuram também os galhos. O Instituto Biológico, em experiências de laboratorio, verificou que a broca perfura igualmente outros grãos. Mas, normalmente, e em meio de uma lavoura de café, a broca prefere sempre, como abrigo os grãos, abandonados e os dos pequenos galhos.

O primeiro conselho e principal recomendação do Instituto Biológico é no sentido de se fazer o "repassé" pelas arvores depois da colheita e de limpar o terreno em derredor.

As observações feitas, mostram que a colheita se faz de modo bem negligente, pois que se conservam nas arvores 5 a 10% dos frutos.

O resíduo é naturalmente maior nas grandes colheitas e motivado em parte pelo modo de pagamento aos colonos: estes têm interesse em colher o máximo dos frutos no mínimo de tempo e não se preocupam dos poucos frutos que ficaram isolados no tronco.

O serviço de repasse exigido pelos representantes do Governo permite apenas uma margem de dez grãos por pé. Infelizmente o serviço de fiscalização é extraordinariamente difícil, e hoje muito mais, em vista da enorme extensão da zona infestada.

Os resultados praticos do repasse bem como da apanha profilatica dos grãos contaminados antes da colheita, estão hoje positivamente verificados: tanto pelo Instituto Biologico, propriamente, em toda uma fazenda, com um serviço de empreitada, como em fazendas cujos donos, já industriados, fazem por si mesmo o trabalho.

De um ano para outro, por este sistema, foram os estragos reduzidos a um maximo de 10%. A despesa maxima é de 60 mil réis por mil pés. Alguns fazendeiros conseguem fazer por muito menos.

Convém referir a questão da mão de obra, que em certos casos pode apresentar dificuldades em vista principalmente do cuidado necessário a esse serviço especial. Os colonos empregados no repasse devem ser meticulosos e os conhecimentos que se lhe ministram tornam-nos quasi que operarios especializados. (1).

A luta contra a broca tomou um aspecto um pouco diverso depois que se procurou saber si este parasita do café não teria inimigos particulares.

Em 1922 o Departamento de Agricultura de Uganda indicava a existência de parasitas da broca, e os holandeses, ao terem disso conhecimento, mandaram á Africa um entomologista para fazer os necessarios estudos.

Alguns anos mais tarde, em vista dos resultados obtidos e publicados pelos holandeses, o instituto Biologico de São Paulo enviava tambem uma especialista a Uganda com a incumbência de estudar "in loco" e de trazer para o Brasil exemplares dos parasitas já estudados.

O resultado desta missão foi a vinda para o Brasil de um inseto cujo nome científico é "Bethylideo" "Prorops" "Nasuta" Waterst e que aqui recebeu o nome vulgar de "vespa" de Uganda.

Existe em Uganda um outro parasita "Brachonideo" "Heliospilus coffeicola" Smied, cuja ação contra a broca seria, segundo os especialistas, ainda mais eficiente do que a da vespa, mas a importação não poude ser feita, ao passo que a da vespa, tanto nas Indias holandesas como no Brasil, deu imediatamente resultados muito interessantes.

(1)—Devem-se assinalar os excelentes resultados obtidos pelo Sr. Jorge de Moraes Barros e o notável relatório que elle apresentou por ocasião da "semaoa da broca". É um trabalho verdadeiramente científico que faz a maior honra ao seu autor.

A "vespa prorops" é um pequeno inseto alado de dois a dois e meio milímetros (1). A fêmea, que vive de 6 a 9 semanas, põe em um mês cerca de vinte ovos que, em 30 dias produzem novos insetos, depois do período intermediário de ninfa.

A vespa de Uganda é um verdadeiro parasita do *Stephanoderes*, porque todos os ovos são postos sobre as próprias larvas da broca, larvas com que a vespa se alimenta. Aliás a vespa ataca igualmente o *Stephanoderes*, em certas ocasiões e o aniquila instantaneamente.

Este implacável inimigo da broca foi importado no Brasil em 1929 pelo Dr. A. Hempel, do Instituto Biológico. Foram feitos estudos imediatos de reprodução e disseminação, que permitiram determinar as condições em que convinha distribuir a vespa de Uganda nas fazendas atacadas pela broca. Determinaram-se também os melhores processos para que os fazendeiros pudessem promover, nas próprias fazendas, a reprodução da vespa nas melhores condições possíveis.

Quando o parasita da broca foi distribuído em toda uma fazenda, de modo suficiente, se verificou a extinção da broca até mais de 90%. Este inimigo natural aparece então como um maravilhoso meio de defesa, tanto mais quanto é o mais simples, e, evidentemente, o mais econômico processo de combate á praga.

Tendo em vista a economia e os imediatos resultados obtidos, os fazendeiros são muito mais entusiastas da vespa que do repasse e é o proprio Instituto Biológico que insiste sobre o inconveniente deste modo de vêr.

Sendo a vespa de Uganda um parasita da broca, ela não se pode desenvolver, por falta de alimento, quando escasseia a broca. Póde-se estabelecer um ciclo de três anos em que sucessivamente o inseto e depois seu parasita se desenvolvem e se extinguem num mutuo combate. O processo ideal é, conseguintemente, fornecer ao parasita, em pequenas caixas de onde só êle consiga sair, uma permanente alimentação de brocas que não podem fugir para o cafezal.

No que se refere ao outro parasita, cuja existência foi verificada em Uganda e, como dissemos, certas circunstâncias mostram outros elementos de ação diferentes dos da vespa, parece não haver no Brasil tendências para a importação. Receia-se que os dois parasitas se prejudiquem um ao outro.

As conclusões da comissão mixta, nomeada em consequência da semana da broca, foram as seguintes: inquerito rigoroso sobre a limitação da zona infestada; serviço de repasse e profilaxia obrigatória; desenvolvimento da vespa; continuação e desdobramento dos estudos não só da broca como de seus parasitas; pedido ao Governo das subvenções julgadas necessarias.

(1)—Sensivelmente mais alongado e mais estreito que o *Stephanoderes*.

Estas conclusões lógicas são precedidas de considerações de que destacamos as seguintes linhas:

"... A Comissão é de parecer que se a broca contribue para diminuir a produção do café, não se deve deduzir, como se poderia acreditar por um julgamento superficial, que ela não deva ser combatida desde que há superprodução"...

"É um absurdo deixar perecer pela broca a qualidade do café ao mesmo tempo que se cria e se desenvolve um serviço técnico para melhoria da qualidade."

"A destruição do café é uma medida provisoria de equilibrio que cessará oportunamente ao passo que a destruição pela broca é permanente e progressiva..."

Todas essas conclusões são a pura verdade. Há apenas a necessidade de acrescentar algumas palavras.

Tratando-se de um animal, é sabido que a natureza realiza por toda parte um equilibrio entre as especies; por conseguinte, a broca já não tenha encontrado aqui mesmo no Brasil, inimigos naturais.

Isto póde provir de que o café no Brasil é uma arvore de importação e que a broca é igualmente um inseto importado. Em tais condições, é natural que seja preciso importar no Brasil os insetos que, na Africa, patria do cafeeiro, realizam com a broca o equilibrio natural.

Atendendo ao modo como se faz no Brasil a lavoura do café, isto é, em superficies imensas sem solução de continuidade, é claro que a broca encontra aqui as melhores condições de desenvolvimento.

O mal é certamente grande, e não há duvida de que agora será completamente impossível exterminar a broca do Brasil.

Existe meios de combate. Póde-se dizer que em conjunto eles são excelentes, pois permitem, nos casos menos favoraveis a uma grande contaminação, reduzir o prejuizo de uma safra a outra a 10% no maximo. Mas não resta a menor dúvida de que é indispensável que prossigam os estudos dos institutos biologicos e estações experimentais. É necessário que o combate comece pela periferia da zona infestada, afim de retardar o mais possível a propagação. O mapa publicado em 1933, mostra uma zona de grande extensão, comportando partes importantes em que a broca, de fato, não foi encontrada, mas sómente notada nas cercanias.

No que se refere á produção, a broca até agora não teve manifestações importantes senão na zona de Campinas.

A propria zona total de 1933 abrange apenas antigas lavouras de rendimento médio de conjunto inferior ao rendimento médio de S. Paulo.

Daí resulta que, levando-se em conta o tempo que é necessário para a broca fazer em uma fazenda estragos apreciaveis, não

se poderia attribuir ao inseto uma diminuição sensível da produção nos anos proximos.

O mesmo não se dará em uma dezena de anos, principalmente si o combate não for prosseguido.

Devemos lamentar a interrupção sofrida durante muitos anos, e, hoje, é de esperar que os poderes publicos, com a atenção despertada, adotem todas as medidas para que os estragos sejam reduzidos ao minimo e seja consideravelmente retardada a propagação da praga.

Para isto dispõem-se hoje de todos os elementos. Seria, por conseguinte, imperdoável não agir. E' assunto que compete essencialmente ao Govêrno.

Capitulo III

DIREITOS DE IMPORTAÇÃO

I -- TAXAS DE ENTRADA E DIREITOS ALFANDEGÁRIOS

II—A PROTEÇÃO COLONIAL.

I

AS TAXAS DE ENTRADA E OS DIREITOS DE ALFÂNDEGA

Não existe mercadoria que nos países consumidores apresente na importação uma escala de taxas tão diversas quanto o café.

Já publicamos anteriormente tabelas de direito de Alfândega e de taxas de entrada. E' preciso continuamente rever os dados obtidos e infelizmente, nota-se, sempre no mesmo sentido, um aumento de taxas, com prejuizo do consumo da mercadoria. Entretanto, os recentes aumentos de direitos são na grande maioria mais aparentes do que reais: foram feitos nos países que abandonaram o padrão ouro e a majoração feita não compensa muitas vezes a baixa da moeda.

Quando se procura determinar a influência que sôbre o consumo podem ter os direitos e taxas, não se chega a uma conclusão tão precisa quanto seria de esperar. O simples bom senso mostra que a influência de direitos elevados sôbre uma mercadoria de uso corrente é necessariamente grande.

Póde-se afirmar que, nas condições atuais de taxação e de consumo, sofre o café com os direitos que lhe são impostos, especialmente na Italia e na Alemanha, muito mais do que em França.

E' claro que a influencia dos direitos elevados é tanto mais forte, quanto menos rica, em conjunto, é a população. Não temos dúvida que o consumo na Italia, sob a influencia de direitos verdadeiramente excessivos, vai sofrer uma diminuição lenta, que já começou a se fazer sentir.

Quer nos parecer que na Alemanha um desenvolvimento notório do uso dos sucedâneos foi provocado pelos direitos atuais. Seria necessária uma importante modificação na economia alemã para, na base desses direitos, se encontrarem novamente as cifras de consumo de antes da guerra.

Não parece haver dúvida sôbre a possibilidade dos países produtores de café promoverem, como os países consumidores,

um acôrdo no sentido de favorecer o desenvolvimento do consumo pela limitação dos direitos.

Adotando êste ponto de vista, a orientação a seguir se apresenta sob dois aspectos. Nos países em que o consumo é livre o produtor procura conservar essa liberdade para o seu artigo. Foi o que a Colombia obteve há pouco dos Estados Unidos. Em um país onde existem os direitos, procura-se obter o compromisso de que não sejam majorados ou mesmo que sejam diminuídos. Nêste sentido ainda nada se fez e, no entanto, julgamos que seria de grande conveniência; no primeiro caso realmente não se dá senão a estagnação do consumo ou a supressão de um impedilho eventual ao desenvolvimento normal dêsse consumo; no segundo, provavelmente, se teria uma vantagem dirêta.

Verifica-se realmente que para o café, produto de consumo corrente popular, algumas vezes em quantidades ínfimas, um aumento *razoavel* do preço não influiu imediatamente no preço da chícara, não tem influência sôbre o consumo. Foi esta convicção que nos fez dizer em 1923 que para obter-se uma redução *imediate* do consumo de um milhão de sacas que faltava, era preciso que o preço de Nova York passasse de 8 para 24 cents (o que se verificou exatamente). Foi preciso triplicar o preço da mercadoria para se conseguir uma redução de 5% no consumo.

Nos países em que os direitos são muito elevados, uma sensível redução dêstes, si fôr bastante para promover uma baixa no preço do café em chícara, pôde trazer uma nova corrente de consumidores.

E' certo que a conclusão de semelhantes acôrdos é perfeitamente possível, devendo desde então fazer parte da política normal econômica dos grandes países produtores, como o Brasil, a Colombia e os países da America Central.

Mas é claro que se torna quasi impossível a um país produtor discutir reduções de direitos aduaneiros nos países consumidores, quando a mercadoria está francamente em alta, principalmente si esta alta se produz em virtude da manipulação do mercado pelo proprio produtor.

Publicamos adiante o quadro atual dos direitos e taxas do café em todos os países do mundo, em 31 de Dezembro de 1933.

A um simples exame, vê-se em certos países, uma grande complicação de processos fiscaes; presos aos acôrdos internacionais referentes aos direitos aduaneiros, os países que, devido á desvalorização da moeda ou pelo simples desejo de aumentar a receita, quizeram obter do consumidor recursos suplementares, tiveram que o fazer por meio de taxas internas, não previstas nos acôrdos comerciais.

Das taxas *ad valorem*, algumas incidem sómente sôbre a mercadoria. E' o mais comum. Outras se aplicam sôbre esta, aumentada dos direitos (Turquia) ou mesmo dos direitos e de certas taxas (França).

Designamos por taxa de importação (1) a taxa *ad valorem* incidendo sómente sobre a mercadoria e por taxa de importação e aduaneira (id) a que incide igualmente sôbre os direitos e taxas.

O cálculo das taxas para a equivalência foi feito na base de 400 frs. por 100 kgs. de mercadoria.

Os países figuram por ordem alfabética, mas foi-lhes dado o número de ordem que ocupam no quadro dos direitos conforme o valor.

Os calculos foram feitos em francos-ouro estabilizados e, em vista do número de moedas flutuantes, indicamos o cambio sôbre o franco, ao par e em 31 de Dezembro de 1933. (Vide quadro 1)

II

A PROTEÇÃO COLONIAL

Sôbre a proteção agrícola poder-se-ia escrever um volume. Com maioria de razões, uma série de volumes, sôbre as medidas de proteção que foram ou podem ser adotadas em relação a qualquer produto. Referindo-nos ao café publicamos o "Bilan de protection Agricole Café 1933" que mostrava as medidas tomadas nêstes últimos dez anos pelo Brasil a favor de seus lavradores de café. Neste sentido, aliás, apontamos as disposições tomadas também, por diversos países a respeito de produtos importantes.

A proteção brasileira, tendo sido considerável, elevou os preços do café, durante longo período, a um nível excessivo. Que nos perdoem termos de repetir ainda uma vez, mas as consequências desta política devem ser encaradas sob aspectos tão numerosos que é impossível deixar de lembrar que é ela a responsável por tão diversas repercussões.

O número de países capazes de produzir café é grande: encontram-se todos na zona tropical ou meio tropical, e uma bôa parte dêles é constituída por colonias (ou semi-colônias) dependentes de grandes potências européias ou americanas.

O período dos preços altos provocados pelo Brasil levou todos os lavradores do mundo na zona sub-tropical, a estudar as possibilidades, para êles, de produzirem café. Todos, nessa época, concluíram com acêrto, pois que, nas peores condições, tinham, de fato, importante margem de benefícios.

Sem nenhuma medida de proteção especial, resultou daí, em muitos países coloniais, a criação ou o desenvolvimento da produção de café; para a evolução desta produção veja-se o "Bilan de protection agricole café 1933".

No momento em que a baixa dos mercados, em consequência da superprodução mundial, reduziu a margem de lucros precedentes, todos os lavradores de café, obedecendo á tendência moderna que faz com que o indivíduo em apuros recorra ao Estado e dêle

QUADRO I

Quadro dos direitos de entrada

TOTAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1933, POR DIREITOS CRESCENTES

EM FRANCOIS FRANCESES, POR 100 KGS. NA BASE DE 400 FRs. F. POR 100 KGS. PARA AS TAXAS

	T A X A S	DIREITOS ADUANEIROS	MUDANÇAS NO FRANCO		DIREITOS DE ENTRADA em 100 kgs. em frs. ouro 1927	
			Par	31/12/33	em 1914	em 1933
Estados Unidos	—	—	25,524	16,33	—	—
Holanda	—	—	10,26	10,252	—	—
Malta	—	—	X	X	—	—
Est Livre de Irlanda	—	—	124,21	83,35	175	—
Chile	—	p. 100 kgs.	3,105	1,553	190	46,60
Argentina	2%	p. 100 kgs.	10,835	5,90	X	52,85
Polonia	—	p. 100 kgs.	2,863	2,87	—	111,93
China	(i)	—	X	X	X	120
União S. A.	30%	1d ¾ (col. ang. ¾d) lb.	124,20	83,35	87,50	120,16
Japão	—	25 Yens 16 p. 100 kgs.	12,723	5,02	320	126,30
Grã Bret. e I. Norte	—	14 - (col. 4 -) p. cwt	124,21	83,35	175	130,82
Uruguai	(i)	8 Piastras p. 100 kgs.	26,398	12,11	185	132,88
Canadá	(id)	\$ Can. 0.03 p. lb.	25,524	16,30	178,75	141,74
Grecia	—	(Col. isentas)	0,3312	0,146	125	177,76
Suecia	—	80 Dr.-ouro p. 100 kgs. (Dr.-ouro = 15,22 Dr. pap.) 45 Kr. S. p. 100 kgs.	6,84	4,302	85,75	193,50

	(id)	5% (Col. comp.)		3,549	3,545	—	206,10
Belgica.....	(i)		250 Frs. B. (col. excl.) 50 Belgas p. 100 kgs.	3,549	—	—	206,10
Paraguai.....	(i)	2%	10 Pesos ouro p. 100 kgs.	23,20	×	×	232
Noruega.....	(d)	2%	54 Kr. N. p. 100 kgs.	6,8401	×	207,50	232,30
Egito.....	(i)	1% + 3/4 0,25	2,5 £ Egip. p. 100 kgs.	127,40	85,49	40	239,09
Suissa.....		—	87 Frs. S. p. 100 kgs.	4,925	10	10	246,75
Dinamarca.....		—	80 Kr. D. p. 100 kgs.	6,84	117,50	117,50	324,51
Algeria.....		—	350 Frs. F. p. 100 kgs.	—	156	—	350
Lituania.....		—	150 Litass p. 100 kgs.	2,552	—	—	378,75
Portugal.....	(i)	20%	9 Escudos-ouro p. 100 kgs. (Escudo-ouro = 24,45 Esc. pap.)	1,129	500	500	380,05
Rumania.....		625 + 320 L. p. 100 kgs.	1,600 Leis R. p. 100 kgs.	112,22	—	—	508,91
Finlandia.....	(i)	10% + (id) 10%	1,200 Mk. F. p. 100 kgs.	0,6428	200	200	444
Turquia.....	(c)	180 Frs. F. + (ide) 8%	32 L. T. p. 100 kgs.	112,22	—	—	508,91
Francia.....		+ (1) 100 F. (Col. ex.) + (Col.) 10 F.	231,20 Frs. F. p. 100 kgs. (Col. isentas)	—	680	680	586,08
Letonia.....	(i)	6% + 400 Din. p. 100 kgs.	150 Lats. p. 100 kgs.	4,925	—	—	730,50
Iugoslavia.....	(i)	2%	140 Dinars-ouro p. 100 kgs. (Din.-ouro = 11 Din. pap.)	0,4495	×	×	733,44
Alemanha.....	(i)	225 Krs. p. 100 kgs.	160 Rmk p. 100 kgs.	6,08	375	375	982,40
Tchecoslovaquia.....		—	1,235 Krs. p. 100 kgs.	0,7562	462,50	462,50	1108,14
Hungria.....		—	300 Kr.-ouro p. 100 kgs. (1 Kr. = 1,16 Pengo)	4,464	3,35	462,50 (A.H.)	1169,80
Espanha.....	(id)	10 Psetas-ouro p. 100 kgs.	200 Pes-ouro (col. 120) p. 100 kgs. (Pes-ouro = 2,37 Pes. pap.)	4,925	750	750	1253,37
Austria.....	(id)	6%	260 Kr.-ouro p. 100 kgs. (Kr. = 1,83 Sh)	3,592	462,50	462,50	1458,84
Bulgaria.....		150 + 50 Levas-ouro p. 100 kgs.	150 Levas-ouro p. 100 kgr. (1 Levas-ouro = 27 Levas pap.)	0,1844	×	×	1657,26
Italia.....		1.125 Liras p. 100 kgs.	477 Liras p. 100 kgs.	1,343	750	750	2145,60
Russia.....		×	×	131,54	150,80	477,50	×

(e) Taxa de consumo.
(i) Taxa de licença de importação.
(Col.) Taxa de protecção colonial.

(x) Faltam os dados.
(i) Taxa de importação "ad valorem" sobre a mercadoria.
(id) Taxa de importação "ad valorem" sobre a mercadoria e sobre os direitos.

espere a salvação, mais do que de sua iniciativa pessoal, reclamaram uma proteção nacional, oficial, e que lhes era tanto mais facil obter quanto o maior produtor do mundo dava o exemplo.

O Instituto de Defesa do Café de São Paulo nessa mesma época precisava justificar aos olhos do mundo consumidor os preços altos de venda e os esforços que fazia para os manter; publicou então em seu boletim, e por diversas vezes, os preços de custo, calculados de modo completamente fantasista, atingindo até 90 francos por 10 kgs. e que eram, como dissemos, completamente absurdos.

Mas, enquanto o Instituto fazia essas publicações, erradas e suspeitas para se justificar, dava ao mesmo tempo aos seus concorrentes todos os elementos de justificação dos preços de custo excessivos para que estes baseando-se em tais preços, pedissem proteção.

Hoje, ainda, vemos servirem estas cifras do Instituto do Café de São Paulo para se reclamar aqui ou ali medidas de proteção em favor dos lavradores de café.

E' portanto, no Brasil mesmo, que se encontram os elementos que serviram para desenvolver a concorrência.

Era evidente que o auxílio que o Brasil dava aos seus próprios fazendeiros, poderia igualmente ser dado por qualquer outro país.

Durante muito tempo não foi necessário êste auxílio porque, esforçando-se pela manutenção dos preços, o Brasil de fato beneficiou até 1930 todos os lavradores de café do mundo.

Entretanto, desde essa época existe a proteção dos grandes países continentais aos seus lavradores coloniais de café; ela se desenvolveu proporcionalmente á baixa do produto.

Encontramo-la hoje, em 1934, em quasi todos os países coloniais produtores, em escalas diferentes, das quais algumas são tão importantes que representam uma séria ameaça para os países produtores autônomos.

Não estudaremos com minúcias a proteção colonial sob a fórma de auxílio financeiro diréto, credits concedidos aos lavradores. Êste auxílio é evidentemente função das possibilidades financeiras do próprio Estado, função igualmente de bôa organização do serviço bancario e de seu eficiente poder.

De fáto, há uma questão de crédito colonial, que existe para as grandes potências continentais, e cuja organização particular teve de ser encarada, cada uma de per si, sob fórma aliás diferente.

Não foi por êste modo que, principalmente, se manifestou o auxílio concedido pelas potências coloniais a seus longíquos fazendeiros. Foi sobretudo pela facilidade conferida á venda do produto colonial no mercado metropolitano que elas manifestaram a proteção. A vantagem consistiu na isenção generalisada da taxa de direitos aduaneiros ou de direitos de consumo do café colonial.

Esta política de isenções levou mesmo a Belgica á criação de direitos aduaneiros sôbre o café, quando anteriormente êles não existiam.

E' o seguinte, o quadro atual desta proteção: (Vide quadro 2)

Vê-se que a maior proteção é da França, provavelmente porque foi a primeira a adotar essa política. Além disto, ocorreu que, depois de 1929, no momento da baixa do café crú, houve sucessivos aumentos de direitos ou de taxas e que uma parte dêsses novos direitos não foi aplicada aos cafés coloniais. Realmente o privilégio colonial em 1914 era de 136 frs. por 100 kgs. quando hoje é de 231 frs. 20 mais 100 frs. (1).

Êste privilégio colonial não foi além do coeficiente 5 de desvalorisação do franco como o reclamam os lavradores coloniais. E' perfeitamente normal, atendendo-se ao nível mundial dos preços, e tambem porque as colônias compram principalmente produtos fabricados cujo custo é mais ou menos equivalente cinco vezes o de antes da guerra e, no entanto, para mercadoria de melhor qualidade.

Acresce ainda que é preciso levar em conta a bonificação especial de exportação.

A proteção colonial francesa diréta é majorada por um "estôrno" e concedido em cada colônia aos produtores; os recursos que garantem êsse "estôrno" provêm da arrecadação antecipada de uma taxa especial de 10 frs. por 100 kgs. uniformemente aplicada a todos os cafés.

São cerca de 18 milhões anuais que êste "estôrno" permite atribuir aos lavradores coloniais franceses. O montante dêste "estôrno" é dado por quilo pelo Governador de cada colônia, de modo a assegurar aos lavradores um preço mínimo de venda, que em 1933 era de 6 frs. 75 por quilo de café Kouillou de Madagascar.

O fazendeiro paulista, á vista dêsse preço, pôde avaliar sôbre que bases excessivas a política do Instituto de Café contribuiu para crear concorrentes ao Brasil.

Seja-nos lícito dizer que, em verdade, o preço acima deixa aos lavradores franceses uma grande margem, mas isto não impede que os deputados coloniais reclamem periodicamente um aumento do privilégio para os seus eleitores.

O menor incidente serve de pretexto para isso, e as últimas dificuldades comerciais franco-brasileiras forneceram um, e naturalmente, excelente.

Nos outros países: Inglaterra, Belgica, a proteção é menor do que em França, mas na Belgica pôde-se dizer que o desejo de proteger o lavrador do Congo contribuiu para a criação de direitos aduaneiros num país em que o café, ainda em 1929 estava isento de direitos.

(1) — Aumentado de 8% sôbre o total com compensação de 8% sôbre o aumento correspondente ao privilégio do preço da mercadoria.

QUADRO 2

Quadro atual da proteção colonial

DIREITOS E TAXAS SÔBRE OS CAFÉS ESTRANGEIROS	DIREITOS E TAXAS SÔBRE OS CAFÉS COLONIAIS	MELHORIA DO CAFÉ COLONIAL
PAÍSES		
BELGICA 250 Frs. Belgas por 100 kgs. (Direitos de entrada) 5% Taxa (ad valorem)	Isentos 5% Taxa (d ^o)	250 Frs. Belgas por 100 kgs.
FRANÇA 231,20 Frs. Fr. por 100 kgs. (Direitos de entrada) 180 Frs. Fr. por 100 kgs. (Taxa de consumo) 8% ad valorem mercadoria, direitos, taxa consumo 100 Frs. Fr. por 100 kgs. (Taxa licença de importação) 10 Frs. Fr. por 100 kgs. (Sobretaxa proteção colonial)	Isentos 180 Frs. Fr. p. 100 kgs. (taxa de cons.) 8% ad val. mercadoria, taxa de cons. Isentos 10 Frs. Fr. por 100 kgs.	231,20 Frs. Fr. por 100 kgs. 100 Frs. Fr. por 100 kgs.
GRÃ-BRETANHA 14—por cwt	4—por cwt	10—por cwt
PORTUGAL 9 Escudos-ouro por 100 kgs. + 20%	9 Escudos-ouro por 100 kgs. + 20%	—
CANADÁ \$ Can. 0,05 por lb. + 9%	Isentos de direito	3\$ Can. por 100 lbs.
UNIÃO DO CAP 1 d. 75 por lb.	0,75 por lb.	1 d. por lb.
ESPANHA 200 Pesetas-ouro por 100 kgs.	120 Pesetas-ouro por 100 kgs.	80 Pesetas-ouro por 100 kgs.

A questão de proteção colonial não deixa de ser importante para os países como o Brasil visto como—o exemplo da França aí está para o provar—uma vez creada, póde levar a um ponto excessivo: principalmente quando se aplica, como em França, a todos cafés, qualquer que seja a espécie ou qualidade.

Encontra-se aí uma parte dessa luta econômica consecutiva á crise mundial de 1929, luta na qual todos os países tomaram medidas restritivas cada vez maiores do volume das permutas.

A política protecionista e ultra-protecionista mais de uma vez ultrapassou os limites, razoáveis mas o mundo inteiro tem que assistir, impotente, aos erros mesmo graves que um país quer cometer, como por exemplo, o abuso da política monetária atual, dos Estados Unidos.

De toda esta exposição convém considerar um fato que não deixa de ter importância: mesmo na base dos preços de 1933, os lavradores coloniais, dependentes de qualquer país continental, tinham ainda preços remuneradores, e, necessariamente, desde que os outros vivem, os coloniais vivem mais folgadamente.

O único aumento possível de produção atual na base dos preços de 1933 provém desses países coloniais. Felizmente, o futuro dos preços, está em parte limitado, não pelo lucro diminuto, mas pela escassez de mão de obra, muito mais do que pelo terreno que permitiria, como no Brasil, lavouras imensas.



Capitulo IV

O PREÇO DE CUSTO NO BRASIL

Já muito se escreveu e se discutiu a propósito do preço de custo do café, no Brasil e em outros lugares.

Uma bôa parte das informações que foram dadas sôbre o assunto em várias publicações tinha uma finalidade particular e de todo não correspondia á realidade.

Muitos dados sôbre o preço de custo do café no Brasil foram publicados por intermédio do Instituto de Defesa do Café de São Paulo. Apareciam ora no próprio boletim do Instituto, ora em publicações feitas sob seus auspícios.

O Instituto de Defesa de São Paulo, tendo adotado em 1927 medidas que todo o mundo sabe hoje como considerar, fez publicar preços de custo muito elevados, que pareciam exigir preços de venda, igualmente altos, que êle se encarregava de manter.

Bem entendido, no Brasil sabia-se como agir sôbre a realidade de semelhantes preços de custo. Entretanto essas publicações não deixavam de produzir efeito: alguns fazendeiros imaginavam que outros tinham realmente um custo muito mais elevado; vendo publicar preços tão altos não achavam necessário reduzir os gastos e as despesas.

A repercussão no exterior era muito mais importante: a maior parte das pessoas não dava a êstes cálculos sinão um valor muito relativo e um pequeno crédito. Alguns poucos especialistas podiam discutir os algarismos e verificar que eram ilusorios. Mas foi nos outros países produtores que estas publicações tiveram mais influência, deturpando completamente as idéas das possibilidades reais do Brasil.

Para fazer justiça a êste passado, antes de tratarmos do presente e afim de não sermos acusados de exagêro, lembremos resumidamente os dados a que aludimos acima:

O Instituto de Defesa do Café de São Paulo publicava em 1928 os preços de custo respectivos por zona, de 196, 140 e 128 mil réis por saca em Santos. Com uma despesa média na época de 35 mil réis por saca, isto correspondia aos preços, na estação de embarque, de 160, 105 e 95 mil réis por saca, ou seja, por arroba de 15 ks.

Zona antiga.....	40 mil réis
Zona intermediária.....	27 mil réis
Nova zona.....	24 mil réis

Em 1932 o Instituto de Defesa de São Paulo revia êsses algarismos, e publicava nas mesmas condições, os preços respectivos por zona, sensivelmente a metade dos precedentes de 85,73 e 67 mil réis por saca em Santos. Feita a dedução das despesas, desta vez apresentadas com mais verdade, êstes preços correspondiam a 67, 53 e 35 mil réis por saca na estação do interior, ou seja, por arroba:

Zona antiga.....	17 mil réis
Zona intermediária.....	13 mil réis
Nova zona.....	8.500 réis

Já fizemos notar que nêstes preços de custo publicados pelo Instituto estavam incluídos cerca de 15 mil réis de lucros diversos (dos quais 6% do capital invertido), e que, sem os lucros, passavam a ser, por arroba:

Zona antiga.....	13 mil réis
Zona intermediária.....	9 mil réis
Nova zona.....	4.500 réis

Voltaremos depois ao mil réis e num capítulo especial estudaremos a moeda brasileira.

Convêm entretanto dêse já precisar o elemento essencial de valor do mil réis.

Os numeros-índices dos gêneros alimentícios no Rio (no grande centro, portanto, de importação, onde a vida é relativamente cara) são os seguintes:

base 1914 = 100

1928	1929	1930	1931	1932	1933
275	276	254	231	232	229

Por outro lado os numeros-índices, correspondentes ao orçamento de uma família são, ainda no Rio:

base 1914 = 100

	1930	1931	1932	1933
Família operaria de 5 pessoas.	223	210	210	204
Família meio-burguesa de 3 pessoas	267	266	256	252

Êstes dois quadros mostram que o valor interno do mil réis não deixou de aumentar de 1928 a 1933, e que é fazer um racocínio completamente falso atribuir á modificação do valor interno do mil réis uma influência para a alta nos preços de custo dos produtos agrícolas brasileiros, especialmente do café. E' exatamente o contrário.

O valor interno do mil réis aumentou quasi 20% de 1929 a 1933. E' êle, e não o valor externo, que devemos levar em conta para avaliar o preço de custo interno do café no Brasil; os preços

internos, com o mil réis em alta tiveram uma tendência para a baixa; deu-se o mesmo com o preço de custo do café.

Note-se ainda que si tivéssemos os índices dos preços internos e não os da Capital Federal, os quadros apresentariam numerosos índices nitidamente diferentes.

A oscilação importante dos preços entre o interior e os portos, conquanto se tenha mantido regular nêstes últimos anos, não é hoje o mesmo que em 1914. As tabelas de preços verdadeiramente internos acusariam uma variação sensivelmente idêntica nos últimos cinco ou seis anos, porém mostrariam uma pequena diminuição de valor do mil réis em relação a 1914.

Façamos ainda uma observação. Poder-se-ia contrapôr, aos dados que acabamos de mencionar, que, em se tratando de café, convém no caso elevar o preço da mão de obra?

Em opposição aos cálculos e conclusões acima seria possível alegar que os preços de contrato dos colonos foram elevados há dois anos em São Paulo, onde eram mínimos.

Mas a isto se responde dizendo que os preços de há dois anos foram fixados na terça parte do que eram em 1928, e que o colono, não podendo discutir, os aceitou em vista da baixa sofrida pelo café. Era natural que semelhante redução não pudesse ser mantida inteiramente. O nível atual dos contratos está de acôrdo com os índices. E aqui abordamos êste ponto delicado, da mão de obra (colonos) nas grandes fazendas de São Paulo, problema a que voltaremos mais tarde.

Estudemos porém agora o preço de custo brasileiro.

Não resta dúvida que é melhor do que o de qualquer outro produtor.

A razão principal, essencial, está em que o Brasil é o país do mundo que tem o melhor rendimento médio, e que naturalmente na questão de preço de custo entra em linha de conta, e de modo importante, o rendimento de cada pé de café. Si é certo que o Brasil possui um ótimo rendimento e um preço de custo particularmente baixo, não se póde entretanto comparar, como vimos, um rendimento de 40 arrobas no Brasil a um de 20 arrobas na Colombia e daí deduzir que o preço de custo do primeiro é metade do da segunda.

No "Bilan de protection agricole" publicamos (pags. 78 e 79) um quadro de produção mundial do café em 1927 e em 1933. Com todas as indicações de datas e origens, demos o número de pés, rendimento por pé e os algarismos das forças produtivas.

Esta tabela, que não ocupa senão duas páginas, nos obrigou a uma correspondência de alguns mêses, a um estudo de grande cópia de referências e inúmeras pesquisas; enfim foi o fruto de todas as investigações e verificações possíveis do passado e do presente.

Assim é que, com um número relativamente pequeno de dados diretos, determinamos para a Colombia uma cifra de rendimento por pé de 470 gramas em 1926/1927 e de 525 gramas em 1932/1933.

A cifra oficial da Federação dos Lavradores da Colombia, para o ano de 1932 é de 450 gramas e a correspondente á colheita de 1932/1933 de 480 gramas.

Si convertermos êsses algarismos de acôrdo com o metodo brasileiro teremos fornecido 32 arrobas para 1926/1927; e 35 arrobas para 1932/1933. A Federação dá 30 arrobas (verificamos que o número real é superior) o que assim representa 150% em relação aos algarismos que nos apresentaram.

Note-se ainda que o rendimento médio da Colombia vae ser um pouco maior nos anos proximos, devido a 70 milhões de novos pés.

Lembremos finalmente que a produção geral média no Brasil é cerca de 40 arrobas.

A simples comparação dêstes algarismos verdadeiros, mostra porque tem o concorrente interêsse em fazer crêr que se encontra em condições muito mais desfavoráveis e porque, tambem, nós continuamos a dizer que si o Brasil é realmente o mais bem colocado de todos os produtores, não tem, entretanto, uma vantagem de rendimento duplo em relação aos seus maiores concorrentes.

Convém ainda notar que entre as despesas há uma parte que é fixa e que um rendimento maior, aumentando as despesas da colheita, não dá uma colheita dupla um preço de custo correspondendo á metade, mas apenas parcialmente mais baixo. A fração obtida é tanto maior quanto maiores são as despesas fixas e também mais elevado o preço de custo. Si êste é baixo, especialmente numa pequena exploração, a diferença entre os preços de custo de duas colheitas pôde ser relativamente insignificante.

O Brasil é, pois, incontestavelmente, o país produtor em melhores condições quanto ao preço de custo.

Esta verdade tem sido muito dissimulada por culpa mesmo de instituições brasileiras.

Julgamos que as publicações ou as instituições que contribuem para fazer crêr que o preço de produção do café no Brasil é mais alto do que o é na realidade, prestam um pessimo serviço ao país e aos lavradores.

Nós achamos que, no proprio interêsse do país, se deve dizer a verdade e de modo claro; não há golpe mais forte para um concorrente do que mostrar-lhe um preço de custo sensivelmente mais baixo que o seu e mesmo inacessível para êle.

O Estado de São Paulo é o que tem no Brasil, o melhor rendimento, a maior produção e as mais extensas fazendas.

Sempre se considerou que estas eram as que usufruiam um preço de custo mais baixo.

A baixa do café demonstrou o contrário e forçou as grandes fazendas a modificarem o sistema de exploração.

A opinião corrente provém da aplicação ao café do que se dá com os grandes produtos agrícolas como o trigo, por exemplo,

QUADRO 3

Quadro de comparação das propriedades e da produção cafeeira

NÚMERO DE PÉS POR PROPRIEDADES	ESTADO DE SÃO PAULO					
	Número das pro- priedades (1)	% Propr.	% Pés	Numero das pro- priedades (2)	% Propr.	% Pés
Mais de 1.000.000	21	0,05	2,5	14	0,017	1,8
De 500.000 a 1.000.000	99	0,25	6,1	81	0,100	4,4
De 100.000 a 500.000	2.299	5,75	22,6	2.172	2,631	18,3
De 50.000 a 100.000	2.390	6	19,4	3.042	3,762	18,3
De 20.000 a 50.000	5.659	14,20	23,9	8.794	10,850	25,7
De 5.000 a 20.000	15.678	39,35	19,6	32.875	40,410	25,7
Menos de 5.000	13.751	34,40	5,9	34.343	42,230	5,8
TOTAL.....	39.897	100	100	81.321	100	100
	para 1.185.000.000 pés em produção (1929)			para 1.360.000.000 pés em produção (1932)		
	(1) Estatística do Instituto de Café de São Paulo			(2) Estatística Secr. Agr. São Paulo		

NÚMERO DE PÉS POR PROPRIEDADES	E. MINAS GERAIS			COLOMBIA		
	Número das pro- priedades (3)	% Propr.	% Pés	Numero das pro- priedades (4)	% Propr.	% Pés
Mais de 1.000.000	—	—	—	—	—	—
De 500.000 a 1.000.000	28	0,04	2,7	—	—	—
De 100.000 a 500.000	798	1,10	26,9	321	0,21	10,9
De 50.000 a 100.000	1.409	1,95	12	450	0,31	6,5
De 20.000 a 50.000	4.701	6,51	14,1	2.100	1,40	10,9
De 5.000 a 20.000	26.547	36,74	30,2	16.921	11,33	30,4
Menos de 5.000	38.769	53,66	14,1	129.556	86,75	41,3
TOTAL.....	72.252	100	100	149.348	100	100
	para um total de.... 745.941.000 cafeeiros donde 119.000.000 ainda sem produção em 1933			para 461.000.000 pés em produção (1932)		
	(3) Estatística Inst. Minas Gerais			(4) Estatística Federação Plant. Colombia		

cuja exploração em grandes superfícies por meios mecânicos baixou consideravelmente o preço de custo.

O tratamento das lavouras de café, assim como a colheita das cerejas, não sofreu nenhuma modificação desde há dezenas de anos; é necessária idêntica mão de obra para fazer o trabalho que máquina alguma pôde fazer. Apenas há a observar que o operário tem propensão de trabalhar menos, quando não é diretamente interessado.

E' a razão porque as grandes fazendas que eram, há trinta anos, o único regime de exploração no Brasil, encontram hoje certas dificuldades particulares que indicaremos adiante.

Muito interessante é, portanto, examinar a distribuição das propriedades nos Estados produtores.

O número de 40.000 lavouras no Estado de São Paulo foi publicado pelo Instituto de Defesa desse Estado. Posteriormente, a Secretaria da Agricultura publicou (I) um número duplo, de 81.321 propriedades dos quais 34.343 inferiores a 5.000 pés cada uma, e assim se apresenta a distribuição das propriedades cafeeiras dos tres maiores produtores: **(Vide quadro 3)**

A primeira das duas colunas de percentagens indica o número das propriedades e a segunda o número de pés de café, portanto, de força produtiva.

Estas distribuições são muito importantes em vista da diferença essencial que existe entre o preço de custo das pequenas e das grandes propriedades, como explicaremos promenorizadamente.

Primeiramente êste quadro requer alguns comentários: a coluna das percentagens de distribuição dos pés, conquanto aproximativa, já basta para dar uma idéa exata das partes respectivas de força de produção. Esta distribuição é muito mais importante do que a que se faz comumente (e que reproduzimos na primeira coluna das percentagens) do número das propriedades: é claro, por exemplo, que em São Paulo os pequeninos proprietários relacionados em 13.750 ou 34.343, com percentagens de 34'4, ou 42,2 não representam 6% da produção. Por conseguinte, apesar de se acharem êles na segunda lista, quasi em maioria, não se poderia atribuir um valor importante á opinião que pudessem emitir. Assim também, não representando senão uma parte ínfima da produção cafeeira do Estado de São Paulo, a sua situação só em último lugar poderia ser tomada em consideração.

A comparação essencial é, portanto, a seguinte : 85 a 90% da produção do Estado de São Paulo é fornecida pelas lavouras distribuídas em quatro grupos bem iguais de 5.000 a 20.000, de 20.000 a 50.000, de 50.000 a 100.000 e de 100.000 a 500.000 pés.

Na Colombia quasi a metade da mesma percentagem de 90% é fornecida por propriedades de menos de 5.000 pés, um terço pelas de 5.000 a 20.000 e um decimo pelas propriedades até 50.000 pés.

Póde-se assim dizer que em São Paulo a fazenda tipo é a de 50.000 pés de café, quando na Colombia não ultrapassa a decima parte.

Isto é um elemento de estudo essencial do preço de custo relativo do Brasil e de seu principal concorrente.

I

PREÇO DE CUSTO DE PEQUENOS FAZENDEIROS

Um magnífico exemplo da situação dos pequenos fazendeiros se tem no Brasil mesmo com as empresas agrícolas do Espirito Santo.

Cerca de 175.000.000 pés de café pertencentes a mais de 20.000 proprietarios ali produzem anualmente perto de 1.500.000 sacas.

De todos os pequenos cultivadores, póde-se dizer que no Brasil, bem como na America Central, são os agricultores os que se alimentam primeiramente dos produtos do solo, pois auferem de alguns dêles (aqui, do café) uma receita que lhes permite fazer as compras anuais.

E' claro, portanto, que para semelhantes empresas não se trata de preço de custo direto: o homem vive e sustenta a familia com o produto de seu trabalho e de sua terra. A venda do café lhe permitirá comprar na cidade as utilidades de que precisa, especialmente as roupas, e eventualmente fazer algumas economias.

O valor interno da moeda, o nível de vida, condicionado pelos costumes e o próprio clima, determinam a importância de que o cultivador tem necessidade absoluta.

E' preciso reconhecer o seguinte: essa importância, principalmente nos Estados do Norte do Brasil, é pequena em extremo: evidentemente as despesas anuais de toda uma familia de agricultores nêstes Estados são variáveis, mas facilmente controláveis em vista do hábito comercial com que o cultivador faz todas as suas operações de compra e venda, com um só negociante, em cujo livro a conta corrente permite uma verificação cômoda e segura.

Nota-se que as despesas foram sendo reduzidas proporcionalmente á baixa do café, chegando no ano passado a um equilíbrio quasi perfeito com a receita e, apresentando um pequeno saldo, quando nos anos anteriores sempre existia um saldo mais importante.

Póde-se assim dizer que para todos êsses pequenos cultivadores o preço a que chegou o café êste ano é o (seu preço) de custo sem lucro. Regula de 25 a 30 mil réis por saca sôbre o valor atual interno da moeda.

Aliás, nêsse mesmo Estado do Espirito Santo, o inquerito minucioso feito em diversas fazendas (de 10.000 até 500.000 pés) dá resultados semelhantes com preços de custo, sôbre a colheita média, de 25 a 30 por saca, na fazenda. Convém notar que o uso corrente de exploração nêsse Estado, para com os colonos, nas fazendas de certa importância, é a exploração por meieira da colheita.

O colono vende (em geral á propria fazenda) sua parte, na safra do café, em cerejas e o fazendeiro beneficia e revende o café.

Em alguns casos o colono é obrigado a vender á fazenda pelo preço do dia. Mas geralmente êle tem liberdade de venda mas prefere fazê-la na propria fazenda.

Convém ainda notar que em certas empresas importantes encontram-se ao mesmo tempo as três maneiras de exploração: por contrato como em São Paulo, por dia e por meia-empregada. Os preços se equilibram de tal maneira que o resultado é sempre o mesmo.

Terminemos estas considerações gerais com alguns dados precisos, particularmente característicos, isto é, médias (e não máximo e mínimo) extraídas dos numerosos inqueritos que fizemos:

A)—PEQUENOS PROPRIETARIOS

A)—Propriedade de 12 hectares: produção média de café 1932/1933=105 sacas. Unico produto de venda: café. Familia de 10 pessoas que vivem na propriedade. Receita de 1933: Rs. 2:100\$000. Despesas: 1:100\$000.

B)—Propriedade de 12 hectares: produção de café 1933=80 sacas. Produtos de venda: café, feijão e farinha. Familia de 6 pessoas vivendo na propriedade. Receita de 1933: 1:400\$000. Despesas: 900\$000.

C)—Propriedade de 18 hectares: produção de café 1933=50 sacas. Produtos de venda: café e toucinho. Familia de 10 pessoas vivendo na propriedade. Receita de 1933: 1:400\$000 (café Rs. 1:350\$000). Despesas 1:100\$000.

D)—Propriedade de 35 hectares: produção de café 1933=30 sacas. Produtos de venda: café e milho. Familia de 10 pessoas vivendo na propriedade. Receita de 1933: 925\$000. Despesas 500\$000.

E)—Propriedade de 50 hectares com 8.000 pés de café em produção, com uma média nos dois últimos anos de 60 sacas por ano. Produto de venda: café apenas. Familia de 14 pessoas das quais 10 vivem na propriedade. Despesa total anual: de 1:600\$000 a 1:800\$000, sendo 200 a 250 mil réis de instrumentos agrícolas e 500\$000 de roupas.

Esta propriedade tem o seguinte de interessante: o terreno foi comprado por 300\$000. O proprietario, vivendo aí poudo com o seu trabalho e sua receita construir a casa, fazer a lavoura e as instalações. Por ocasião da alta do café em 1928/1929 a propriedade foi avaliada em 60 contos de réis. Hoje ela não é negociável por 20 contos.

B) FAZENDAS

a)—Fazenda de 150 hectares com 40.000 pés de café dos quais um terço, de 10 anos, já decadente. Produção média dos três últimos anos: 200 sacas, pequena quantidade que provém do fato

de serem os outros dois terços de cafezais muito novos (4 a 5 anos). A fazenda tem 4 colonos e 6 diaristas. E' mixta e além do café tem criação e engorda de gado (400 cabeças). O fazendeiro calcula o preço de custo do café, cuja exploração é feita por metade com o colono, em 30 mil réis por saca.

b)—Fazenda de 400 hectares com 500.000 pés de café plantados progressivamente de 1915 até hoje. Produção média de 2.500 sacas, com exploração, parte por colonos, metade por empreitada e parte por trabalhadores diaristas (70 trabalhadores ao todo). A instalação da fazenda é completa e feita por um antigo fazendeiro do sul de Minas, perfeitamente semelhante a uma fazenda paulista. Emcontra-se mesmo aí, o que é raro no Espirito Santo, um despoldador. As despesas totais da fazenda não chegam a 30 contos de réis anuais para uma colheita que, com o regime adotado, é de dois terços da produção total já referida, ou seja um preço bruto na fazenda de 20 mil réis por saca. Esta fazenda é particular e criteriosamente administrada com o contróle permanente do proprietario e de seu filho.

Êstes dados bastam para mostrar as características dêsse modo de exploração.

II

PREÇO DE CUSTO NAS GRANDES FAZENDAS DE SÃO PAULO

As condições de exploração aqui são completamente diversas:

Devemos dizer que tivemos a satisfação de ver que a crise do café lembrou a alguns fazendeiros paulistas que a lavoura do café era uma exploração como qualquer outra, e de que não se podia esperar um lucro constante sem grandes esforços, não bastando um contróle muitas vezes exercido á distância.

Toda exploração agrícola tem de ser dirigida de perto e sómente a mão do dono pôde ter ação bastante. A êste respeito nota-se em São Paulo uma diferença enorme com o que se dava há alguns anos passados.

Todas as grandes fazendas de São Paulo têm escritorios e contabilidade, gerentes e fiscais, enfim, pessoal de administração e de contróle. Além disto, elas têm—e o problema não se apresenta do mesmo modo, segundo as zonas—uma constante dificuldade em garantir a mão de obra, constituida em sua quasi totalidade por colonos que têm um contrato para o ano cafeeiro (de 1.º de Outubro a 30 de Setembro).

A questão da mão de obra e a do rendimento real do trabalhador agrícola, predominam atualmente de modo absoluto nas grandes fazendas de São Paulo.

Já explicamos o processo pelo qual uma familia de imigrantes, trazida ao porto pelo escritório de São Paulo, era admitida em uma fazenda para o trabalho agrícola, e de ano a ano se entranhava frequentemente cada vez mais para o interior.

Os preços altos do café corresponderam aos contratos de colonos feitos igualmente a preços elevados. As colheitas das grandes safras feitas nestas bases, custaram caro aos fazendeiros e deixaram aos colonos resultados apreciáveis.

Com as facilidades oferecidas aos pequenos compradores eventuais pelas empresas de vendas de terrenos, todas as famílias de colonos que tinham realizado um regular capital se apressaram em aproveitar aquelas vantagens.

Tendo quasi cessado a corrente de imigração para São Paulo, resultou daí uma redução da mão de obra disponível.

Em 1930, a baixa do café determinou uma revisão dos preços dos contratos, por parte dos fazendeiros, revisão rigorosa que, como já dissemos, levou as novas bases a um pouco mais da terça parte das precedentes.

Como compensação parcial, algumas fazendas, que nunca o tinham feito antes, deram autorização (algumas vezes depois revogada) de plantar milho no meio do cafezal. Esta prática, que constitue um erro, está espalhada principalmente nas pequenas culturas mas em geral banida das grandes lavouras. As primeiras se prejudicam a si mesmas no café, mas o milho compensa a perda. As segundas têm apenas o prejuizo pois o milho não lhes dá sinão uma ínfima economia no contrato do colono.

Pelo motivo que acabamos de expôr, é natural que o colono tenha muitas vezes menos interêsse pelo trabalho no cafezal propriamente dito.

De qualquer modo nota-se atualmente por toda parte uma differença de rendimento muito sensível (póde-se mesmo dizer muito importante, pois é de 33 a 50%) entre o serviço do trabalhador agrícola por conta própria e o que êle presta ao seu patrão.

Alguns fazendeiros mais pccavidos procuraram uma solução. Fazem, já, executar por pequenos empreiteiros alguns serviços, em que o empreiteiro, verdadeiro chefe de turma, trabalha também com os seus homens e consegue um rendimento muito superior, que não só lhe permite ganhar a vida como traz economia para a fazenda.

Outros há que considerando as grandes explorações como definitivamente condenadas e impossiveis de prosseguir, oferecem á venda parte das terras da fazenda.

Pódc-se admitir que é na revisão dos contratos de serviços que as grandes fazendas de São Paulo encontrarão remédio para suas dificuldades; as perdas que elas sofreram nos anos de renção de colheita provêm em grande parte de terem conservado em seu poder (á força) quantidades de café algumas vezes muito grandes, colhidas sob bases muito altas e que finalmente foram vendidas barato dois anos mais tarde.

Si os contratos dos colonos tivessem sido mais brandos não se teriam dado essas perdas.

Resumindo esta pequena exposição, pôde-se dizer que—salvo mui raras exceções—o colono não é interessado na conservação do cafezal, não é interessado na colheita nem no modo de a fazer, e finalmente não é interessado na venda da safra.

Acreditamos que é por êste meio que os fazendeiros paulistas encontrarão melhora de seu preço por demais alto, que é tempo agora de fixar, o que se pôde fazer, em breve, do seguinte modo.

Tomaremos sucessivamente quatro exemplos típicos. Sendo rigorosamente exatos e tendo sido por nós escolhidos entre os elementos que consideramos mais seguros e apresentando ao mesmo tempo o característico “médio”, excusamo-nos de ter suprimido todas as particularidades que poderiam fazer identificar as fazendas cujos proprietarios se prestaram a nos confiar os seus algarismos confidenciais.

A)—GRANDE FAZENDA VELHA, ZONA VELHA

O cafezal é velho (30 a 50 anos) e apesar de bem tratado dá, apenas, por ter sido descuidado durante uma dezena de anos (mais ou menos 1915), um rendimento médio de 40 arrobas por mil pés.

E' portanto inferior ao rendimento médio de São Paulo.

Nesta fazenda, nos últimos oito anos, o preço de custo de uma saca de café na estação, em mil réis, foi sucessivamente de 120, 72, 160, 90, 160, 48, 120 e 40.

A média dos quatro últimos anos é interessante porque foi feita numa base de preços de contratos notadamente constante (200 mil réis em média).

O custo de produção por pé sai a mais ou menos 800 réis, o que é enorme. O gerente da fazenda é de opinião que si ela fosse dividida em quatro, aquêle preço diminuiria de metade.

Nos últimos quatro anos, o custo médio da saca é de 92 mil réis na estação. E' claro que nestas condições não pôde a exploração deixar de ser grandemente deficitaria na base dos preços de 1933, apesar da qualidade excepcional do café colhido e preparado nesta zona.

Assim, esta fazenda nos dá o exemplo de uma antiga lavoura, com pesadas despesas e rendimento insuficiente. Que estas explorações estejam inevitavelmente condenadas a uma completa refôrma ou mesmo a desaparecerem, é uma evidência que não escapa ao proprietario o qual, no caso em apreço, já começou a fazer explorações auxiliares afim de suportar as permanentes e enormes despesas que o asfixiam.

B)—FAZENDA ANTIGA COM RENOVAÇÃO EM ZONA ANTIGA

Nesta fazenda igualmente muito importante, há uma dezena de anos fizeram os proprietarios o desenvolvimento da lavoura

de modo a possuir hoje uma quarta parte de pés muito velhos (20 a 50 anos), metade de pés de 10 a 20 anos e uma quarta parte de pés novos, de 7 a 9 anos. Falta ainda uma parte igual para começar a produzir.

A diferença do exemplo precedente é flagrante porque se traduz primeiro na administração e depois no rendimento.

O preço de custo da saca de café na estação foi respectivamente nos últimos anos (dos quais os três últimos notadamente na mesma base de contratos de colonos) de 36, 145, 38, 83, 30, 36 e 27\$000.

A média dos quatro últimos anos é de 44\$000 e a dos três últimos de 31\$000, com os rendimentos médios respectivos de 80 a 90 arrobas por mil pés, o que é claramente superior á média geral.

O custo por pé sai a pouco mais de 600 réis. Apesar da excelente base em que está a fazenda, a administração julgou conveniente dividir as despesas de gerência por varios produtos e desenvolve outras explorações além do café (milho, algodão e gado). Os resultados do ano passado já são bem interessantes e prometem ser ainda melhores.

C)—FAZENDA VELHA EM ZONA NOVA:

O próprio sub-título parece uma contradição: queremos dizer que se trata de uma das primitivas fazendas formadas em uma das zonas chamadas novas.

Em mais de 500.000 pés, uma quarta parte tem 22 anos, a metade 18 e a outra parte 15. Há apenas algumas dezenas de milhares de pés que têm 10 anos. A fazenda é assim composta de árvores já completamente formadas e tendo mesmo ultrapassado a idade teórica do rendimento máximo.

Os preços da saca de café na estação da estrada de ferro foram, nos últimos anos, respectivamente, de 58, 96, 25, 47 e 21 mil réis: ou seja a média de 31 mil réis para os três últimos anos, e de 36 mil réis para os dois últimos, média mais legítima porque, contrariamente ao que se dá com o exemplo anterior, as colheitas são alternadas, muito forte e muito fraca, convindo assim estabelecer uma média par. Infelizmente, a do quarto ano foi feita sobre bases diferentes, de modo que é a média dos dois últimos anos que deve ser tomada em consideração.

O rendimento desta fazenda é ótimo: é de mais de 100 arrobas por 1.000 pés nos últimos quatro anos em média, e o preço de custo extraordinariamente baixo da última colheita foi obtido sobre o dobro do rendimento. Deve-se considerar êste rendimento, bem como o preço de custo correspondente, como verdadeiramente, excepcionais. Por outro lado, a média de dois anos é perfeitamente legítima.

D)—FAZENDA NOVA EM ZONA NOVA

E' uma fazenda da qual um terço das árvores tem 15 anos e o resto gradativamente até a idade limite de 4 anos, ainda não produzindo.

Os preços da saca de café na estação, durante os últimos anos, têm sido respectivamente de 70, 24, 31 e 24 mil réis, com rendimento correspondentes de 50, 110, 90 e 140 arrobas por mil pés.

O preço médio dos quatro últimos anos é assim de 37 mil réis para um rendimento médio de 100 arrobas mais ou menos.

Uma quarta parte dos cafezais desta fazenda não começaram ainda a produzir.

Levando isto em conta, conclue-se que o Brasil êste ano, sôbre a colheita excepcional de 1933/1934, produziu mais café a 35 mil réis a saca do que poderia exportar.

Conclue-se ainda que existe um absoluto contraste entre as fazendas antigas das zonas velhas e as outras.

A quantidade de café produzida pelo Estado de São Paulo e exportável não excede 12 milhões de sacas por ano—750 milhões de cafezais novos produzindo em média 70 arrobas dariam mais que essa cifra e nesta média o preço de custo da saca de café não chega a 45 mil réis, em estação do interior.

Esta é a verdadeira situação do produtor brasileiro.

Sofreu mais, nos anos que passaram, pelas retenções das colheitas e despesas de juros daí resultantes do que por outra causa qualquer.

Nós escrevemos em 1927: vai-se chegar a êste belo resultado, de descontentar o consumidor obrigando-o a pagar caro quando há superabundância, e descontentar o produtor que vai perder mais em juros do que se vendesse por menos a sua mercadoria. Era fácil na época a previsão, em face das taxas correntes no Brasil.

Os elementos que acabamos de expressar se referem ao preço da saca de café na estação do interior e, salvo exceção, entre os exemplos apresentados não estão incluídos juros nos algarismos que citamos.

Êstes juros estão atualmente muito reduzidos em relação ao que eram: não nos referimos aos juros do capital invertido, que calculámos mas não incluímos no preço de custo; trata-se dos juros do capital adiantado para a colheita.

A causa da diminuição substancial provém simultaneamente:

- a)—da baixa da taxa de juro;
- b)—da baixa do custo de produção, portanto, do capital adiantado;
- c)—da venda da colheita no mesmo ano, com uma média de adiantamento que não é de seis meses sôbre o custo.

A majoração é assim de 3% no máximo, ou seja de um mil réis por saca.

III

PREÇO DE CUSTO DA SACA DE CAFÉ EM SANTOS

Aos elementos precedentes, é preciso acrescentar as despesas e taxas que gravam a saca de café entre a estação expedidora e o porto de embarque.

Tomamos Santos para exemplo, deixando as taxas dos outros portos brasileiros para o capítulo das taxas de saída.

POR SACCA

Fréte médio na estrada de ferro.....	7\$500
Imposto de crise.....	5\$000
Imposto de mil réis ouro (I).....	3\$500
Imposto sôbre o fréte.....	\$750
Despesas em Santos (transportes, etc.).....	4\$000
	<hr/>
	20\$750

ou seja, tomando a sacca de 35 a 45 mil réis na estação interior, um preço em Santos de 56 a 66 mil réis.

Para a exportação, finalmente, se adicionam, a taxa federal de 15/—fixada em.....	45\$000
Despesa de exportação (inclusive embarque) (saco novo, transporte, comissão, etc.).....	6\$000
	<hr/>
	51\$000

ou seja, assim, para a sacca F. O. B. Santos um total de 107 a 117 mil réis, sem lucro para o lavrador e sem juros sôbre o seu capital.

Não esqueçamos, entretanto, que dos 45 mil réis da taxa federal, 30 mil réis por sacca foram para o lavrador êste ano (quota de sacrificio) na cifra de 40% de sua colheita.

Segundo as fazendas e segundo o preço de custo particularmente baixo desta grande colheita e inferior aos preços médios que mostramos, a quota D.N.C. já representava um lucro, ou a indênização das despesas ou, quando o rendimento era insufficiente, um prejuizo majorando o custo do restante.

Em todas as fazendas das zonas novas a venda da quota D.N.C. representou um lucro superior ao juro do capital total.

E' claro que uma modificação posterior das taxas pôde alterar os preços. Mas pelo que acabamos de dizer, verifica-se que uma baixa apreciável da taxa de 45 mil réis, sem daí em diante restituição ao lavrador, não permitiria a redução do preço de uma quantidade estritamente igual.

Exposta assim a situação da produção paulista e brasileira do café, pôde-se concluir que os países produtores "diversos" vão se encontrar nos próximos anos com um concorrente respeitável.

Os lavradores brasileiros estão fartos de medidas artificiais e desejam vender todos os anos a sua colheita. A produção brasileira pôde abastecer o mundo por preços inacessíveis em outros países. Assim, na luta comercial inevitável ella está apta a facilmente reconquistar (de modo definitivo e não transitório com em 1933/34) uma bôa parte da mercadoria que perdeu nos anos anteriores.

E quando a luta se manifestar simultaneamente no terreno, dos preços e no da qualidade, alguns produtores, de preço de custo por demais elevado, estarão condenados a desaparecer.

(I) — O mil réis ouro foi fixado em 8 mil réis papel por decreto federal de 21 de Novembro de 1933. Mas, um decreto do Interventor Federal de São Paulo, fixou em 3\$500 a taxa de mil réis ouro do Estado para 1934.

Capitulo V

A PRODUÇÃO

I—RECAPITULAÇÃO DOS PAÍSES “DIVERSOS”. II—PRODUÇÃO DO BRASIL. III—QUADROS DA PRODUÇÃO MUNDIAL

I

RECAPITULAÇÃO DOS PAÍSES “DIVERSOS”

No “Bilan de protection agricole, Café 1933” publicamos o historico da produção em todos os países. Considerando que estas informações estatísticas (obtidas na sua maioria com grande dificuldade) apresentavam um interêsse evidente, procurámos divulgá-las sob a fôrma que nos pareceu menos fastidiosa.

Foi por isto que, para todos os grandes países produtores estabelecemos gráficos grupando cada país por zonas.

O inconveniente estava em que, afim de tornar legíveis êstes gráficos, era necessário adotar escalas diferentes, de modo que a comparação entre uma e outra, para as pessoas não mui habituadas a essa leitura, se tornava um tanto difficil.

Além disto, a necessidade de os publicar num espaço limitado, com variações algumas vezes importantes, obrigou a reduzir as cifras ás dezenas de milhar, e os gráficos, depois de impressos nem sempre permitiam a leitura.

Julgámos preferível retomar na presente publicação os proprios algarismos sob a fôrma de quadros; mas afim de facilitar a leitura, limitámos no tempo, a uma época mais próxima, os algarismos do passado.

Por outro lado pudemos verificar que não havíamos insistido suficientemente, embora o tivéssemos feito de modo explícito, e em dois pontos diferentes de nossa obra, sôbre o modo pelo qual estabelecemos as cifras de produção de que nos servirmos e sôbre os motivos de destaque que elas apresentavam em relação as que as estatísticas habitualmente registram.

Permita-se-nos, pois, voltar agora ao assunto afim de melhor ainda o esclarecer.

Todos os algarismos de produção que publicámos anteriormente, e que agora, de novo apontamos, nos foram fornecidos pelos órgãos oficiais de cada um dos países produtores.

Consideramos para cada um dêles como cifra de produção a da exportação real, sem absolutamente levar em conta o consumo local. Não obstante, quando uma pequena exportação corresponde a uma importação de valor equivalente, nós as compensamos de modo a não registrar duas vezes a mesma quantidade. Assim, os algarismos de produção que tomamos são os da exportação total. Ora, as estatísticas comuns registram as exportações "para os portos estatísticos". A diferença entre as duas cifras é de 750.000 a um milhão de sacas.

A maior parte dos algarismos fornecidos pelo modo que assinalamos, nos foi dada em quilos, que convertemos em números de sacas de 60 quilos. Quando, casualmente, os algarismos de uma procedência nos foram dados em sacas, levámos em conta, é claro o pêso habitual dessa procedência, não sem haver pedido confirmação de que êsses números se referiam ás sacas comuns e não ás de 60 quilos.

Sabe-se que as sacas de alguns países "diversos" têm um peso muito diferente de 60 quilos.

Os fardos da Arabia têm mais ou menos 80 quilos. No Haiti um decreto governamental baixado há alguns anos para estabelecer em 60 quilos o pêso de exportação para as sacas de café nunca entrou em vigor e o pêso antigo, de 80 quilos, foi mantido (com um contrôle hoje melhor, pois anteriormente êle oscilava entre 75 e 85 quilos).

O café de São Domingos é exportado em sacas de 90 quilos, o das Indias Inglesas em 77 quilos, os de Nicaragua, Salvador e Guatemala em 70 quilos, o das Indias Holandesas em 60 quilos e o da Colombia em 65 quilos.

Houve tempo em que se podia considerar, numa produção de cerca de 6 milhões de sacas anuais, que o pêso médio era de 66 quilos. A proporção hoje é um pouco diversa. Para uma produção de 10 e $\frac{1}{2}$ milhões de sacas de 60 quilos ela se estabelece (tomando-se para cada procedência o número de sacas correspondente ao seu pêso real) do seguinte modo: (Vide quadro 4)

— Existe, pois, um destaque de 1.150.000 sacas entre o algarismo de produção dos países "diversos" representando por sacas de 60 quilos e o total de sacas de cada procedência, tomadas estas pelo seu número real e pelo seu pêso também real. Verifica-se assim que o pêso médio das sacas de produção "diversos" é de 67,3 quilos líquidos.

Êste pêso médio comparado ao que citamos acima prova que uma parte bem maior de produtores de café "diversos" fornece agora para o consumo sacas de peso superior ao pêso corrente de 60 quilos.

QUADRO 4

PAÍSES DE PRODUÇÃO	PESO UNITARIO EM KGS.		NÚMERO DE SACAS DE 60 QUILOS	NÚMERO DE SACAS POR PÊSO UNITÁ- RIO
	Média calculada	Tara usual		
Pequenos países produ- tores diversos.....	75	—	380.000	304.000
São Domingos.....	90	1,	80.000	53.300
Equador.....	90	1,50	100.000	66.000
Madagascar.....	60	0,900 a 2.000		
Nicaragua.....	70	0,950	250.000	214.300
Costa Rica.....	70	0,900	550.000	300.000
Mexico.....	70	1,200	450.000	397.000
Guatemala.....	70	0,800	800.000	685.000
Salvador.....	70	0,860	800.000	685.000
Venezuela.....	60 70	0,500 a	900.000	892.560
		60.500	1,100	
Colombia.....	65	0,700	3.000.000	2.770.000
Haiti.....	80, 50	0,980	550.000	410.000
Índias Inglesas.....	77	1,650 (d)	175.000	136.000
Índias Neerlandesas....	60	0,950	1.500.000	1.500.000
Angola.....	60	0,610	200.000	200.000
A. O. Inglesa.....	85	1,700 (d)	500.000	350.600
Somalia.....	83	3,000	225.000	160.240
			10.460.000	9.324.000

(d)—Embalagem dupla

PRODUÇÃO DO BRASIL

Na produção do café existe um fatôr absolutamente essencial e sôbre o qual se deve insistir.

Quando se estuda a produção de um genero agrícola anual, leva-se em conta a extensão da superfície plantada. As previsões de colheita se fazem de acôrdo com essa superfície e também com as condições climatéricas sobrevindas desde a época da sementeira até a da colheita. Considera-se ainda a maior ou menor possibilidade que teve o produtor de utilizar o adubo e de obter assim um melhor rendimento.

Quando se trata da produção de um genero não mais anual, mas permanente ou meio-permanente como o café, é preciso distinguir completamente os períodos de lavoura constante, daqueles em que ela sofre variações.

Nos períodos em que as lavouras são constantes, não se tem que considerar senão as condições climatéricas para avaliar a colheita. Nestas circunstâncias a produção média se confunde com a força produtiva média. Uma e outra não são mais do que a média da produção total dos últimos anos.

Quando sobrevem um período bastante longo, em que não se fizeram novas culturas, é preciso admitir uma certa diminuição de produção por envelhecimento das árvores.

Pelo contrário, nos períodos seguintes aos anos em que as lavouras foram desenvolvidas ou apenas rejuvenescidas, para avaliar a produção média é necessário levar em conta a verdadeira força produtiva, procurando nos anos subseqüentes um coeficiente de produção tão exato quanto possível do número de árvores que incida sucessivamente em cada uma dessas categorias: novas de rendimento crescente (4 a 7), adultos em pleno rendimento (7 a 15) e adultos em período decrescente (mais de 15).

Não é, evidentemente, muito fácil fazer êste cálculo; entretanto êle não ultrapassa as possibilidades normais da estatística.

E claro que, num período semelhante, quando o aumento do número de árvores foi sensível, totalizar as produções efetivas dos últimos anos e daí tirar a média, leva-nos a concluir um algarismo forçosamente inferior á realidade.

O estudo minucioso das estatísticas permite determinar, fóra de qualquer variação, as cifras máximas e mínimas possíveis, de colheita. Póde-se também fazer o cálculo de probabilidade das circunstâncias mais verosímeis.

Foi assim que a grande colheita de São Paulo para 1933/1934 pôde ser prevista com toda segurança. Quando, para ela, anunciamos os algarismos record da produção que daria São Paulo contestaram os nossos cálculos.

Os fatos vieram comprovar: a colheita de São Paulo, êste ano, é a maior, em quantidade, de todas as que até hoje foram registradas (I).

Sabe-se que o cálculo do D. N. C. para esta colheita era de 20.500.000 sacas. Posteriormente algumas estimativas foram feitas na base 22 milhões; segundo outros cálculos ela não atingirá á 20 milhões.

Tomando-se por base esse algarismo, uma produção de 20 milhões de sacas no Estado de São Paulo corresponde, com 1 bilhão e 400 milhões de pés, a uma média de: 857 gramas por pé, isto é, 57,1 arrobas de 15 quilos por 1.000 pés.

Na cifra de um bilhão e 400 milhões de cafeeiros em produção, o ano passado, em São Paulo, deve-se levar em conta 600 milhões de pés de 3 a 10 anos, 300 milhões de pés de substituição de 3 a 15 anos e cerca de 600 milhões de mais de 20 ou 25 anos.

Com esta distribuição pôde-se tentar estabelecer a cifra normal de uma ótima colheita futura em São Paulo.

Si examinarmos o passado, verifica-se que, por ocasião da colheita record de 1906, havia 500 milhões de pés de 4 a 10 annos, 100 milhões de menos de 25 anos e 100 milhões de mais de 25 anos. Si tomarmos por base, como rendimento médio, nessa esplendida colheita, o número de 40 arrobas para os 100 milhões de pés mais velhos e de 60 para os 100 milhões mais novos, chegaremos, segundo o rendimento total, ao número de 95 arrobas para os 500 milhões de pés novos, nessa safra.

Considerando em sentido contrário á situação produtiva atual, encontram-se, como colheita máxima possível para 600 milhões de árvores velhas, com a média de 40 arrobas: 6 milhões de sacas; para 800 milhões de pés, á 95 arrobas: 19 milhões.

Pelo cálculo acima se pode estabelecer que a colheita máxima de São Paulo, atualmente possível, é de 25 milhões de sacas. Sendo a safra atual de 22 milhões, não está realmente longe da possibilidade máxima do Estado de São Paulo.

Verifiquemos êste cálculo por outra maneira.

Convém notar que a estatística atual do D. N. C. apresenta mais 75 milhões de pés de café que o número citado cima. (II).

75 milhões de arvores novas em São Paulo representam, com um mínimo de 60 arrobas por média, uma média de 1.125.000 sacas, com um máximo possível de 2 a 2 e meio milhões de sacas.

Por outro lado, si levamos em conta a supressão eventual de 300 milhões de árvores muito velhas, com uma produção média de 20 arrobas, representará isso uma perda média somente de 1.500.000 sacas. O que quer dizer que o abandono eventual (e que ainda não está provado) de 4 árvores velhas, compensa claramente "l'apport certain" de uma nova árvore nas zonas novas.

(I)—Mas o seu rendimento de 37 arrobas não é excepcional. O record do rendimento continúa a ser de 82 arrobas em 1906.

(II)—Uma publicação da Secretaria da Agricultura de S. Paulo dá para 1932 o número de 1.679.000 de pés de café, ou sejam mais de 250 milhões de árvores novas que ainda não produziram.

Então, a probabilidade e o bom senso nos mostram duas hipóteses.

A colheita atual não correspondeu completamente á capacidade produtiva máxima. Si ela fôr seguida de outra realmente muito pequena, permitindo “pleinement recuoperer les arbres”, esta precederá á uma colheita mais abundante que a atual, ou á duas colheitas sucessivas um pouco inferiores.

Si observarmos o quadro de produção média ou de rendimento médio que organizamos (1), verificamos que a cifra global do rendimento médio de São Paulo se encontra em constante ascensão nestes últimos anos e, talvez, não tenha cessado de aumentar.

Não há assim tanto tempo (não haverá dez anos) que a média de São Paulo era inferior a 10 milhões de sacas, quando hoje ao contrário estão todos acórdes em considerar esta cifra de colheita muito pequena.

Ora, as quantidades cada vez maiores de média, foram fornecidas por um número de árvores também cada vez mais elevado e cujo rendimento crescente corresponde ao número de arvores novas que não deixou de aumentar.

O quadro abaixo o demonstra nitidamente:

ANOS	N.º de pés em produção (milhares)	Colheitas médias (1) (em sacas)	Rendimento médio (1) (arrobas)
1926/27	1.048	9.130.000	38,4
1927/28	1.123	10.760.000	42,8
1928/29	1.152	11.055.000	43
1929/30	1.189	12.574.000	46,4
1930/31	1.235	12.724.000	45,4
1931/32	1.360	14.159.000	48,1
1932/33	1.475	14.263.000	46,5
1933/34	1.475	14.932.000	45,4

A fraca diminuição, destes últimos dois anos, das cifras de rendimento, provêm, principalmente, da supressão comercial dos cafés abaixo do tipo 8.

Não se póde, aliás, atribuir uma importância essencial a diferenças tão pequenas: os algarismos representando o número de pés de café não são muito precisos desde há dois anos. Do mesmo modo, quando a colheita de 1933/34 fôr exatamente conhecida (2) em face da quota D. N. C., haverá uma dúvida quanto á cifra real da colheita 1932/1933 (redespachos).

(I)—Vide “Bilan de Protection Agricole”.

(II)—Exceto as retenções, calculadas de um a dois milhões de sacas, em S. Paulo.

Verifica-se ainda que, as colheitas 1927/1928 e 1929/1930 foram produzidas, uma e outra, com um número de árvores velhas exatamente igual as que ainda estão hoje em produção (e que naturalmente reduzem a média máxima eventual).

Ora, os rendimentos médios respectivos foram de 64 arrobas em 1927/1928 e de 66 arrobas em 1929/1930. O número médio de 65 arrobas aplicado á cifra atual de 1 bilhão 475 milhões de pés, dá 23.975.000 sacas, o que muito se aproxima da cifra anterior, verificada pelas recentes produções destes últimos anos.

Deve-se pois admitir, confirmando-se perfeitamente um pelo outro, os cálculos abaixo: que a capacidade produtiva atual (II) de São Paulo é, para uma excelente colheita, de 65 arrobas de média geral, isto é, 24 milhões de sacas, e a média da capacidade produtiva corresponde a uma colheita *média*

com 43 arrobas de 15.860.000 sacas
com 44 arrobas de 16.225.000 sacas
com 46 arrobas de 16.960.000 sacas
com 48 arrobas de 17.700.000 sacas

Sôbre êstes rendimentos se encontrarão observações no parágrafo em que tratamos da bróca.

Havendo determinado a produção média do Estado de São Paulo convêm estabelecer a dos outros Estados do Brasil, levando em conta a sua produtividade média como também o número de árvores atualmente em produção.

A êste respeito deve-se observar sucessivamente:

MINAS—O número de árvores do recenseamento de 1933 é de 745.300.000, deduzidos 78 milhões de pés abandonados e incluindo 120 milhões de árvores novas. A produção média de 1933/34, calculada na base de 37 arrobas por 1.000 pés atingia á 6 milhões de sacas. O cálculo do D. N. C. se previa 5.500.000 sacas. A média geral de colheita dos anos passados que se manteve relativamente regular, é de 4 milhões de sacas, e o número atual médio deve ser de 4.250.000. Nos 750.000.000 de pés de café registrados deve-se contar pelo menos um terço em muito bom estado, novos e fortes.

ESPÍRITO SANTO—O número de pés avaliado em 237.500.000 é duvidoso. O recenseamento está longe de ser feito como em São Paulo e, apresentando as lavouras um aspecto completamente diferente, torna-se impossível atribuir a esses Algarismos o valor que podem ter para São Paulo ou para Minas. Do mesmo modo é impossível determinar de maneira exata o rendimento médio, pois não é certo o número de árvores. A media da cifra de produção pode ser calculada para os anos passados em 1.400.000 sacas e hoje muito provavelmente em 1.450.000.

RIO DE JANEIRO—A lavoura nêste Estado mostra uma decadência considerável. O número de pés de café, segundo a estatís-

(II)—Com 1.473.000,000 pés de café em produção.

tica do D.N.C., é de 280.000.000, entre os quais, é muito avultada a quantidade de árvores velhas. O rendimento é pequeno e a cifra média de colheita pode ser avaliada em 1.075.000 sacas.

BAÍA—O total de 71.000.000 pés, apresentado pela estatística do D. N. C. é absolutamente duvidoso. A lavoura do Estado da Baía, se apresenta de tal modo que é absolutamente impossível dar credito a um número, qualquer que ele seja, de pés de café. E, mais ainda do que no Espírito Santo, para a quantidade acima citada se teria que atribuir um rendimento extremamente fraco. A colheita média da Baía não excede provavelmente á 200.000 sacas por ano.

PERNAMBUCO—E' muito incerto o número de 66.000.000 de pés, mas contrariamente ao que se dá com o Estado da Baía, uma grande parte destas arvores é nova, e o rendimento melhor. E' provável que se possa calcular a produção média de Pernambuco com como sendo de 175.000 sacas.

PARÁNA—O número de 34.000.000 de pés de café é positivamente certo. Em contraposição ao que se observa nos Estados precedentes, sabe-se que se trata aqui de lavouras completamente novas com árvores extremamente vigorosas, em perfeito estado e produzindo rendimentos extraordinarios. Sómente nas zonas novas do Estado de São Paulo (especialmente o Noroeste) se obtem rendimentos médios semelhantes para um número de árvores tão elevado.

A colheita média atual do Paraná é seguramente de 500.000 sacas por ano.

CEARÁ—O número de 24.000.000 de pés é incerto, e o rendimento muito inferior ao do Paraná, é igualmente duvidoso. A colheita média atual não ultrapassa á 75.000 sacas.

GOIAZ—E' provavelmente exato o número de 13.000.000 pés e corresponde com rendimento medíocre a uma cifra média de colheita de 75.000 sacas por ano.

OUTROS ESTADOS—Os demais Estados não dão 75.000 sacas por ano.

A recapitulação total do Brasil dá assim os seguintes algarismos:

São Paulo.....	16.000.000
Minas Gerais.....	4.250.000
Espirito Santo.....	1.450.000
Rio de Janeiro.....	1.075.000
Baía.....	200.000
Paraná.....	500.000
Pernambuco.....	175.000
Ceará.....	75.000
Goiaz.....	75.000
Diversos.....	75.000

TOTAL DO BRASIL (MÉDIA).... 23.875.000

total que consideramos como mínimo, porque a parte essencial é representada pela cifra de São Paulo que corresponde, como já dissemos, a um rendimento médio de 43,5 arrobas para a média geral do Estado e este número a nosso vêr é inferior á realidade. É de fato, em relação ás últimas e recentes médias.

A esta cifra "Brasil" é mister adicionar a de "diversos". É oportuno lembrar mais uma vez que vamos primeiro tomar a cifra de produção *verdadeira* e que a transformamos em seguida em cifra *estatística* para nos ajustarmos á norma usual e facilitar a comparação dos nossos algarismos com os cálculos habituais.

Exportação média dos Países:

Diversos (sacas de 60 quilos).....	10.460.000 sacas
Exportação dos mesmos para portos estatísticos (sacas de 60 quilos).....	9.700.000 "
Algarismos estatísticos (sacas de 66 quilos).....	8.825.000 "
Produção média recapitulada do Brasil.....	23.875.000 "
Produção total do mundo (cifra estatística).....	32.700.000 "

Alcançando as saídas médias, cerca de 24.500.000 sacas, a diferença mostra um excesso anual de produção de mais de 7.000.000 de sacas.

Veremos adiante o que se deve concluir e terminamos este capítulo com os quadros das produções (exportações) em sacas de 60 quilos durante os vinte últimos anos para todos os principais países.

III

QUADRO DA PRODUÇÃO MUNDIAL

BRASIL-BAÍA

EXPORTAÇÃO DE CAFÉ

SACAS DE 60 QUILOS

Anos cafeeiros = Anos do calendario

1913.....	91.636	1923.....	218.543
1914.....	70.316	1924.....	259.081
1915.....	217.111	1925.....	246.746
1916.....	203.973	1926.....	341.167
1917.....	91.813	1927.....	256.212
1918.....	49.620	1928.....	417.563
1919.....	275.286	1929.....	317.940
1920.....	113.251	1930.....	297.597
1921.....	235.957	1931.....	298.616
1922.....	201.839	1932.....	223.460
1933.....	152.178		

PARANAGUÁ

EXPORTAÇÃO DE CAFÉ

SACAS DE 60 QUILOS

Anos cafeeiros = Anos do calendario

1913..... —	1923..... 215
1914..... —	1924..... 29.521
1915..... —	1925..... 27.628
1916..... —	1926..... 73.654
1917..... —	1927..... 212.899
1918..... —	1928..... 443.451
1919..... —	1929..... 301.070
1920..... —	1930..... 644.594
1921..... —	1931..... 258.292
1922..... —	1932..... 115.966
1933.....	171.758

PERNAMBUCO

EXPORTAÇÃO DE CAFÉ

SACAS DE 60 QUILOS

Anos cafeeiros = Anos do calendario

1913..... 18.594	1923..... 95.228
1914..... 17.989	1924..... 60.733
1915..... 28.749	1925..... 94.919
1916..... 12.589	1926..... 181.899
1917..... 919	1927..... 106.451
1918..... 9.928	1928..... 79.314
1919..... 123.870	1929..... 102.388
1920..... 25.413	1930..... 132.017
1921..... 42.102	1931..... 93.524
1922..... 65.196	1932..... 64.059
1933.....	38.058

RIO

EXPORTAÇÃO DE CAFÉ

SACAS DE 60 QUILOS

Anos cafeeiros = Anos do calendario

1913..... 2.441.060	1923..... 3.817.543
1914..... 2.224.558	1924..... 3.526.741
1915..... 3.993.021	1925..... 3.244.089
1916..... 2.310.567	1926..... 3.127.026
1917..... 2.127.721	1927..... 3.267.502
1918..... 1.630.939	1928..... 2.809.678
1919..... 2.507.436	1929..... 2.741.071
1920..... 2.341.930	1930..... 3.014.439
1921..... 2.660.099	1931..... 4.651.721
1922..... 3.410.957	1932..... 3.766.867
1933.....	3.267.991

SANTOS

Anos cafeeiros = Anos do calendario

1913.....	10.229.245	1923.....	9.668.253
1914.....	8.493.557	1924.....	9.505.808
1915.....	12.119.741	1925.....	9.101.065
1916.....	9.943.158	1926.....	9.218.311
1917.....	7.845.089	1927.....	10.284.538
1918.....	5.390.913	1928.....	8.956.041
1919.....	9.426.335	1929.....	9.314.227
1920.....	8.480.887	1930.....	9.318.260
1921.....	8.770.042	1031.....	10.865.120
1922.....	8.329.729	1932.....	6.152.986
1933.....	10.385.667		

VITÓRIA

EXPORTAÇÃO DE CAFÉ

SAGAS DE 60 QUILOS

Anos cafeeiros = Anos do calendario

1913.....	484.598	1923.....	655.061
1914.....	455.502	1924.....	832.264
1915.....	689.171	1925.....	764.786
1916.....	555.014	1926.....	800.646
1917.....	529.965	1927.....	950.526
1918.....	337.018	1928.....	1.023.359
1919.....	603.022	1929.....	1.216.132
1920.....	542.580	1930.....	1.517.976
1921.....	658.083	1931.....	1.573.224
1922.....	658.560	1932.....	1.321.823
1933.....	1.285.561		

ADEN

EXPORTAÇÃO DE CAFÉ

SACAS DE 60 QUILOS

Anos cafeeiros: 1.º de Abril/31 Março 1913/14 = 1913

1913.....	117.589	1923.....	115.071
1914.....	85.463	1924.....	136.019
1915.....	108.412	1925.....	94.214
1916.....	70.587	1926.....	95.901
1917.....	107.785	1927.....	93.128
1918.....	82.135	1928.....	78.084
1919.....	87.266	1929.....	62.914
1920.....	71.466	1930.....	67.971
1921.....	108.147	1931.....	75.453
1922.....	111.949	1932.....	82.222
1933.....	70.000 (est.)		

AFRICA ORIENTAL INGLESA
(KENIA, UGANDA, TANGANIKA)

EXPORTAÇÃO DE CAFÉ SACAS DE 60 QUILOS

Anos cateeiros — Anos do calendario

Totais		Totais		Kenia	Tan-
				Uganda	ganika
1913.....	22.000	1923.....	225.314	1923.....	68.000
1914.....	33.718	1924.....	258.321	1924.....	88.000
1915.....	23.796	1925.....	231.859	1925.....	102.000
1916.....	19.351	1926.....	258.555	1926.....	110.000
1917.....	61.799	1927.....	326.369	1927.....	112.000
1918.....	50.060	1928.....	388.810	1928.....	176.459
1919.....	119.437	1929.....	297.250	1929.....	149.830
1920.....	170.992	1930.....	498.942	1930.....	195.336
1921.....	162.670	1931.....	423.688	1831.....	156.496
1922.....	182.458	1932.....	496.648	1832.....	198.048
		1933.....	450.000	1933.....	175.000

ANGOLA PORTUGUESA

EXPORTAÇÃO DE CAFÉ SACAS DE 60 QUILOS

Anos cafeeiros = Anos do calendario

1913.....	80.541	1923.....	100.507
1914.....	74.291	1924.....	147.168
1915.....	66.667	1925.....	209.986
1916.....	53.372	1926.....	155.722
1917.....	69.862	1927.....	166.898
1918.....	70.126	1928.....	163.768
1919.....	102.480	1929.....	177.873
1920.....	64.421	1930.....	230.159
1921.....	84.590	1931.....	197.237
1922.....	171.702	1932 (prov.)....	200.000
1933.....	200.000 (est.)

AFRICA OCIDENTAL FRANCESA

(COSTA DE MARFIM, GUINÉ, DAHOMEY)

EXPORTAÇÃO DE CAFÉ SACAS DE 60 QUILOS

Anos cafeeiros = Anos do calendario

1913.....	169	1923.....	1.886
1914.....	64	1924.....	1.508
1915.....	373	1925.....	999
1916.....	686	1926.....	1.953
1917.....	461	1927.....	3.189
1918.....	513	1928.....	4.002
1919.....	1.867	1929.....	6.777
1920.....	325	1930.....	7.419
1921.....	213	1931.....	12.110
1922.....	1.054	1932.....	23.877
1933.....	20.000 (est.)

C A M E R U M

EXPORTAÇÃO DE CAFÉ

SACAS DE 60 QUILOS

Anos cafeeiros = Anos do calendario

1913.....	—	1923.....	—
1914.....	—	1924.....	—
1915.....	—	1925.....	—
1916.....	—	1926.....	—
1917.....	—	1927.....	—
1918.....	—	1928.....	—
1919.....	—	1929.....	—
1920.....	—	1930.....	166
1921.....	—	1931.....	443
1922.....	—	1932.....	1.463
1933.....		8.300	

C O L O M B I A

EXPORTAÇÃO DE CAFÉ

SACAS DE 60 QUILOS

Anos cafeeiros = Anos do calendario

1913.....	1.020.322	1923.....	2.060.658
1914.....	1.031.712	1924.....	2.215.824
1915.....	1.129.389	1925.....	1.946.730
1916.....	1.210.648	1926.....	2.454.288
1917.....	1.046.965	1927.....	2.356.514
1918.....	1.145.565	1928.....	2.659.578
1919.....	1.683.415	1929.....	2.835.776
1920.....	1.443.354	1930.....	3.117.595
1921.....	2.344.633	1931.....	3.017.399
1922.....	1.765.000	1932.....	3.184.328
1933.....		3.315.000	

G O N G O B E L G A

EXPORTAÇÃO DE CAFÉ

SACAS DE 60 QUILOS

Anos cafeeiros = Anos do calendario

1913.....	219	1923.....	2.300
1914.....	174	1924.....	3.170
1915.....	514	1925.....	4.056
1916.....	385	1926.....	3.776
1917.....	461	1927.....	4.610
1918.....	1.136	1928.....	9.615
1919.....	2.628	1929.....	13.937
1920.....	1.887	1930.....	25.622
1921.....	518	1931.....	48.630
1922.....	4.185	1932.....	89.770
1933.....		136.666	

C O S T A R I C A

EXPORTAÇÃO DE CAFÉ

SACAS DE 60 QUILOS

Anos cafeeiros = Anos do calendario

1913...	216.936	1923.....	184.806
1914.....	295.284	1924.....	303.512
1915.....	203.385	1925.....	255.547
1916.....	280.671	1926.....	304.150
1917.....	204.408	1927.....	268.899
1918.....	190.818	1928.....	314.029
1919.....	232.675	1929.....	327.935
1920.....	253.250	1930.....	392.277
1921.....	222.222	1931.....	583.578
1922.....	310.280	1932 (prov.)...	400.000
1933.....	250.000	250.000 (prov.)	

E Q U A D O R

EXPORTAÇÃO DE CAFÉ

SACAS DE 60 QUILOS

Anos cafeeiros = Anos do calendario

1913.....	61.476	1923.....	93.363
1914.....	49.674	1924.....	96.575
1915.....	38.674	1925.....	68.569
1916.....	53.820	1926.....	101.206
1917.....	44.487	1927.....	97.822
1918.....	58.117	1928.....	152.508
1919.....	28.194	1929.....	121.863
1920.....	26.479	1930.....	157.507
1921.....	102.540	1931.....	138.952
1922.....	67.883	1932.....	133.790
1933.....	156.000	156.000	

G U A T E M A L A

EXPORTAÇÃO DE CAFÉ

SACAS DE 60 QUILOS

Anos cafeeiros = Anos do calendario

1913.....	703.262	1923.....	734.604
1914.....	640.356	1924.....	682.266
1915.....	609.819	1925.....	744.013
1916.....	675.225	1926.....	716.848
1917.....	694.877	1927.....	879.306
1918.....	600.716	1928.....	741.277
1919.....	688.183	1929.....	736.296
1920.....	722.242	1930.....	950.197
1921.....	642.893	1931.....	604.932
1922.....	770.000	1932.....	775.000
1933.....	575.000	575.000 (prov.)	

H A I T I

EXPORTAÇÃO DE CAFÉ

SACAS DE 60 QUILOS

Anos cafeeiros 1.º de Outubro/30 Setembro 1912/13 = 1913

1913.....	469.766	1923.....	597.342
1914.....	664.634	1924.....	489.931
1915.....	295.758	1925.....	512.674
1916.....	367.554	1926.....	594.599
1917.....	378.332	1927.....	478.117
1918.....	319.120	1928.....	685.632
1919.....	814.644	1929.....	475.842
1920.....	573.000	1930.....	552.018
1921.....	372.671	1931.....	438.270
1922.....	476.553	1932.....	386.748
1933.....	695.763		

H A W A I

EXPORTAÇÃO DE CAFÉ

SACAS DE 60 QUILOS

Anos cafeeiros = Anos do calendario

1913.....	—	1923.....	23.201
1914.....	33.845	1924.....	27.078
1915.....	28.575	1925.....	38.569
1918.....	23.442	1926.....	23.827
1917.....	19.336	1927.....	52.760
1918.....	43.591	1928.....	38.955
1919.....	27.534	1929.....	51.424
1920.....	19.360	1930.....	57.450
1921.....	37.595	1931.....	61.884
1922.....	27.902	1932 (prov.)....	60.000
1933.....	60.000 (est.)		

H O N D U R A S

EXPORTAÇÃO DE CAFÉ

SACAS DE 60 QUILOS

Anos cafeeiros = Anos do calendario

1913.....	9.179	1923.....	13.795
1914.....	1.567	1924.....	13.397
1915.....	3.566	1925.....	20.380
1916.....	5.560	1926.....	23.831
1917.....	2.120	1927.....	38.854
1918.....	13.808	1928.....	25.557
1919.....	8.254	1929.....	23.000
1920.....	1.696	1930.....	18.700
1921.....	5.657	1931.....	19.038
1922.....	15.297	1922.....	19.290
1933.....	28.820		

I N D I A S I N G L E S A S

EXPORTAÇÃO DE CAFÉ SACAS DE 60 QUILOS

Ano cafeeiro 1925/26 = 1926

1913.....	166.835	1923.....	143.059
1914.....	302.129	1924.....	184.625
1915.....	169.617	1925.....	204.835
1916.....	135.052	1926.....	173.688
1917.....	215.405	1927.....	126.685
1918.....	139.156	1928.....	234.015
1919.....	184.817	1929.....	167.325
1920.....	230.541	1930.....	155.973
1921.....	197.443	1931.....	247.979
1922.....	198.825	1932.....	131.741
1933.....			146.623

I N D I A S N E E R L A N D E S A S

EXPORTAÇÃO DE CAFÉ SACAS DE 60 QUILOS

Anos cafeeiros = Anos do calendario

1913.....	433.000	1923.....	643.086
1914.....	506.975	1924.....	1.215.816
1915.....	804.275	1925.....	1.154.982
1916.....	752.000	1926.....	1.234.683
1917.....	826.275	1927.....	1.431.102
1918.....	902.377	1928.....	1.943.966
1919.....	952.427	1929.....	1.390.066
1920.....	1.018.550	1930.....	1.098.266
1921.....	728.033	1931.....	1.167.248
1922.....	956.202	1932.....	1.825.000
1933.....			1.075.000 (Prov.)

J A M A I C A

EXPORTAÇÃO DE CAFÉ SACAS DE 60 QUILOS

Anos cafeeiros = Anos do calendario

1913.....	49.265	1923.....	65.251
1914.....	67.511	1924.....	43.952
1915.....	53.861	1925.....	88.052
1916.....	55.834	1926.....	56.226
1917.....	43.528	1927.....	69.181
1918.....	77.375	1928.....	66.755
1919.....	62.334	1929.....	49.682
1920.....	34.935	1930.....	51.977
1921.....	54.669	1931.....	69.289
1922.....	53.520	1932.....	67.023
1933.....			73.729

M A D A G A S C A R

EXPORTAÇÃO DE CAFÉ

SACAS DE 60 QUILOS

Anos cafeeiros = Anos do calendario

1913.....	1.930	1923.....	26.221
1914.....	4.544	1924.....	49.370
1915.....	7.380	1925.....	55.991
1916.....	9.993	1926.....	46.246
1917.....	9.375	1927.....	83.871
1918.....	5.342	1928.....	67.212
1919.....	23.892	1929.....	59.250
1920.....	20.040	1930.....	111.180
1921.....	20.443	1931.....	188.300
1922.....	58.786	1932.....	226.373
1933.....		240.000 (Prov.)	

M E X I C O

EXPORTAÇÃO DE CAFÉ

SACAS DE 60 QUILOS

Anos cafeeiros = Calendario a partir de 1920

1913.....	350.000	1923.....	292.818
1914.....	376.138	1924.....	300.444
1915.....	388.884	1925.....	401.815
1916.....	426.313	1926.....	354.680
1917.....	394.515	1927.....	434.770
1918.....	228.099	1928.....	526.188
1919.....	298.325	1929.....	504.598
1920.....	174.491	1930.....	511.665
1921.....	256.071	1931.....	455.181
1922.....	363.240	1932 (prov.)....	350.000
1933.....		334.000	

N I C A R A G U A

EXPORTAÇÃO DE CAFÉ

SACAS DE 60 QUILOS

Anos cafeeiros = Anos do calendario

1913.....	199.842	1923.....	228.546
1914.....	172.512	1924.....	299.955
1915.....	152.209	1925.....	180.370
1916.....	174.214	1926.....	294.527
1917.....	140.438	1927.....	170.918
1918.....	193.234	1918.....	296.680
1919.....	254.685	1929.....	220.802
1920.....	116.010	1930.....	255.043
1921.....	226.328	1931.....	263.205
1922.....	147.898	1932.....	135.452
1933.....		200.000 (Prov.)	

NOVA CALEDONIA

EXPORTAÇÃO DE CAFÉ SACAS DE 60 QUILOS

Anos cafeeiros = Anos do calendario

1913.....	9.721	1923.....	5.348
1914.....	3.963	1924.....	13.636
1915.....	2.954	1925.....	9.680
1916.....	9.436	1926.....	10.742
1917.....	17	1927.....	13.490
1918.....	5.630	1928.....	15.875
1919.....	9.985	1929.....	10.068
1920.....	6.463	1930.....	11.820
1921.....	10.444	1931.....	19.723
1922.....	10.693	1932.....	21.856
1933.....	25.000 (est.)		

PERÚ

EXPORTAÇÃO DE CAFÉ SACAS DE 60 QUILOS

Anos cafeeiros = Anos do calendario

1913.....	9.100	1923.....	98
1914.....	5.608	1924.....	1.799
1915.....	9.879	1925.....	5.396
1916.....	2.109	1926.....	7.339
1917.....	1.043	1927.....	12.101
1918.....	1.368	1928.....	16.379
1919.....	2.809	1929.....	13.303
1920.....	280	1930.....	11.841
1921.....	212	1931.....	34.487
1922.....	2.713	1932 (prov.)...	25.000
1933.....	25.000 (est.)		

PORTO RICO

EXPORTAÇÃO DE CAFÉ SACAS DE 60 QUILOS

Anos cafeeiros = Anos do calendario

1913.....	—	1923.....	127.146
1914.....	379.519	1924.....	165.211
1915.....	386.427	1925.....	179.745
1916.....	242.955	1926.....	195.011
1917.....	299.423	1927.....	146.284
1918.....	284.337	1928.....	59.242
1919.....	210.862	1929.....	9.607
1920.....	247.739	1930.....	3.280
1921.....	202.029	1931.....	14.835
1922.....	176.880	1932 (prov.)...	9.500
1933.....	10.000 (est.)		

S ã O D O M I N G O S

EXPORTAÇÃO DE CAFÉ

SACAS EE 60 QUILOS

Anos cafeeiros = Anos do calendario

1913	17.475	1923	23.292
1914	30.528	1924	37.202
1915	41.132	1925	44.428
1916	28.858	1926	71.774
1917	18.132	1927	68.214
1918	38.094	1928	75.708
1919	36.816	1929	91.796
1920	10.294	1930	80.787
1921	15.600	1931	85.470
1922	39.349	1932	106.880
1933		195.570	

S A L V A D O R

EXPORTAÇÃO DE CAFÉ

SACAS DE 60 QUILOS

Anos cafeeiros = Anos do calendario

1913	479.735	1923	699.750
1914	577.645	1924	813.466
1915	507.633	1925	534.404
1916	595.816	1926	843.772
1917	604.085	1927	603.380
1918	600.713	1928	885.144
1919	550.760	1929	779.710
1920	633.120	1930	977.023
1921	471.873	1931	910.514
1922	717.980	1932	660.915
1933		963.000 (apr.)	

C O S T A F R A N C E S A D A S S O M A L I A S

EXPORTAÇÃO DE CAFÉ

SACAS DE 60 QUILOS

Anos cafeeiros = Anos do calendario

1913	51.039	1923	93.989
1914	57.348	1924	183.618
1915	77.645	1925	172.693
1916	69.836	1926	191.570
1917	51.510	1927	229.068
1918	51.573	1928	220.257
1919	76.469	1929	232.509
1920	51.095	1930	216.426
1921	68.987	1931	301.636
1922	111.047	1932	351.772
1933		300.000 (est.)	

S U R I N A M

EXPORTAÇÃO DE CAFÉ SACAS DE 60 QUILOS

Anos cafeeiros = Anos do calendario

1913.....	3.443	1923.....	48.529
1914.....	6.225	1924.....	37.111
1915.....	8.890	1925.....	31.551
1916.....	12.846	1926.....	34.545
1917.....	12.228	1927.....	38.428
1918.....	29	1928.....	57.599
1919.....	61.092	1929.....	39.691
1920.....	16.351	1930.....	49.855
1921.....	25.233	1931.....	47.683
1922.....	36.159	1932 (prov.)...	55.000
1933.....		50.000 (est.)	

V E N E Z U E L A

EXPORTAÇÃO DE CAFÉ SACAS DE 60 QUILOS

Anos cafeeiros = Anos do calendario

1913.....	1.073.631	1923.....	773.884
1914.....	917.398	1924.....	909.233
1915.....	1.039.028	1925.....	893.983
1916.....	846.892	1926.....	712.233
1917.....	734.670	1927.....	851.083
1918.....	666.451	1928.....	638.050
1919.....	1.359.203	1929.....	1.072.800
1920.....	557.370	1930.....	897.650
1921.....	922.051	1931.....	933.850
1922.....	868.123	1932.....	820.266
1933.....		900.000 (est.)	

Capítulo VI

O CONSUMO

A proposito do consumo do café, escrevemos na "Situation Caféière" que o desenvolvimento que se poderia esperar desse consumo seria no máximo de 500.000 sacas por ano.

Realmente, desde essa época, se registram como cifra de saídas sucessivas, em sacas de 60 quilos para o Brasil e de 66 quilos paraos outros países:

1927/1928.....	23.536.000
1928/1929.....	22.251.000
1929/1930.....	23.554.000
1930/1931.....	25.091.000
1931/1932.....	23.723.000
1932/1933.....	22.848.000
1933/1934.....	24.500.000

O que para *as médias de 3 anos* em cada época, dá:

1927/1928.....	22.179.000
1928/1929.....	22.362.000
1929/1930.....	23.113.000
1930/1931.....	23.632.000
1931/1932.....	24.121.000
1932/1933.....	23.887.000
1933/1934 (provável).....	23.690.000

Verifica-se assim que a crise econômica mundial, bem como os preços altos do café até 1929, retardaram o desenvolvimento do consumo, a ponto mesmo de reduzir as quantidades.

E' inconstestável, entretanto, que o uso do café tem uma natural tendência para aumentar. Esta tendência se manifesta de modo evidente desde que se considerem períodos um tanto longos. Mas é certo, também que, após circunstâncias excepcionalmente favoráveis, segue-se uma época de estagnação. Ou mesmo, pela ordem natural das coisas, as circunstâncias favoráveis são ás vezes seguidas por outras, desfavoráveis, como que até certo ponto compensadoras.

E' assim que no período de 1900 a 1914 assistimos a uma estagnação quasi completa do consumo, num meio em que a prosperi-

dade econômica era inconstestável, ainda que não conhecida em toda sua extensão.

O após-guerra correspondeu a um aumento considerável do consumo de café, num meio consumidor reduzido aliás, em relação ao de antes da guerra.

Esse aumento não foi inferior a 20 % e, segundo pensamos, foi determinado por três causas principais:

PRIMEIRA—A ilusão de prosperidade do período que se seguiu imediatamente a guerra e a despesa geral dessa época de facilidade e atividade mundiais.

SEGUNDA—A instituição do regime sêco nos Estados Unidos, que permitiu um desenvolvimento muito importante do consumo do café nesse país.

TERCEIRA—Foi ter a guerra deixado em vários países combatentes um habito mais generalizado do café, que determinou (principalmente na França) um considerável aumento do consumo.

Extintas estas três causas, era natural que ocorressem circunstâncias menos favoráveis no decorrer dos anos seguintes.

A primeira destas circunstâncias foi a alta dos preços promovida pelo Brasil até 1929. Esta alta teve repercussões diréttas e indirettas.

Como consequência diréttas: é evidente que os preços altos restringem o consumo de toda mercadoria. Mas, para um genero como o café, a influência não é imediata: é relativamente lenta.

Como consequências indirettas, não é menor a influência da alta:

Quando o Brasil, finalmente, deixou baixar os preços, vários govêrnos europeus, nêsse período de crise econômica geral, se aproveitaram para gravar o café com direitos suplementares. O consumo estava disposto a pagar preços altos, provocados pela excessiva exigência do país produtor. Assim, as concessões por êste feitas, podiam permitir direitos suplementares que deixariam intato o preço da mercadoria, mas trariam rendas suplementares para o Estado.

Êste modo de proceder consagrou preços altos para a mercadoria, impedindo o consumo de aproveitar a totalidade da baixa promovida pelo país produtor. Nestas circunstancias, o consumo continuo a ser embaraçado pelos preços e, em vez de se desenvolver, teve tendência a se restringir.

E' claro que a abolição do regime sêco nos Estados Unidos só pôde ser nociva ao consumo do café.

Que o efeito seja imediato, certamente não. Que êle seja, em redução, igual ao aumento verificado na ocasião em que vigorava o regime sêco, tambem não. Mas que esta redução seja inevitável, que corresponda em todo caso á supressão de um aumento de consumo provável é positivamente verosímil.

E' tanto mais admissível que, a crise americana, que podia estar hoje resolvida não foi senão, aumentada e ampliada, pela experiência monetaria sem precedente, do Presidente Roosevelt. Encon-

tramos-nos, atualmente, na impossibilidade absoluta de prever o e as consequências desta experiência, que, seu proprio autor, por momentos, destina a duração futura de uma geração inteira.

Consideramos, portanto, como certo, e isto á luz dos fatos, que o consumo mundial do café tem uma tendência natural a um constante aumento.

Mas, tem-se também a prova de que, quando fixamos em um máximo de 500.000 sacas por ano a possibilidade do aumento, nós eramos — e o sabiamos — por demais otimistas. Comparavamos entretanto esta cifra ás esperanças paulistas que, em vista da propaganda, pensavam obter um aumento de mais de um milhão de sacas por ano. Contava-se, assim, em 1927 que haveria em 1933 um consumo mundial anual de 30 milhões de sacas. Estamos longe disto.

Tem, portanto, o consumo, uma tendência natural para aumentar. E, podemos admitir, em face dos últimos anos em que assistimos a uma estagnação motivada pelas diversas causas enumeradas, que nós próximos anos se verificará um reerguimento *suave* dos recentes algarismos.

E' preciso aliás não esquecer que os algarismos reais de consumo são bastante difíceis de serem controlados. O aumento e a diminuição de consumo aparecem, mas os algarismos reais são e se conservam desconhecidos.

Os únicos que a estatística registra são os das saídas nos portos de consumo. Ora, as variações dessas saídas sofrem a influência de circunstâncias todas elas ocasionais, que, si lhes dermos atenção, falseam por completo as conclusões.

Encontramos-nos afinal deante de um consumo aparente e de um consumo real.

O aparente é o que resulta todos os anos dos algarismos de saídas que constam das estatísticas.

O consumo real não é conhecido. Difere dos algarismos de saídas pela variação anual dos estoques invisíveis.

A cifra provavelmente mais exata que se pode encontrar, resultaria da média, de 3 anos, do consumo aparente.

O principal elemento, para não dizer o único, que influe-assim sobre as saídas, para as fazer variar de modo sensível, é o preço de mercadoria.

O estudo comparativo rigoroso dos preços e das saídas, mostra a influencia diréta daqueles sobre os abastecimentos.

Verifica-se que, quando o comércio mundial julga excessivos os preços que lhe são pedidos, restringe as encomendas e vai consumindo os seus estoques invisíveis. Quando pelo contrario os preços são baixos e interessantes, formam-se ou reconstituem-se esses estoques.

Bem entendido, o observador que sabe que o consumo real, de um ano para outro, não faz nem progressos de 10%, nem recuos equivalentes, deve levar em conta, nas suas previsões, essas circunstâncias momentaneas.

Alguns exemplos dos últimos anos, melhor ilustrarão o que acabamos de dizer e o farão compreender perfeitamente.

A baixa de 1927, consecutiva á previsão da grande colheita de 1927/1928, determina uma cifra de saídas mundiais de 25.500.000 sacas para um consumo médio de cerca de 22.500.000 sacas, ou seja, um excesso de abastecimento de mais de um milhão de sacas, feito pelo comércio, mercê de melhores preços.

Mas a alta imediata dos preços, resultantes, na época, da política do Instituto de Defesa, parece ao comércio completamente injustificável. Assim, se reduzem logo as compras: de tal modo que, quando o consumo se desenvolve, as aquisições feitas pelo comércio no ano seguinte 1928/1929 são inferiores ao consumo *médio*—sendo êste claramente inferior ao consumo *real* dêsse mesmo ano.

As saídas são apenas de 22.250.000 sacas, ao passo que o consumo médio de três anos é de 22.350.000 e o consumo real cerca de 23.000.000 sacas.

Depois desta restrição, a baixa de 1929 favorece, novamente, as compras. Mas como esta baixa não se dá sinão no Brasil, as saídas mundiais de 1929/1930 são apenas de 23.500.000 sacas, melhores entretanto que as do ano anterior. E não correspondem ainda, sinão aos algarismos de consumo real da época.

No ano seguinte 1930/1931, pelo contrário, a baixa geral e acentuada faz de novo aumentarem as saídas acima da cifra do consumo. Aproximadamente, o numero de sacas foi de 25.091.000 contra 23.630.000. E' um excesso de abastecimento de cerca de 1 milhão e meio de sacas, com o total record de saídas (1).

Por que baixam estas saídas no ano seguinte 1931/1932, apesar dos preços melhores em 1931 que em 1930? E', porque em primeiro lugar, são equivalentes ao consumo real, e que, estando as provisões constituídas, não podem estas ser aumentadas em um meio econômicamente enfraquecido. As provisões feitas se mantêm. Por outro lado, a partir do ano seguinte 1932/1933 a alta considerável do segundo semestre de 1932, com os preços correspondentes ao fechamento do porto de Santos, instiga o esgotamento dos estoques dos compradores, e os algarismos de saídas caem logo abaixo da cifra de consumo: a 22.850.000 sacas (veja-se o gráfico).

Assim, a influência primordial dos preços, se revela nas provisões comerciais a que correspondam aos algarismos de saídas.

Quanto aos algarismos de consumo real, são, como dissemos, inverificáveis e impossíveis de serem conhecidos em sua verdadeira exatidão. São influenciados—é igualmente certo, embóra não diretamente pelos preços que não são somente o de origem, mas os de consumo, por conseguinte com as majorações de taxas, direitos aduaneiros, etc. (Veja-se êsse capítulo).

(1)—As saídas até certo ponto foram majoradas pelas operações do Governo Provisório, chamadas operações "Hard Rand" e "Grain Stabilization". Mas o café exportado foi absorvido pelo comércio de importação e de varejo.

Êstes algarismos de consumo real, obedecem também a circunstâncias particulares, seja a economia especial de um país (a Alemanha depois da guerra), seja uma crise econômica geral (1930/1931) ou sejam ainda causas acidentais como a que já mencionamos (o regime sêco nos Estados Unidos).

Finalmente, não ha duvida de que o consumo pôde ser, e é, influenciado pela propaganda e pela contra-propaganda. Esta poderá ser uma propaganda de um outro produto ou uma contra-propaganda diréta contra o próprio produto (veja-se o capítulo Propaganda).

No que se refere ao consumo *per capita*, é sumamente difícil fazerem-se previsões quanto ao limite provável, e em que base o limite, uma vez atingido em um país, poderia ser ultrapassado. Circunstâncias ha que ainda aqui intervém para determinar algarismos, cuja comparação exata se estabelece hoje conforme o quadro seguinte:

(VÊR O QUADRO PAGES. 118 E 119)

Causa surpresa ver-se, que no Brasil, é publicado correntemente, que o consumo local de café *per capita* é insignificante e não ultrapassa 250 gramas. Pergunta-se como e em que se podem basear semelhante asserções, quando o café, no próprio país, é incontralável, vendo-se, outrosim, o observador estrangeiro, em face de um consumo contínuo que excede as possibilidades da imaginação.

No consumo do café, intervém de modo seguro as considerações de clima, e, esta é a razão determinante de todos os países nórdicos encabeçarem as listas dos consumidores *per capita*.

Naturalmente, também contribue a facilidade do consumidor ter á sua disposição uma bebida natural, produto do próprio país em que vive.

Não ha dúvida, por exemplo, que em França, as regiões de Bourgogne, Champagne e Bordeaux consomem menos café que as regiões do Norte, porque as primeiras produzem vinho, enquanto as outras não o produzem; assim também na Normandia, o consumo de cidra prejudica o do vinho, tanto quanto o do café.

Alemdísso, verifica-se que as regiões urbanas são maiores consumidoras que as dos campos, e a região parisiense parece ser, em toda a França, aquela em que o consumo *per capita* é mais elevado.

Conclue-se, pois, que a propaganda feita nas regiões do interior seria mais proficua do que se faz na região presente.

Cada uma destas considerações deve ser lembrada e estudada, afim de orientar a propaganda em favor de um consumo maior. Referimos-nos a êste assunto no capítulo "Propaganda", no qual êle é tratado de maneira mais minuciosa.

CONSUMO DE CAFE'

"PER CAPITA"

PAÍSES	POPULAÇÃO (Milhares)		CONSUMO (Em toneladas)		CONSUMO EM QUILOS "PER CAPITA"				
	1932	1931	1932	1931	1860/70	1895/00	1913	1929/30	1931/32 Média de 2 anos
	Dinamarca.....	2.565	32.232	26.168	3,70	5,10	7,15	8,18	
Suecia.....	6.160	52.800	38.600	4,80	5,50	7,05	7,42		
Noruega.....	2.825	18.279	15.677	5,30	5,10	5,60	6,02		
Belgica.....	9.050	56.500	49.560	4,60	4,95	5,55	5,86		
Estados Unidos.....	124.625	786.000	675.000	4,40	4,40	5,45	5,86		
Holanda.....	8.120	41.000	59.000	7,50	7	4,70	4,95		
França.....	41.835	193.975	186.888	1,25	2,90	4,175	4,56		
Suissa.....	4.105	15.486	20.051	3,40	3,15	3,40	4,33		
Finlandia.....	3.700	14.039	15.565		3,95	5,20	3,74		
Malta.....	0.300	90	115			2,40	3,40		
Alemanha.....	64.900	155.625	129.600	2,5	2,44	2,56	2,20		
Argentina.....	11.800	22.931	17.560		1,70	1,75	1,71		
União do Cap.....	8.200	14.355	11.160		1,89	1,54	1,55		
Canadá.....	10.500	14.100	13.900		1	0,95	1,33		
Austria.....	6.750	9.576	7.504	AH 1	AH 1,10	AH 1,08	1,26		
Uruguai.....	1.940	2.400	2.400	AH 0,60	1,62	1,31	1,24		

Chile.....	4.400	5.400	5.400	1,37	1,17	1,52
Algeria.....	6.620	7.900	7.700	1,40	1,28	1,18
Italia.....	41.600	43.800	40.800	0,35	0,45	1,02
Tchechoslováquia.....	14.850	15.100	15.200	AH 1,10	0,89	1,02
Espanha.....	24.200	26.409	22.107	AH 0,60	1,07	1
Grecia.....	6.650	6.560	4.265	0,55	0,85	0,815
Portugal.....	6.300	5.040	3.780	0,65	0,52	0,70
Tunisia.....	2.250	1.600	1.500	0,725	0,78	0,69
Jugoslavia.....	14.000	8.922	6.940	0,40	0,78	0,57
Egito.....	15.000	7.500	7.300	0,52	0,65	0,495
Grã-Bretanha.....	46.400	17.500	15.600	0,30	0,42	0,36
Paraguay.....	0.875	300	300	0,17	0,35	0,34
Turquia.....	14.300	5.562	4.376	0,60	0,41	0,34
Hungria.....	8.800	32.673	25.820	AH 1,10	0,40	0,32
Polonia.....	31.000	8.100	7.000	AH 0,60	0,26	0,24
Romania.....	18.250	3.976	4.078	0,45	0,24	0,22
Australia.....	6.600	1.360	1.400	0,29	0,21	0,21
Bulgaria.....	6.100	680	608	0,12	0,12	0,16
Letonia.....	1.920	190	190	0,095	0,095	0,1
Lituania.....	2.400	240	240	0,1	0,1	0,1
Irlanda Estado Livre	2.450	170		0,105	0,105	0,07
Japão, Coreia, Formosa.....	92.000		1.800	0,002	0,005	0,02
Russia.....	162.000	1.180	200	0,15	0,01	0,004
China.....	475.000	30	30	0,10	0,007	0,0006



Capítulo VII

O PROBLEMA DO CÂMBIO NO BRASIL

I AS MOEDAS — II O MILRÉIS

I

AS MOEDAS

Parece incrível que ainda existam no Brasil defensores da política da desvalorização sistemática da moeda.

Bem sabemos que todos esses defensores podem, atualmente, encontrar um apoio que lhes parece forte, no exemploda desvalorização sucessiva da libra esterlina, do dolar e de todas as moedas que acompanharam essas duas principais.

Naturalmente, todos os adeptos da desvalorização do mil réis não deixam de se apegar a esse argumento.

A baixa da libra esterlina (exatamente como a do franco, aliás) só se tornou inevitável em consequência da exportação em massa de capitais, consecutiva a uma cobertura-ouro insuficiente para a excessiva quantidade de papel-moeda, da divida flutuante e mesmo da dívida consolidada.

Esta massa correspondia, na Inglaterra e na França, em sua maior parte, ás contribuições arrancadas pelo Estado, durante a guerra, sobre os bens de particulares, para sua defeza.

Na França, póde-se dizer que o contróle da situação inevitável que daí resultava para o franco, escapou completamente aos dirigentes do país, por muito tempo embalados pela illusão: "*a Alemanha pagar*".

Não se sabe, exatamente, no estrangeiro que a Alemanha pagou —sob qualquer fórma (pagamento em espécie, reparações, plano Dawes, plano Young) apenas, uma pequena parte das importâncias que a França realmente dispendeu para suas reparações. E si a França, ao avaliar esses pagamentos cometeu enganos, foi ela mesma quem os pagou e muito. Mesmo fixando os enganos no total que a Alemanha pagou á França (a título de reparações e outros)—o que é absurdo, porque esses erros não chegam a uma quinta parte daquêles algarismos—e atribuindo á França o encargo dèsses erros, ainda restaria um saldo de várias dezenas de bilhões devidos pela Alemanha á França, somente a título de reparações. Isto, simplesmente, para lembrar que foi a propria França que financiou 5/6 de

seus prejuizos de guerra; êste financiamento, quasi totalmente ignorado no estrangeiro, foi uma das grandes causas da desvalorização inevitável do franco.

Na França, pois, país credor do estrangeiro, não puderam os governantes se tornar senhores de dirigir os acontecimentos. Êles foram pura e simplesmente avassalados pelo volume de papel que o Estado teve que emitir, primeiro para a defeza dos bens de particulares e depois para as reparações.

Na Inglaterra a situação foi um pouco diversa por vários motivos:

O primeiro é que, enquanto a França, durante a guerra, não cessava de fazer enormes despezas e saía dêsse desastre com perdas consideráveis, a Inglaterra, mesmo durante a guerra, não deixou de acumular lucros consideraveis precisamente dos frêtes do carvão, dos seguros; ela continuava outrossim a entezourar uma parte dos lucros de suas operações de crédito).

O segundo é que, em vista do que acabamos de dizer, poude o Tezouro inglês, mesmo durante a guerra, realizar parte da hipoteca feita sôbre as propriedades dos particulares.

O terceiro é que a Inglaterra, saída da guerra sem prejuizos, se encontrou nos anos subsequentes em situação melhor que antes da guerra, no que se refere aos frêtes, ainda, e em seguida ao carvão (devastação das minas de carvão francezas e belgas).

Finalmente, o quarto motivo é que a Inglaterra gozava de um credito enorme e que, credora quasi universal, puderam seus banqueiros convencer o público e os govêrnos, nos anos que imediatamente se seguiram á guerra, que o interêsse da Inglaterra estava, em vista mesmo de suas operações de credito, em reconduzir e manter a libra ao par ouro, na paridade de antes da guerra.

Que se tenha podido fazer essa operação, que ela se tivesse mantido durante vários anos com um orçamento sempre em *deficit*, com apelos novos e constantes ao crédito público e com algarismos fantásticos de dividas flutuantes e consolidada, ultrapassou, durante todos êsses anos a compreensão de muitos economistas.

Era, apenas, a prova do elemento essencial que representa a confiança na estabilidade de uma moeda até mesmo em condições técnicamente as mais inverosimeis.

Mas no dia em que o retraimento, mesmo parcial, dos capitais invertidos pelo estrangeiro na Inglaterra levou a libra esterlina aquem da sua cobertura-ouro, deu-se o inevitável, e o Banco de Inglaterra era arrastado pela política de seu govêrno á baixa da moeda.

Nessa época, aliás, a situação se havia modificado profundamente no espaço apenas de dez anos: havia a crise dos fretes, a crise do carvão e a atividade plena das minas de carvão no estrangeiro, reconstituídas ou novamente exploradas; havia, ainda, as dificuldades creadas pelos Dominios. Existia, afinal — e talvez principalmente — a carência de muitos Estados devedores e a certeza de que nunca êsses países pagariam suas dívidas no montante nominal, em ouro, das

operações de crédito. Um dos principais argumentos da City para a fixação da libra na paridade ouro desaparecia em face dessa certeza, —por outro lado, consagrar a baixa da libra, era permitir á Inglaterra exigir em a nova paridade a subsistência dos contratos, tais como tinham sido celebrados em libras esterlinas.

A confiança inglêsa nessa moeda tinha sido tão pouco abalada "que, logo que a libra baixou 20%, todos os inglêses levaram o seu ouro ao Banco de Inglaterra. Trocavam-n'ó por moeda papel que não era estabilizada, como ainda hoje não está, e que posteriormente perdeu uma nova percentagem mais ou menos igual ao seu valor.

Esta enorme confiança do povo inglêz na libra esterlina (fortalecida por outros elementos secundários que seria longo enumerar) permitiu ao Banco de Inglaterra ficar senhor rapidamente (depois de cerca de 30% de baixa) do movimento de sua moeda. Póde-se afirmar, sem nenhum receio de erro, que si não fosse "*a experiência do dolar*" a libra estaria hoje estabilizada.

Esta "*experiência*" provocou o incitamento por parte dos governantes inglêses, de uma defesa feroz do novo valor que êles fixaram, em ouro, para a libra. Mas, diante da sangria permanente (e ilimitada, precisamente porque a moeda não se achava estabilizada) que as compras de ouro americanas ameaçavam infligir á Inglaterra, teve esta de procurar um novo nível.

Há, ainda, a considerar, o presidente Roosevelt e o seu dolar elástico. Sob o ponto de vista econômico, transportamo-nos aqui á verdadeira fantasia: com esta reserva, talvez essencial, pela primeira vez no mundo, assistimos á baixa de uma moeda de base ouro, baixa sistemática e desejada pelos governantes, quando essa moeda era quasi que a mais bem cotada do mundo, em ouro.

Sómente dois pequenos países, a Suissa e a Holanda, a possuíam melhor, e isto graças a depósitos relativamente enormes de capitais estrangeiros: mas o total dêste ouro era extremamente fraco em relação ao dos Estados Unidos.

Naturalmente, em face da vontade manifesta do presidente dos Estados Unidos, a especulação mundial se voltou, em somas imensas, para a baixa do dolar e realizou consideráveis lucros em ouro, em detrimento dos Estados Unidos.

Estes perderam, ainda (exatamente como a Inglaterra), uma parte de seus créditos do exterior.

Depois da abolição da cláusula ouro de todos os contratos nos Estados Unidos, a França é a única a pagar aos próprios Estados Unidos os seus empréstimos americanos na base do antigo dolar ouro, conforme fôra estipulado por ocasião de os contrair.

O mundo tem assistido, sucessivamente, a paradoxos surpreendentes: um Chefe de Estado e o seu Tezouro resolviam emissões de papel para desvalorizar a moeda, quando êsse mesmo Tezouro ainda possuía recursos e era impossível, portanto, pôr as emissões em circulação.

Para emitir efetivamente papel-moeda é necessário não dispôr mais de crédito público, ou não querer utilisá-lo—si ainda existe

(o que é o caso dos americanos), ter necessidades de pagamentos e não possuir mais dinheiro em caixa para os efetuar.

Ainda há poucos meses, tinha o Governo americano, em caixa, centenas de milhões de dolars-papel de que se não havia servido, quando pretendia emitir novamente.

Outro paradoxo: o Presidente dos Estados Unidos trazia sua moeda a um nível em que a especulação mundial se recusava, daí por diante, a auxiliar o seu trabalho para a baixa. Estava verificado realmente, que era tal o nível atingido, que a estabilização do dolar era possível com uma percentagem de cobertura enorme (entre 90 a 100), mesmo levando em conta novas emissões, eventuais, de dolar-papel.

Todas estas manobras eram feitas com o fim de aliviar os devedores internos em detrimento dos credores, também internos, (o que aliás é uma injustiça e podia bem ser feito de outro modo) e de provocar a alta dos preços, principalmente dos produtos agrícolas.

Esta parte do programa era e continúa a ser incompreensível. Ao mesmo tempo que se pretendia elevar os preços dos produtos agrícolas, forçava-se, pela lei, a alta de todos os preços e de todos os salários: o valor relativo interno do dolar se mantinha, assim, o mesmo, para toda e nova operação interna.

Quanto á alta dos preços das mercadorias agrícolas, era absurdo imaginar que ela se pudesse produzir em ouro, quando a sua baixa era provocada pela superprodução. A alta proviria da melhora da situação sob o ponto de vista da produção e dos estoques.

Bem assim, os vendedores americanos não podiam ter pela baixa do dolar um desenvolvimento de suas vendas de exportação mas tão somente, pela baixa dos preços-ouro, que a quebra de padrão moeda determinaria. Havia aí, de início, uma perda certa de lucro-ourosobre o montante normal das exportações do país.

Mas, além disto, notava-se na pretensão dos Estados Unidos, ao desenvolvimento de suas exportações, o esquecimento de uma verdade econômica evidente: sómente pôde comprar aquêle que possui, sómente venderá aquêle que deve.

A baixa da libra esterlina animou vários países a deixar enfraquecer sua moeda e a abandonar a paridade ouro.

Do mesmo modo, a baixa do dolar não podia deixar de incitar outros países devedores no exterior e concorrentes dos Estados Unidos na exportação de certos produtos, a permitirem, igualmente, baixar sua moeda: é assim, por exemplo, que a vantagem obtida pelos Estados Unidos para a exportação do trigo (precisamente porque os preços em dolar subiam menos que a baixa do valor ouro do dolar) levava o Canadá e depois a Argentina, a abandonar a paridade ouro. A vantagem dos Estados Unidos logo desapareceu.

A experiência americana não terminou. Mas pôde-se afirmar que, pelo menos até agora, todos os seus resultados confirmam absolutamente as clássicas teorias econômicas. Pelo contrário, todos os modernos teóricos da economia dirigida não têm encontrado aqui sinão a prova de seus erros.

Quanto a nós, estamos convencidos de que todos os países de moeda flutuante serão forçados a voltar á paridade ouro.

Para cada um dêles, nêsse momento, se verificará que o abandono da paridade ouro não produziu sinão uma nova perda ou uma consagração de perda.

Para que a baixa da moeda traga a um país um lucro real em ouro, são necessárias circunstâncias todas especiais.

E' evidente que tal lucro sómente pôde provir do estrangeiro.

No interior, a baixa da moeda traz, apenas, uma relativa mudança de valores, cujo resultado absoluto é rigorosamente nenhum. E' um alívio dos devedores em face dos credores, e uma diminuição de impostos do Estado (sempre devedor) para com os particulares.

Na parte de suas dívidas no exterior, não colhe o Estado, ipso facto, nenhum benefício, porque os seus credores exigem o pagamento na base antiga. Assim, com esta mudança dos valores internos, dão-se transferências entre o Estado e os particulares e entre os particulares, de uns a outros. O total é nulo. O lucro do país é igualmente nulo.

Portanto, o lucro eventual visado, em ouro, por um país, pela baixa de sua moeda, não pôde provir sinão de operações no estrangeiro. Vejamos de que maneira se efetuam as mesmas. Examinaremos o comércio exterior, o movimento *turístico*, as dívidas ou os créditos e a especulação sôbre a moeda.

A)—COMÉRCIO EXTERIOR

Para um país, cuja moeda se deprecia, as importações de mercadorias estrangeiras a serem pagas em ouro, são, cada vez mais, difíceis e onerosas em papel.

Deu-se um caso muito curioso na Inglaterra. Êste país, o principal comprador de certas mercadorias, tendo sofrido a baixa de sua moeda no momento em que a situação geral econômica era precária, pode impôr aos seus vendedores que fosem mantidos os preços em *shillings*, conseguindo, assim, nas compras, o lucro-ouro diferencial correspondente á baixa da libra. E' um caso único, e que só se pode dar porque:

sendo a Inglaterra principal comprador, impoz os seus preços;

estando os gêneros em baixa, aceitou o produtor a oferta diminuta,

e, por outro lado, alguns vendedores, confiantes também na libra, pensaram recuperar o seu valor no restabelecimento da moeda inglesa.

Foi um caso excepcional, mas é muito interessante assinalar: enquanto que a baixa de uma moeda traz fatalmente, em uma grande nação moderna, de correntes econômicas completas, a alta dos preços internos até ao nível mundial, pode a Inglaterra, momentaneamente e em vista de circunstâncias especiais, provocar o movimento inverso e trazer a paridade universal dos preços-ouro de certos produtos á paridade baixa de sua moeda.

Quanto ás exportações, a baixa de uma moeda é, antes de qualquer movimento sôbre os preços internos (admitindo o preço-ouro originário na paridade mundial), um premio á exportação. Este premio produz um acréscimo das vendas no estrangeiro. Aparentemente, assim, realiza o país um lucro no exterior.

Mas é indispensável uma condição.

Essencialmente, é necessário que o preço de venda-ouro, real, seja superior ao preço de custo-ouro do produto. Sómente neste caso, um determinado fornecedor, que oferece mais caro, é substituído pelo do país que deixa baixar sua moeda, e este novo vendedor obtém um lucro verdadeiro. Mas, vê-se logo que, resultando para este último vendedor um lucro-ouro verdadeiro, isto prova que êle podia, em uma moeda normal, fazer uma concessão ouro no seu preço de venda.

O grande risco, na moeda não equilibrada, é que a maioria dos produtores é incapaz de fazer o seu preço de custo-ouro real. O desenvolvimento das exportações, verificado em virtude da baixa da moeda, corresponde á venda de produtos abaixo de seu verdadeiro preço de custo. E' neste caso um prejuizo para êsse país. E é o que sobrevém quasi sempre.

Em França, no período em que o franco baixou lentamente, com uma alta também lenta dos preços internos, houve lucros na exportação. Mas, acentuando-se a diferença entre o valor externo do franco e o seu valor interno, todas as novas exportações francezas (1926/1927) se transformaram, cada uma delas, em prejuizo-ouro para o país.

Deu-se o mesmo na Alemanha, com a baixa do marco, no último período. Fizeram, então, os vendedores alemães, ofertas e vendas por preços-ouro irrisórios, quando a alta de seus preços-papel não acompanhava a baixa dêsse papel.

B)—MOVIMENTO DE TURISMO

Constitue, realmente, uma parte do comércio exterior de exportação, mas de caráter um tanto especial: quando o movimento de turismo creado pela baixa da moeda é nítido e que o ágio entre os preços internos e externos não é muito grande, resulta um verdadeiro lucro-ouro. A margem possível entre as duas espécies de preços é muito maior do que a proveniente das mercadorias de exportação, porque o lucro normal do comércio de hotéis é superior em percentagem ao do comércio comum. Do mesmo modo a dos estabelecimentos de luxo. Não sofre dúvida que, exceto em 1927, obteve a França um grande lucro do aumento de seu movimento de turismo de 1925 a 1929. Pelo contrário, 1927 representou um verdadeiro prejuizo. Alem disso, todas as compras feitas pelos turistas realçam o que dissemos acima sôbre a exportação.

E' claro também, que semelhante movimento é um caso especial, em primeiro lugar inherente ao país, e correspondendo a um período de prosperidade geral.

C)—CRÉDITOS OU DÍVIDAS DO EXTERIOR

Em regra geral, pôde-se dizer que na baixa da moeda nacional um país credor perde e que um país devedor não ganha. A razão é simples e está em que os empréstimos, normalmente, são feitos na moeda do país prestador. Si êles foram feitos em ouro, não há nenhuma diferença (salvo uma resolução governamental, aliás única, como a dos Estados Unidos).

D)—ESPECULAÇÃO MONETARIA MUNDIAL

Dêsde o início dêste século, e cada vez mais, representa um papel primordial a especulação mundial da moeda. Isto é devido não só ao desenvolvimento das comunicações telegráficas e telefônicas, como ao correlativo das relações bancárias internacionais.

E' certo que a especulação estrangeira universal é responsável pela baixa das diversas moedas. As somas empregadas nêsse jogo têm sido consideráveis.

Para que a especulação mundial sôbre a moeda traga para um país um lucro verdadeiro em ouro, é preciso que seja feita no sentido inverso do movimento que o govêrno e o seu tesouro consigam produzir.

Foi o caso do rublo russo, especulado antes da guerra abaixo do par e a êste reconduzido pelo govêrno russo, que assim o exigiu.

Foi, também, o caso da Alemanha, na baixa do marco depois da guerra. Houve, primeiramente, um período em que a baixa foi involuntária por parte do govêrno alemão. Nêste período, uma parcela importante da especulação estrangeira visava a alta do marco, em vista do empêno, visível, do govêrno alemão em dominar a situação. Mas, em breve, êste empêno não foi mais que artificial e aparente! O desejo do govêrno foi depreciar, êle proprio, sua moeda para apregoar miséria e bancarrota perante o mundo. Ora, o mundo continuava a comprar marcos a preços cada vez mais baixos e, em vista mesmo destas cotações muito baixas, proporcionava á Alemanha um considerável empréstimo externo *em ouro*.

Quando o marco chegou a zero, o empréstimo foi uma *dadiva*, enorme e definitiva, feita em ouro á Alemanha pelos especuladores da alta do marco, que perderam somas imensas.

Perdendo, em vista da sua posição na alta do marco, a especulação mundial supunha daí por diante conhecer bem o negócio: concluia que a partir de um certa baixa, não podia mais ser salva uma moeda.

Igualmente, quando o franco perdeu três quartas partes de seu valor de antes da guerra, todo o mundo jogou na baixa até lhe fazer perder nove décimos. Quanto mais o franco baixava, mais fortes eram as posições especulativas estrangeiras. Nada se arriscava: o franco ia a zero.

Ora, no dia em que a cotação do dolar era de 50 francos e da libra 250, um cálculo infantil demonstrava que, sôbre essa base, podia o Banco de França comprar de novo todo o seu papel, conservando ainda um encaixe-ouro muito honroso. A importância dos francos vendidos a descoberto pelo exterior representava, só ela, uma parte muito importante dêsse papel-moeda que estava em mão dos francêses e não da especulação mundial. Bastava exigir desta a entrega dos francos vendidos em excesso, para obrigá-la a comprar de novo francos, pelo preço que se fixasse. Dar-se-ia aos especuladores da baixa o prejuizo correspondente á diferença entre o preço vendido e o preço fixado.

Com o marco, na alta, e depois com o franco, na baixa, a especulação, por duas vezes seguidas, perdeu a partida.

Ela se refez com o dolar. Mas teria perdido uma terceira vez si o Presidente Roosevelt, mais avisado nêsses movimentos de moeda, tivesse, no momento em que o descoberto mundial sôbre o dolar era considerável (e ou nada, de fato, justificava a baixa) exigido a entrega destas centenas de milhões de dolars que a especulação tinha vendido e não possuía: a alta teria sido formidável e o lucro em ouro, para os Estados Unidos, muito considerável.

Certamente, a operação ainda hoje é possível, mas em menor escala, porque as ações especulativas atuais são menos fortes e a situação real da moeda americana está muito mais comprometida.

Seja-nos relevado o longo preâmbulo que fizemos no presente estudo sôbre o milrêis.

A comparação é extremamente interessante: durante êsse período em que os dois países, grandes credores do mundo, abandonaram o padrão-ouro (um dêles, momentaneamente, como confessa, e o outro deliberadamente, por um prazo que se diz indeterminado) nêsse mesmo período, vemos um país devedor (e exportador por isto que devedor) com o empênho unânime dos governantes na defesa da moeda. Esta defesa se realizou, como dissemos, no começo, máu grado a opinião contrária, errônea mas não duvidosa, de uma grande parte da nação.

O café representa 75% da exportação brasileira. Não existe, a bem dizer, nenhum lavrador brasileiro que não pense que a defeza do câmbio feita pelo Govêrno Provisório, representa um sacrificio e que não esteja convencido de que a baixa do câmbio teria melhorado a sua situação e a do seu país.

E' perfeitamente absurdo. Já o dissemos, o escrevemos e o repetimos cada vez que se nos depara a ocasião.

Felizmente para o Brasil, a nossa argumentação é hoje inútil para os governantes que, com inteligência, compreenderam e com uma perseverança admirável persistem nessa verdade.

São, realmente, dignos de admiração aquêles que, depois de três anos e mesmo mais, apesar de dificuldades sem conta e uma revolução interna, se obstinam na aplicação de medidas em grande parte impopulares, e isto unicamente porque encontram em sua convicção e em seu patriotismo a necessária fé quotidiana. Devemos, aquí, realçar esta difícil coragem que é e foi, especial-

mente num ambiente nacional desfavorável e num ambiente mundial francamente adverso, vencedora em toda a parte sobre a política insensata e ruínosa do abandono do contróle da moeda.

II

O MILRÉIS

A moeda brasileira tem sofrido várias modificações.

O par é de 26.94 pence (1889), e a Caixa de Conversão fixou a taxa de 15 pence em 1906 e depois, em 1910, a de 16 pence.

Póde-se dividir em três épocas o rápido histórico do milréis:

A primeira vaé de 1889 a 1900. Emissão permanente de papel moeda, *deficits* orçamentários constantes e baixa ininterrupta do milréis—são as características dêsses dez anos.

De 1900 a 1914, uma sábia política financeira reduziu a circulação monetária, equilibrou os orçamentos e deu como resultado imediato a valorização da moeda, que conservou durante mais de dez anos (1904 a 1914) o valor quasi sempre constante de 16 pence.

Depois de 1914, vemos um enorme aumento das dívidas externas e ao mesmo tempo grandes emissões de papel moeda correspondendo a orçamentos raramente equilibrados.

O quadro a seguir esclarece perfeitamente o caso.

A simples leitura dos algarismos da tabela não basta para que se compreenda as oscilações do milréis.

E' necessário, qualquer que seja a moeda, conhecer as características essenciais do país que a usa e os dados principais de sua economia.

A êste respeito, devemos lembrar que o Brasil até 1914 foi um país unicamente agrícola, que possuía como quasi únicos recursos a exportação do café. Convém logo notar, também, que os capitais resultantes dos lucros dessas vendas, bem como os empréstimos realizados, foram em sua totalidade empregados.

Mas, a partir de 1920, resolveu o Brasil crear uma indústria nacional e não se poderia, hoje, argumentar em relação á moeda brasileira como há trinta annos, em vista das novas possibilidades da sua economia.

A principal razão da queda do milréis, antigamente era que, muitas vezes, prevaleceu a "doutrina inflacionista", segundo a qual a moeda em baixa, beneficiando as exportações, proporcionava um lucro para o Brasil.

A verdade é que não provocando a baixa da moeda uma alta imediata dos preços internos, dá-se a baixado preço-ouro de exportação e o comprador estrangeiro, diante desta vantagem, adquire maior capacidade para as compras.

Finanças do Brasil e a oscilação do milréis (1889 - 1934)

A N O S	VALOR DO MIL REIS PAPEL	CIRCULAÇÃO EM CONTOS PAPEL	DÍVIDA FEDERAL EM £.£	SALDO BALANÇAL COMERCIAL EM £.£	SALDO ORÇAMENTÁRIO CONTOS		MÉDIA DO CAFÉ EM FRANCOS 1914
					OURO	PAPEL	
1889	27 1/4	192.800	30.351.500	—	—	—	102
1890	22 5/8	297.800	30.224.100	—	—	—	108
1891	16 3/8	513.727 x	30.048.500	—	—	+	88
1892	11 5/8	561.000 x	29.453.500	—	—	—	95
1893	11 1/2	631.700 x	29.060.800	—	—	—	100
1894	10 1/8	712.000 x	28.656.800	—	—	—	94
1895	10	678.100 x	35.706.700	—	—	—	87
1896	9 1/8	711.641 x	35.261.700	—	—	—	58
1897	7 3/4	754.958	34.697.301	—	—	—	59
1898	7 1/4	779.965	35.731.289	—	—	—	36
1899	7 1/2	733.727	38.639.281	—	—	+	39
1900	9 1/2	699.631	41.008.576	—	—	—	42
1901	11 3/8	680.451	57.029.497	—	—	—	38
1902	12	675.536	67.029.497	—	—	+	34
1903	12	673.978	65.751.677	—	—	+	38
1904	12 1/4	673.739	65.363.837	—	—	+	45
1905	16	669.492	69.847.017	73.406.000	—	+	47
1906	16 1/4	664.792	69.821.057	19.855.000	—	+	41
1907	15 1/2	643.531	72.133.457	13.649.000	—	+	41
1908	15 1/4	634.682	77.943.957	8.664.000	—	+	42
1909	15 1/8	628.452	80.651.257	26.585.000	—	—	45

1910.....	16 1/4	621.005	86.936.757	15.220.000	—	—	98.716	62
1911.....	16 1/8	612.519	94.903.120	14.017.000	—	—	125.000	80
1912.....	16 1/8	607.625	93.470.520	11.224.000	—	—	176.914	79
1913.....	16	601.488	103.772.780	1.715.000	+	+	235.368	62
1914.....	15	822.496	104.481.228	11.330.000	+	+	224.899	53
1915.....	12 1/2	982.089	108.629.438	23.863.000	+	+	307.476	62
1916.....	11	1.122.559	112.332.968	16.093.080	+	+	175.457	80
1917.....	12 3/4	1.389.414	115.448.198	18.521.000	+	+	203.177	103
1918.....	13	1.679.176	116.452.274	8.551.000	+	+	313.816	109
1919.....	14 1/2	1.728.061	103.392.035	51.908.000	+	+	246.428	115
1920.....	14 1/2	1.829.000	103.035.534	17.484.000	+	+	20.262	50,50
1921.....	8 1/2	2.030.000	122.535.534	1.881.000	+	+	79.354	66
1922.....	7 1/8	2.214.000	—	19.937.000	+	—	110.000	69
1923.....	2.639.000	—	—	22.641.000	+	—	219.587	80
1924.....	2.963.000	—	—	26.776.000	+	—	90.634	124
1925.....	2.707.000	—	—	16.700.000	+	—	14.929	127
1926.....	2.569.304	—	—	14.975.000	+	+	17.778	111
1927.....	3.004.864	154.674.477	—	9.048.000	+	+	94.560	105
1928.....	3.379.028	151.668.592	—	6.757.453	+	+	41.128	108
1929.....	3.394.347	148.700.000	—	8.178.000	+	+	85.000.	67
1930.....	2.842.151	144.720.000	—	12.130.000	+	+	243.760	46
1931.....	4 3/8	2.941.970	140.400.000	20.788.000	+	+	204.093	45
1932.....	5 3/8	3.238.732	140.400.000 x	14.885.000	+	+	1.472.380	40
1933.....	4 3/4	3.036.830	— a)	7.659.000	+	+	—	35

x Incluídos notas de bancos particulares garantidos.

Ajuntaram-se em 31 de Dezembro de 1930.....	112.747	contos ouro
Dívida flutuante (União, Estados, Municípios).....	2.443.495	contos papel
Notas do Tesouro inconvertíveis.....	2.543.466	contos papel
Dívidas consolidadas (União, Estados, Municípios).....	3.924.527	contos papel
Dívidas externas dos Estados e Municípios (equivalente a cerca de).....	£ 96.860.000	

j) O Funding Loan de 1932 comporta autorização da emissão de cerca de 18.570.000 libras em capital, para pagamento de atrasados direntes.

Não há, portanto, absolutamente, lucro para o país exportador de moeda depreciada.

Durante todo o período em que o Brasil, unicamente produtor de madeiras, café, açúcar, cacáu e borracha, não podia oferecer ao estrangeiro sinão êsses produtos, mas, ao mesmo tempo, tinha uma precisão imperiosa de mercadorias estrangeiras, mesmo para as suas necessidades correntes, e de dinheiro do exterior, para aplicação no país, podia-se, mais facilmente do que hoje, esquecer os postulados econômicos.

O êrro de acreditar que a exportação por si só representa riqueza, e que o excesso da balança comercial com exportação superior á importação, traduz a riqueza do país era mais fácil de se cometer do que hoje.

A riqueza não existe sinão pelo trabalho e pelo resultado dêsse trabalho. Sua expressão monetária é coisa bem diversa. A equivalência de valor dos produtos entre si tem uma importância capital.

E' comum ouvir dizer, no Brasil, que o país é pobre porque não tem dinheiro. Ora, todo país possui riquezas naturais e riquezas adquiridas pelo trabalho e pela economia. O Brasil é extremamente rico por natureza e a generosidade de sua terra, dado o seu clima excepcional, é verdadeiramente extraordinária. Esta riqueza natural é hoje explorada realmente. Póde, no entanto, ser mais bem explorada.

Outros elementos naturais se encontram, ainda, em estado latente, como a maior parte das jazidas de carvão e minérios, e, segundo alguns, de petróleo.

No que se refere á riqueza adquirida, é natural que um país onde a exploração data, mais ou menos, de um século, não tenha podido acumular tanto quanto um país europeu, cuja população trabalha e acumula dêsse várias centenas de anos.

Mas, póde-se dizer que esta riqueza, pelo contrário, graças á dadivosa natureza, se constituiu com extraordinária rapidez, para representar, hoje, considerável importância.

Consequentemente, a quantidade de moeda necessária á vida de um país, é indicada pelo montante das trocas e os usos locais: antes da guerra, a França, menos rica do que a Inglaterra, precisava de uma quantidade de moeda em circulação maior, de 50%, para as permutas de 4 quintos, apenas.

Aliás, si considerarmos, voltando ao caso do Brasil, que repentinamente se creasse o dôbro do mil réis, ver-se-ia claramente que, não possuindo a totalidade dos brasileiros, de uma dia para outro, sinão as mesmas utilidades para oferecer e para trocar, cada uma delas, em a nova moeda, não valeria mais que no dia anterior.

Não há, portanto, sinão uma simples fição no lucro aparente da baixa da moeda.

Compreenderam-no perfeitamente os dirigentes brasileiros, do Governo Provisório, e, por isto, se esforçaram o mais possível para manter o câmbio.

Apesar disso, o milréis, desde 1923, ficou *ligado* ao dólar, durante o primeiro período da baixa dessa moeda, para voltar novamente á libra esterlina no momento em que esta, bem como o dólar, baixou de 85 a 77 francos.

Resultou daí, afinal, uma depreciação do valor-ouro de cerca de 25% para o milréis.

Desde a revolução de 1930 todos os negócios de câmbio se fazem por intermédio do Banco do Brasil, a uma taxa baseada na cotação de uma moeda forte.

Decretou-se, então, a moratória para todos os pagamentos, quer se referissem ás dívidas quer ás operações comerciais.

Depois, fez-se um *funding* para as dívidas e, em seguida a este *funding*, nova combinação foi feita por quatro annos.

Finalmente, retomaram-se os pagamentos para as operações comerciais correntes, ao mesmo tempo que os pagamentos atrasados eram objeto de acôrdos a prazo de seis annos.

Mas, todas as transferências de fundos, procedentes do Brasil, tornam-se praticamente impossíveis, por não serem autorizadas pelo Banco central.

Este, aliás, não permite exportação de mercadoria sem apresentação, de uma letra que elle compra a uma taxa determinada!

A operação tem por fim obrigar o comprador estrangeiro a pagar o café, principal produto de exportação do Brasil, numa base muito superior (em valor-ouro do milréis) á que se obtém no mercado livre (chamado câmbio negro).

Por outro lado, queixaram-se os lavradores de café de que o Banco do Brasil—ou melhor o Govêrno, do qual o Banco não é sinão o instrumento intermediário—lhes impunha um prejuizo correspondente á diferença entre os valores respectivos do mil réis.

O raciocinio dos fazendeiros— ou dos que falam por elles—é o seguinte: a importância de uma fatura de exportação de 1.000 sacas de café por 2.000 libras esterlinas, deveria representar, no mercado livre, a importância de 120 contos de réis.

Ora, ella não produziu senão 90, que foram entregues ao exportador, vendedor da letra ao Banco. Assim, o exportador e por isto, o fazendeiro, foram lesados em 30 contos de diferença.

Isto, sob o ponto de vista dos produtores de café, é absolutamente inexacto: o que limitou a baixa do café foi o valor interno do mil réis (muito maior que o valor externo) e os preços de custo reais em mil réis.

Não é o comprador quem pôde, hoje, impôr o preço: elle restringe suas compras quando acha que há excesso de mercadoria, e o que determina a baixa é o preço do custo do artigo, e a resistência do produtor, a partir do momento em que está tendo prejuizo.

Pôde-se, portanto afirmar, que si se tivesse deixado o câmbio livre, o preço em mil réis teria baixado *exatamente* ao mesmo nível, o exportador e o fazendeiro teriam recebido *exatamente* a mesma im-

portância em mil réis, e somente o comprador estrangeiro teria tido lucro, comprando por 30 *shillings* a saca de café que a política do câmbio do Banco fazia pagar duas libras esterlinas.

Em resumo, a fixação do mil réis em taxas sucessivas, invariáveis durante certos períodos bastante longos, obrigou o comprador estrangeiro a pagar o mil réis a essas taxas. Esta contingência não correspondeu, absolutamente, a um prejuízo para o fazendeiro que, no regime do câmbio livre, nada teria recebido a mais. O lucro do câmbio, pago a mais pelo importador de café, não ficou para o Banco do Brasil: serviu para o país todo, de pagamento da importação de matérias primas indispensáveis.

A liberdade e a queda do câmbio teriam feito baixar o preço-ouro do café, teriam diminuído o total de câmbio de que o Banco do Brasil dispoz, e teriam tornado, assim, impossível as compras de carvão e de trigo, de que o Brasil tem ainda imperiosa necessidade.

Referindo-nos á balança comercial de 1929, cujo saldo de exportação sobre a importação era de £ 7.812.749, num volume total de £ 87.023.000 de importação, escrevemos: "Póde o país, momentâneamente, na vida normal, viver por si só: uma suficiente restrição dos produtos de importação de luxo, torna a balança comercial bastante sensível. Aliás, um dos pontos essenciais de todo o estudo econômico do Brasil é a verificação de que o país, com exceção, talvez, do trigo, basta-se a si mesmo, e tem possibilidade de diminuir, consideravelmente, de um ano para outro, sua importação".

Não há para esta asserção prova mais eloquente do que a apresentação dos principais elementos da importação brasileira em 1929 e 1932. Traduzem-se êles do seguinte modo:

IMPORTAÇÃO TOTAL DO BRASIL

MATERIAS PRIMAS	(em 1.000 £)		
	1929	1932	1933
1 Carvão.....	3.588	1.124	1.167
2 Fios (sêda, lã).....	1.781	690	1.156
3 Pasta de madeira para papel.....	606	305	407
4 Cimento.....	1.539	263	174
5 Produtos animais e outros—(peles, couros).....	989	163	251
6 Ferro, aço.....	1.289	261	456
7 Juta.....	1.199	393	428
8 Produtos diversos.....	6.569	2.211	2.944
	17.560	5.410	6.983

PRODUTOS MANUFATURADOS	(em 1.000 £)		
	1929	1932	1933
9 Máquinas industriais.....	13.063	2.855	3.724
10 Veículos, automóveis e acesórios	7.524	426	679
11 Ferro e aço manufaturado.....	7.171	1.346	2.150
12 Gazolina e óleo.....	5.886	1.814	2.195
13 Tecidos (algodão, lã, linho).....	4.948	494	966
14 Produtos químicos, especialida- des farmaceuticas.....	1.983	1.025	1.517
15 Papel.....	1.813	580	705
16 Cobre manufaturado.....	964	105	160
17 Borracha manufaturada.....	1.294	269	572
18 Porcelanas, etc.	1.213	223	379
19 Objectos diversos.....	6.176	1.645	1.962
	52.035	10.762	15.309

ALIMENTAÇÃO	(em 1.000 £)		
	1929	1932	1933
20 Trigo e farinhas.....	10.092	3.651	3.625
21 Bacalháu.....	1.931	606	581
22 Vinhos e alcool.....	1.452	245	333
23 Frutas de mesa.....	1.009	361	502
24 Azeite.....	442	283	268
25 Batatas.....	389	28	60
26 Diversos.....	1.743	398	471
	17.058	5.572	5.840
Total geral em milhares de £....	86.653	21.744	28.132

Nada mais claro do que a comparação que se póde fazer nsête quadro, verificando quão especial é a situação de um grande país de mais de quarenta milhões de habitantes que, em três anos, reduz de três quartos sua importação.

E' certo que houve a baixa dos preços mundiais.

Mas os algarismos de tonelagem nos permitem uma apreciação exáta.

A análise minuciosa da balança mostra mais claramente as restrições ou as transformações sobrevindas de 1929 a 1932.

As matérias primas diminuíram de dois terços, bem como os gêneros alimentícios. Os produtos manufaturados reduziram-se á quinta parte.

Nos gêneros alimentícios, o trigo e a farinha de trigo caíram a um terço, mas a farinha, no computo geral, passa de 2.447 a 45, o que quer dizer que nêsse meio tempo o aparelhamento do país para a moagem foi completamente realizado.

As batatas são, hoje em dia, quasi exclusivamente produzidas no Brasil.

A diminuição dos produtos fabricados é devida, de um lado, ao desenvolvimento da indústria nacional e de outro lado ás restrições de compras que, quando não se referem aos artigos de luxo, representa um afrouxamento no aparelhamento do país.

Os tecidos passaram de 4.948 á decima parte dêste número: 494. A fiação e tecelagem brasileiras dentro em pouco abastecerão todo o país.

O ferro e o aço manufacturados, de 7.171 caíram a uma sexta parte: 1.346.

Os automóveis e a sua utilização continuam a pesar mui fortemente: a restrição das compras de veículos novos foi muito sensível: pois que, de 7.524 passou a 426; mas o seu uso subsiste, o que se prova com a gazolina e o óleo, cuja redução menor é de 5.886 para 1.814. A rápida duração dos carros atuais, leva-nos a crer na volta das compras de automóveis, dentro de um ou dois anos, atendendo-se que o Brasil não está ainda absolutamente preparado para a produção desses veículos.

Nas matérias primas, finalmente, convém assinalar especialmente o cimento, que passa de 1.539 a 263, os produtos animais (couros e peles) de 989 a 163 e o ferro e o aço, de 1.289 a 261.

Todos os confrontos que acabamos de fazer se referem, respectivamente, aos anos de 1929 e 1932. No momento em que terminavamos êsse trabalho, appareceu a estatística de 1933, cujo algarismos fizemos figurar na terceira coluna do quadro acima.

Nota-se, como havíamos previsto, um acréscimo da cifra global da importação de £ 21.744.000 a £ 28.132.000. Êsse acréscimo é constituido, principalmente, pelos produtos manufacturados que o Brasil ainda não fabrica (£ 10.762.000 a £ 75.309.000) e pelas matérias primas, sendo que os algarismos dos gêneros alimentícios se conservam idênticos (£ 5.572.000 e £ 5.840.000).

Resumindo: a balança comercial, nas suas alterações em tão pequeno espaço de tempo, mostra claramente a modificação progressiva da economia brasileira. A indústria nacional prossegue em seu desenvolvimento e aparelhamento. Agora que se formou, há a preocupação cada vez maior de encontrar, aquí mesmo, a matéria prima. A uma excelente mina de carvão, no Sul, dentro em pouco, outras se juntarão. Procura-se petróleo, e as áreas ainda inexploradas são enormes.

Póde-se, pois, prever que, em um espaço de tempo relativamente pequeno, o Brasil, continuando como vendedor de seus grandes produtos agrícolas, não será mais importador de artigos de primeira necessidade. O problema subsistirá para o trigo e para a gazolina.

(Para o trigo, há um trabalho a fazer, ao fim do qual, imediatamente, o Brasil garantirá o próprio consumo).

Estendemo-nos longamente sobre os elementos de importação na balança comercial brasileira, porque o saldo desta balança é destinado a fornecer o montante necessário aos pagamentos dos atrasados dos empréstimos anteriormente feitos.

Si nos basearmos no relatório do Sr. Oswaldo Aranha, Ministro da Fazenda, ao Chefe do Governo Provisório, verificaremos que, em 1932, o Banco do Brasil controlou e utilizou £ 47.080.000 num volume total de £ 51.000.000 de exportação.

De £ 47.080.000 foram empregadas pelo Estado £ 12.500.000. O saldo a favor, médio, da balança comercial nos cinco últimos anos é exatamente igual a esta cifra.

Por outro lado, o Ministro da Fazenda calcula em cerca de £ 43.000.000 a importância anual necessária para as remessas oficiais a fazer. Incluem-se, aí, £ 22.000.000 para os serviços das dívidas externas (União, Estados e Municipalidades) que foram reduzidos em 1934 a £ 8.000.000 para se elevarem em 1937 a £ 10.000.000 (acôrdo particular sobre as dívidas externas, posterior ao 3.º funding). (1)

Avalia-se, assim, a permanente ameaça que pesa sobre a moeda brasileira:

1.º—Insuficiência de saldo câmbial para o pagamento dos atrasados das dívidas externas. Existe, atualmente, a mótoria de quatro anos em que a importância a pagar, graças ao sacrifício dos credores, não ultrapassa os recursos existentes;

2.º—Insuficiência de saldo câmbial que permita remessas de rendas de capitais particulares invertidos no Brasil ou de lucro dos estrangeiros aqui residentes e desejosos de transferir para seus países o resultado de suas economias. Estas remessas, atualmente, estão e se conservam suspensas;

3.º—Há, ainda, a ameaça também grave proveniente do *deficit* orçamentário, da escassez permanente da receita em face da despesa e do aumento correspondente da dívida interna (especialmente a flutuante).

Em 1932 teve o Governo Provisório que emitir,—e a precisava fazer-lo desde 1930,—186.000 contos de obrigações do Tesouro (saldo do fim de 1932 de 300.000 iniciais) 400.000 contos de obrigações novas, e a liquidação do exercício de 1932 exigia o aceite de três letras de 200.000 contos cada uma: um total de 1.186.000 contos de emissões internas a curto prazo.

Estas emissões desapareceram da escrita (relatório do Sr. Oswaldo Aranha) em consequência da aplicação pelo Tesouro, dos fundos depositados em milréis no Banco do Brasil, e correspondendo aos atrasados comerciais (ingleses, americanos, franceses, etc.), bem como a fundos igualmente depositados em vista do *fun-*

(1)—Decreto n. 23.829, de 5 de Fevereiro de 1934, do Governo Provisório.

díng de 1931. Em conclusão, mais de 1.000.000 de contos de réis utilizados especialmente no cancelamento das obrigações e letras de 400.000 e 600.000 contos acima referidas.

E' evidente que a utilização provisória, pelo Tesouro, de tais recursos para pagar *deficits* orçamentários, obriga a saldos nos orçamentos dos anos futuros; os pagamentos foram retardados mas será preciso fazê-los, e os exercícios subsequentes serão cada vez mais onerosos.

Não conhecemos, ainda, o *deficit* orçamentario de 1933. O de 1934 está avaliado em 250.000 contos.

Exposta completamente a situação, reportemo-nos, novamente, ao relatório do Sr. Oswaldo Aranha:

"A liberdade de câmbio seria a falência da nossa moeda, senão a do Brasil.

A crítica única feita á nossa política cambial, tem sido a de que o nível do valor do mil réis têm impedido maiores exportações.

Não procede essa articulação, salvo em casos excepcionais, para os quais sempre fez o Governo facilidades.

Como regra, essa asserção contrasta com a realidade.

As exportações só crescem, em volume e valor, em épocas de prosperidade, e, conseqüentemente, de moeda estável a preços firmes".

E mais adiante:

"Nada mais absurdo doque pretender aumentar as exportações degradando a própria moeda.

E' esta uma ilusão, que dando mais mil réis, importa, no fundo, em transferir uma riqueza da nossa economia para a de outro país.

Precisamos reagir contra os que pretendam, em benefício próprio, mas aparente, sacrificar por essa forma o patrimônio da coletividade.

Forçar exportação pela desvalorização da moeda, além do seu nível razoável, é desfalcar a economia do país".

E' impossível escrever ou pensar coisas mais certas e mais sensatas.

Estavamos com a razão quando dissemos que aos atuais governantes brasileiros não era necessário convencer da vantagem que tem um país em possuir câmbio estável.

A confiança que resulta desta estabilidade traz benefícios consideráveis. Êstes não apareceram, ainda, no Brasil, porque a situação na realidade, não está suficientemente consolidada.

E' claro que, a partir do momento em que o país pôde se abastecer com a sua própria indústria e em que se reduz a importação, a receita dos direitos alfandegários diminue e tem que ser compensada pelos impostos sôbre as indústrias nacionais criadas.

Torna-se, também, evidente que um orçamento equilibrado, não requerendo emissões para as despesas correntes, traz confiança interna para a moeda. A estabilidade de preços e da moeda, e a regularidade dos pagamentos dos atrasados das dívidas internas

levarão, não só os brasileiros como os estrangeiros aquí residentes, a empregar capitais que elles cogitam em exportar pela dúvida que lhes inspira omilréis

Finalmente, um orçamento que apresenta um *superavit* papel, póde permittir, com êste saldo, a compra de mercadorias e a sua exportação, isto é, aumentar o saldo da balança puramente comercial. do montante da importância do excedente orçamentário, e, assim, permitir o pagamento dos atrasados das dívidas externas.

No dia em que tudo isto se realizar, terá o Govêrno do Brasil estabilizado a moeda, restaurado a confiança e renovado as possibilidades de empréstimos externos. Os capitais procurarão novamente se aplicar nêste país tão rico de realidades e de promessas, ao invés de buscarem se evadir, como ainda acontece.

Infelizmente, é preciso dizer, a política financeira de 1932 estava em desacôrdo com êstes princípios: em vez de poupar os excedentes—papel, que permitem compra de câmbio e remessas, foram os saldos-papel que existiam para pagamentos comerciais ou de atrasados applicados para cobrir os *deficits*.

Convém assinalar que êstes processos, tiveram como única razão justificativa de ser, a excepcional situação em que se encontrou o Govêrno Provisório, obrigado á liquidação de *deficits* anteriores. Em seguida, teve de fazer face ás despesas e prejuizos determinados pela revolução de São Paulo.

Póde-se considerar como certa a modificação completa da conduta anterior, em vista da convicção em que estamos do conhecimento dos essenciaes e sãois princípios que teem os dirigentes brasileiros (especialmente o Ministro da Fazenda).

Mas, no momento, o problema do câmbio persiste: fundamentalmente, o equilíbrio dos orçamentos da União Federal, dos Estados e das Municipalidades.

E' de notar, aqui, a modificação, talvez essencial, que a nova Constituição, em elaboração na Assembléa Constituinte, póde trazer para a economia brasileira.

O critério dos impostos (e da receita correspondente) a arrecadar, respectivamente pela União Federal, pelos Estados e pelas Municipalidades, é completamente diverso em relação á Constituição de 1891.

Não é possível saber quais serão as modificações definitivas. Mas não se póde desprezá-las porque elas afetarão os próximos orçamentos.

Como medida basilar, portanto, equilíbrio orçamentário. Repitamos que, no momento, actual, parece que êste equilíbrio deve provir de uma distribuição melhor dos tributos, nos quais o comércio e principalmente a indústria não colaboram como deviam.

Em seguida virá a confiança no milréis e, como consequência immediata, a possível estabilidade do câmbio. Nêste dia o contrôl monetario não será mais necessário.

A diferença atual entre o valor interno, enorme, do milréis e o seu valor externo, faz com que se aspire, para o Brasil, o restabelecimento, mais breve possível, do seu equilíbrio financeiro interno. Isto lhe permitirá encontrar, novamente, um valor externo do milréis, não inferior ao valor oficial presente, como o espera o mercado livre, mas superior a essa taxa.

Seria um tão grande benefício para a economia brasileira e, relativamente, tão fácil de se obter agora, que devemos desejar que providências, embora desagradáveis, mas indispensáveis, sejam tomadas para o conseguir com a maior urgência.

Confiamos, para isto, nos dirigentes brasileiros.

Capítulo VIII

SITUAÇÃO ESTATÍSTICA — PRESENTE E FUTURA

- I—A SITUAÇÃO DOS ESTOQUES NO BRASIL
- II—A SITUAÇÃO ESTATÍSTICA EM 30 DE JUNHO DE 1934
- III—ASPECTO DA PRODUÇÃO E DO MERCADO DO CAFÉ

I

A SITUAÇÃO DOS ESTOQUES NO BRASIL

O D. N. C., obediente a orientação realista que por mais de uma vez assinalámos, convenceu-se de que a situação estatística brasileira era passível de permanente suspeição por parte do estrangeiro.

A chegada para o mercado, em muitos anos sucessivos, de safras retidas e em seguida distribuídas por processos extremamente complicados e as destruições feitas durante dois anos em lugares diversos, vários e numerosos, tornaram o mundo consumidor céptico sobre a situação estatística real no Brasil.

Para falar verdade, acreditamos que o próprio D. N. C. não estava perfeitamente certo das cifras anteriores ao seu funcionamento. Foi por isto que o Presidente do D. N. C., em 8 de Setembro de 1933, encarregou, de um lado, peritos do Instituto Brasileiro de Contabilidade e, de outro lado, os contabilistas americanos Mc. Auliffe, Davis Bell & Co., de verificarem, sucessivamente:

1.º—pela escrita do D. N. C., de suas agências e a dos Institutos estaduais, os estoques totais de café no Brasil em 30 de Junho de 1933;

2.º—O estoque existente em garantia do empréstimo de £20.000.000;

3.º—pela contagem direta nos armazéns, os estoques existentes em 30 de Setembro de 1933.

Dêste trabalho foi feito um relatório, entregue ao D. N. C. em 14 de Novembro de 1933 e publicado imediatamente pelo Departamento.

A verificação mais interessante é, evidentemente, a de 30 de Setembro de 1933, pois é a única que contrapõe os algarismos de contagem reais aos que figuram nos livros do D. N. C., de suas agências e dos Institutos, bem como os que constam dos livros dos armazéns.

Póde-se resumir esse trabalho, em que aparecem todos os detalhes, do seguinte modo:

Em São Paulo a escrita dos armazéns acusava, em 30 de Setembro de 1933, um estoque de 16.582.551 sacas contra um total de, apenas, 13.707.394, apresentado pelos boletins do D. N. C. e do Instituto do Café do Estado de São Paulo.

A contagem das quantidades, feita em data próxima não indicada, dava uma existência real de 16.896.684 sacas contra a cifra dos livros dos armazéns, que era de 16.830.974 sacas.

Encontrava-se, assim, em São Paulo um excesso de 2.940.867 sacas entre o número dado pelos boletins do D. N. C. e do Instituto de São Paulo e os algarismos da verificação direta (1). (veja-se mais adiante).

No Paraná se notava uma diferença, para mais, de 283 sacas num estoque de 74.611. Em toda a zona central o estoque contado se elevava a 1.079.093 sacas contra 1.079.147, constante dos livros dos armazéns, e 988.900 da escrita do D. N. C., das agências e dos Institutos; ou seja, aqui, em excesso de 90.180 sacas. Finalmente, a zona do norte apresentava um estoque contado de 595.138 sacas contra 592.047 dos livros dos armazéns e 586.029 dos livros do D. N. C. e suas agências e dos Institutos: ou seja aqui um excesso de 9.109 sacas.

Assim, em 30 de Setembro de 1933, o relatório constata a existência, pela escrita dos armazéns, de um total de estoque de 18.328.356 sacas, das quais 16.055.105 pertenciam, ao D. N. C. e 2.273.251 não lhe pertenciam (mas de onde 1.786.923 eram, na ocasião, consideradas retidas).

Sôbre o total geral de 17.842.028, pertencentes ao D. N. C. ou por êle controlado, 12.933.734 sacas representavam a garantia do saldo em 30 de Setembro de 1933 do empréstimo de £20.000.000. Desta cifra, 10.972.500 pertenciam ao D. N. C. e 2.021.234 ao Govêrno do Estado de São Paulo.

A publicação deste relatório tinha naturalmente por fim principal mostrar o desejo do D. N. C. de divulgar os algarismos exatos das estatísticas.

Para um grande número de pessoas que se referem á estatística do Sr. Laneville, a cifra dada em 30 de Setembro de 1933 como existente nos armazéns do interior do Estado de São Paulo, era de 14.096.000 quando a existência real mostrada pelo relatório era de 16.582.551. O relatório apresentava-nos, portanto, um estoque suplementar de cerca de 2.500.000 sacas.

Procurando explicar a divergência, verifica-se que o Sr. Laneville dá como quantidade de café destruído em 15 de Setembro de 1933, 23.114.000 sacas, quando a cifra do D. N. C., em 30 de Setembro, é de 23.107.000; portanto approximadamente a mesma, salvo erro de uma quinzena, contra uma diferença muito maior em 30 de Junho de 1933. Mas, o excedente em 30 de Setembro

(1)—Compras e financiamento.

último provém, na maior parte, da quota D. N. C. já recebida nos armazéns, não registrada nos boletins do D. N. C. e apurada pelos peritos em 2.219.802 sacas em São Paulo. (1)

Posteriormente á apuração dos estoques, encarregou o Departamento Nacional os mesmos peritos contadores de verificarem as cifras das destruições já feitas. Nêste trabalho, cujo resultado figura ás paginas 31 e seguintes, não houve naturalmente a possibilidade de um contrôle tão perfeito quanto no precedente. Já demos demos os motivos anteriormente.

De resto, o que realmente interessa, é o volume do estoque, e dêse que as destruições foram reais (e o foram) pouco importa, hoje, que elas tenham atingido a 24, 26 ou 28 milhões de sacas.

Nas existências, a diferença apareceu entre os algarismos dos boletins do D. N. C. e do Instituto e os dos armazéns. A escrita dêstes foi, efetivamente, muito bem feita. Isto poudê ser verificado pela contagem dirêta que, afinal, deu razão aos armazéns, salvo diferenças verdadeiramente insignificantes.

No que diz respeito ás destruições, pôde-se ter como exatos os algarismos do D. N. C.

No capítulo "destruições" vimos o resultado das verificações e quão pequenas eram as diferenças.

Sob todos os aspectos, a situação estatística brasileira está, agora, profundamente modificada em relação ao que era no ano passado. Os algarismos conhecidos estão muito próximos das cifras reais que o D. N. C., depois de terminada a verificação nos comunicou, e que fizemos constar do nosso quadro á pag. 32. No quadro seguinte lembramos os números essenciais dos anos anteriores:

II

A SITUAÇÃO ESTATÍSTICA EM 30 DE JUNHO DE 1934

A situação estatística que se apresentava nos últimos anos cada vez peor, ruiu com as destruições, a partir do momento em que estas atingiram a cifras realmente elevadas.

E' impossível deixar de fazer constar essas destruições de um capítulo especial da estatística, pois esta normalmente registra, apenas, de um lado os algarismos da produção e de outro, os do consumo. Com efeito, as destruições fizeram-se para subtrair do mercado disponível quantidades para as quais subsiste a força produtiva correspondente, e cujo equivalente encontrará, de novo, nos anos futuros, o seu lugar entre as quantidades a serem absorvidas pelos mercados consumidores.

Examinemos rapidamente a situação estatística atual bem como a situação presente e futura do mercado de café.

A situação estatística em 30 de Junho de 1933 era a seguinte: (2)

(1)—Além disto, todas as sacas cheias com varredura entraram na contagem e o seu número avultado justifica parte das diferenças.

(2)—Laneville.

Produção real total e consumo total do mundo (2)

SAFRAS 30 JUNHO	PRODUÇÃO REAL TOTAL DO MUNDO (1)					CONSUMO TOTAL (1)			ESTOQUES MUNDIAIS (1)		
	SANTOS	RIO	DIVERSOS BRASIL	OUTROS PAÍSES	TOTAL DO MUNDO	DESTRUI- ÇÃO NO BRASIL	SAÍDAS REAIS DO MUNDO	TOTAL	ESTOQUES INTERIOR DO BRASIL	VISÍVEL 30/6	TOTAL DO MUNDO
1927/28...	18.681	4.975	2.506	8.003	33.963	—	25.536	—	12.852	5.305	18.157
1928/29...	5.987	1.949	1.754	8.660	18.350	—	22.251	—	8.921	5.535	14.256
1929/30...	22.146	5.255	2.785	8.273	38.459	—	23.554	—	23.588	5.573	29.161
1930/31...	10.372	3.032	2.833	8.633	24.870	559	25.091	25.650	21.997	6.384	28.381
1931/32...	19.582	5.479	2.440	8.987	35.788	8.708	23.723	32.431	25.036	6.702	31.738
1932/33...	8.968	3.711	2.570	9.239	24.488	10.284	22.848	33.132	16.593	6.501	23.094
1933/34...	20.500	4.700	2.700	8.500	36.400	11.100	25.000	36.100	15.394	8.000	23.394

(1) £ Em milhões de sacas..... (Brasil 60 kgs.)

— (Diversos 66 kgs.)

(2) Segundo Laneuville, salvo os resultados de 1933/34.

	sacas
Provisão visível em 30 de Junho de 1932.....	6.702.000
Produção total 1932/1933.....	22.647.000
Saídas reais mundiais 1932/1933.....	22.648.000
Provisão visível em 30 de Junho de 1933.....	6.501.000

Nessa época o D. N. C. avaliava a colheita do Brasil do seguinte modo:

São Paulo.....	20.500.000
Minas.....	5.500.000
Espirito Santo.....	1.800.000
Rio de Janeiro.....	1.200.000
Paraná.....	500.000
Baía.....	200.000
Pernambuco.....	100.000
Goias.....	80.000
<hr/>	
Total do Brasil (D.N.C. 30/6/33).....	29.880.000

Posteriormente, o D. N. C. reduzia de 1.700.000 sacas a previsão das colheitas dos Estados de Minas, Rio e Espirito Santo, mas aumentava na mesma quantidade a safra de São Paulo, elevando-a a 22.200.000 sacas, permanecendo, assim, o mesmo total.

E o D. N. C. fazia o seguinte cálculo:

Avaliação da safra do Brasil.....	29.880.000
idem de diversas safra.....	9.500.000
Provisão visível em 30 de Junho 1933.....	6.500.000
<hr/>	
	45.880.000
Consumo provável.....	23.500.000
<hr/>	
	22.380.000
Quota de 40% a ser destruída pelo D. N. C.	11.950.000
<hr/>	
Abastecimento provável em 30 de Junho 1934.....	10.430.000

Isto é, em relação á provisão visível em 30 de Junho de 1933, um saldo de 3.900.000 sacas.

Em princípios de Dezembro de 1933, o D. N. C., sobre a mesma base da colheita global do Brasil e da quota de sacrifício, fazia um cálculo que se apoiava numa exportação brasileira, de 16.500.000 sacas e, acrescentando cerca de 600.000 sacas de consumo interno dos portos, apresentava um saldo, apenas, de 800.000 sacas, da seguinte forma:

Sacas

Safra do Brasil.....	29.880.000
Menos a quota do D. N. C.	11.950.000
	<hr/>
	17.930.000
Exportação e consumo dos portos.....	17.100.000
	<hr/>
	830.000
Isto é, uma provisão visível em 30 de Junho de 1934 de:	
Abastecimento visível em 30 de Junho de 1933.....	6.500.000
Aumento de estoque nos portos.....	800.000
	<hr/>
	7.300.000

A cifra de 16.500.000, tomada para a exportação do Brasil durante o ano 1933/34, era baseada, unicamente, sobre a média da exportação dos cinco primeiros meses da safra.

De fato, o D. N. C. não dava outra explicação para os seus cálculos, mas a situação estatística já se apresentava na época, e depois foi confirmada, como sendo a seguinte:

Produção de cafés diversos 1933/34.....	8.500.000
Saídas prováveis 1933/34.....	25.000.000
	<hr/>
Exportação possível para o Brasil.....	16.500.000

Isto é, exactamente a cifra que fôra calculada pelo D. N. C.

Desde então a modificação da estatística em 30 de Junho de 1934 se apresentava, não como parecia dever ser em 30 de Junho de 1933, com um grande saldo de muitos milhões de sacas, mas com um saldo provável muito pequeno.

Por outro lado, a futura safra do Brasil, da qual o D. N. C. ainda não deu a estimativa discriminada, pôde ser avaliada do seguinte modo:

São Paulo.....	10.000.000
Minas.....	3.000.000
Espírito Santo.....	1.400.000
Rio de Janeiro.....	700.000
Paraná.....	200.000
Baía.....	200.000
Pernambuco.....	100.000
Goiás.....	60.000
	<hr/>
Total.....	15.660.000

E a situação estatística do ano cafeeiro 1934/35 pôde ser figurada assim:

Colheita do Brasil.....	15.600.000	
Colheitas diversas.....	9.000.000	a 9.500.000
	<hr/>	
Consumo.....	24.600.000	a 25.100.000
	<hr/>	
Diferença.....	100.000	a 500.000

isto é, um equilíbrio quasi perfeito entre o consumo e a produção.

Assim podia o D. N. C. publicar, desde Dezembro de 1933, e se entretanto fazer questão de números exátos, nem de colheitas "diversas", nem tão pouco de consumo provável—que o equilíbrio da produção e do consumo de café brasileiro estava perfeitamente garantido até 30 de Junho de 1935.

O fato é verdadeiro e corresponde ao esforço gigantesco feito pelo Governo brasileiro para retirar do mercado o excedente resultante da colheita dêste ano, e os excedentes anteriores

Apresentamos, a seguir, algumas observações complementares:

1.º—O quadro que aparece na página 142 dá uma destruição total de 11.100 000 sacas no Brasil durante a safra 1933/34, quando o número real em 31 de Março de 1934 era de 8.297.087 sacas. Nossa cifra de 11.100.000 corresponde á destruição de uma quantidade igual a 40% da "quota D. N. C." sôbre os algarismos de colheita constantes do quadro. Qualquer quantidade destruída em 30 de Junho de 1934 aumentará de outro tanto os estoques restantes (Brasil e os outros países);

2.º—Os algarismos da safra a 1934/1935 constantes das páginas 143/144 levam á conta de retenção da colheita de 1933/34, em São Paulo, no fim do ano agrícola cerca de 750 000 sacas;

3.º—O aumento do abastecimento visível de 30 de Junho de 1933 a 30 de Junho de 1934 (data em que tomamos como provisão mundial provável 8.000.000 de sacas) é devido a 350.000 sacas de excesso de estoques diversos nos países importadores e 1.150.000 de aumento de estoque nos portos brasileiros.

Nota-se, finalmente, que a estatística de 30 de Junho de 1934, vai aparecer em condições que no ano passado se consideravam com de ceticismo, quando o D.N.C. divulgou o seu programa e as suas previsões. A situação será mesmo melhor do que o D. N. C. havia imaginado. Entretanto, durante êsse tempo, a melhora dos algarismos em relação aos cálculos do D. N. C. parecia, em Janeiro último, que devia ser mais acentuada: as saídas dos cafés diversos estavam muito atrasadas e as do Brasil muito adiantadas. Deve-se atribuir a estas circunstâncias a bôa situação em que se encontraram os mercados brasileiros no fim do ano passado: a modificação na estatística era enorme; parecia mesmo que devia ser bem

melhor que os números dados alguns mêses antes pelo D. N. C. e, depois, pelo mundo consumidor, que duvidava da realização do programa brasileiro.

III

ASPECTO PRESENTE E FUTURO DO MERCADO DO CAFÉ

Esta evidente modificação estatística coincidia, no interior do Brasil, com uma forte melhora financeira para o lavrador; por intermédio do D. N. C. acabava o Govêrno de lhe pagar grandes quantias; por outro lado, publicava o Ministro da Fazenda o decreto do reajustamento, em virtude do qual 50% ou todas as dívidas agrícolas, hipotecárias ou não, seriam resgatadas, por metade, pelo Estado. Êste decreto provocou um certo movimento de protesto entre os lavradores não endividados; todos êstes verificaram que tinham feito sacrificios para equilibrar seus orçamentos e depois iam pagar impostos destinados aos lavradores que, no período dos preços absurdos, tinham gasto sem medida e feito uma política de que o menos que se pôde dizer é que era de imprevidência.

Alguns lavradores, tendo encontrado condescendência por parte de seus banqueiros, hipotecaram as fazendas para comprar outras por preços altos, e empregaram os lucros da colheita (enormes) que obtinham, então, na compra de outras fazendas nas mesmas condições. Foi assim que, em um momento dado, um só fazendeiro se viu (ou pensou ver-se) á frente de 16 milhões de pés de café: uma grande parte não estava paga, ou se achava hipotecada a juros liberais. Eram tais os lucros, que nem se precisa dizer. Só havia uma preocupação, todos os anos: aumentar o número de pés de café de que se era, em teoria, proprietário. E' inutil dizer que a baixa do café colocou tais especuladores em posição crítica e comprometeu os banqueiros que os haviam amparado.

O decreto de reajustamento poderia ter, como consequência, essa iniquidade de beneficiar semelhantes agiotas, nada merecedores, e auxiliar, mais ainda que aos lavradores, os banqueiros poucos dispostos a tomar conta e a dirigir as fazendas que corriam o risco de lhe ficarem nas mãos. Eis porque o regulamento dêsse decreto tem por fim evitar que o Govêrno pague semelhantes dívidas. Mas o contrôle da natureza e origem dessas operações parece realmente difficil.

Em todo caso, alguns fazendeiros tendo, incontestavelmente, dívidas, (quando o café estava em alta, a política de dinheiro fácil dos bancos muitas vezes lhes permitiu despezas exageradas) viram-se em pouco tempo em situação muito diversa e em condições de resistir financeiramente, o que antes não podiam.

Desde então, achando o café barato e vendo a situação estatística em equilíbrio, os fazendeiros e mais ainda os especuladores calcularam imediatamente que, retendo a mercadoria em vez de a oferecer, ela iria escassear e por conseguinte subir sensivelmente.

Entretanto, a alta demorava um pouco a se manifestar no exterior; sabia-se que existia, ainda, em mão do Governo, um respeitável estoque de 18 milhões de sacas e que, além disto, a quota D. N. C. ainda não tinha sido nem completamente entregue nem, por consequência, completamente destruída. Compreendiam alguns o inconveniente que havia em deixar o mercado caminhar para a alta, numa situação absolutamente fictícia. Mas, era tal o ambiente e a transformação da mentalidade tão profunda, que uma instituição oficial telegrafava ao D. N. C. qualificando de baixa fictícia a que corresponderia colocar-se no mercado o artigo existente e retido pelo Governo, e de alta comercial a alta resultante da situação falsa creada pela quota de sacrificio.

Era novamente para o Brasil a irresistível tentação do lucro imeditato, com o desprezo completo da situação de conjunto.

A situação atual apresenta evidentes analogias com a de 1927. Não se conseguiu em 1933 resistir mais que em 1927 ao ambiente de alta.

As providências restritivas de colheita, tomadas em 1927 pelo Instituto Paulista, tinham por objetivo somente impedir a baixa do café. Lembramo-nos dessas providências: tomando por base a cotação da mercadoria em New York, restringia-se a revenda si os preços estavam em baixa e só se a aumentava quando estavam em alta. Mas, uma vez começada a alta, foi tal o ambiente geral que a receita não aumentou como devera e deixou-se a alta continuar

O que aconteceu nêsse ano? O D.N.C. fez o cálculo da quota de sacrificio sôbre algarismos que se revelaram, depois, um tanto pessimistas; especialmente, calculou-se uma safra de café "diversos", que na realidade resultou francamente inferior. Calculou-se, por outro lado, um consumo que também foi menor que as saídas. Também as cifras estatísticas foram maiores do que as que haviam sido previstas. Mas, como e por que? Em consequência do gigantesco esforço feito pelo Governo brasileiro para a compra e destruição de uma enorme quantidade de café. A alta provocada pela situação estatística provisória assim creada, aproveitou imediatamente aos outros países produtores, ainda uma vez, sem nenhum onus. E foi sem ironia que a Colombia poude telegrafar ao Presidente do D. N. C. cumprimentando-o pelo fato de vender a \$15 os cafés que o ano passado, na mesma época, vendia a \$10.

A diferença que convém assinalar, entre a situação de 1927 e a atual, é que há seis anos o Instituto de Defesa fez a alta dos preços restringindo as vendas do Brasil, enquanto que êste ano o D. N. C. deixou os portos constantemente abastecidos de modo que as saídas brasileiras foram livres e excelentes.

Mas quais são, em verdade, as atuais perspectivas?

Os preços atuais (Março de 1934) do café em Santos são, em milréis, superiores aos de Julho de 1927. O valor interno do milréis é superior ao daquela época; o preço de custo do café sensivelmente melhor.

Na base dêsse preço (20 milréis em Santos), é absolutamente impossível admitir qualquer diminuição de produção por abandono das fazendas, no Brasil, ou qualquer retraimento por parte dos produtores diversos.

Desde então podem os fatos ser apreciados do seguinte modo:

“Si anteriormente bastou retirar do mercado durante um prazo mais ou menos longo uma quantidade maior ou menor de sacas, não poderia ser adoptada, hoje, esta solução: applicá-la agora, para impedir uma nova baixa, seria ter a certeza de uma peor situação, com estoques duplos, dentro de quatro ou cinco anos.

Que o Brasil inteiro faça um sacrificio pelos seus fazendeiros, e *uma vez feito*, ninguém poderá censurar *desde que o futuro esteja garantido*...

O sacrificio perdura desde muitos anos e o futuro não está mais garantido do que antes.

Para nós a questão mais importante não é a existência de grandes estoques, mas sim a superprodução mundial constante”. (1)

Esta superprodução continúa a ser de seis milhões de sacas anuais, mais ou menos.

Irá o Brasil continuar a produzi-las e a destrui-las todos os anos? Existem aí três inconvenientes:

1.º—Não tocar na força productiva;

2.º—Fazer com que só ao Brasil caiba o sacrificio;

3.º—Permitir que todos os produtores concurrentes do Brasil se aproveitem da estabilidade dos preços. (2)

Relevem-nos estas citações successivas de antigos textos intercalados em nosso novo trabalho: não têm outro fim senão o de mostrar a identidade do problema:

O lavrador brasileiro tem apelado, constantemente, para o Govêrno, pedindo-lhe auxilio, esquecendo-se porém, de que, sendo ainda o café a principal indústria nacional, é inevitavelmente êle, o fazendeiro, quem vai pagar a parte correspondente de atrasados e amortização das despezas feitas em seu beneficio.

A consequência dêsses auxilios tem sido comprometer o futuro sem que a situação do café fique definida.

Alguns esforços, especialmente de carater técnico, têm dado e darão, para o Brasil resultados positivos. Mas, subsiste o problema essencial—o das sobras permanentes.

Considera-se erradamente que êle possa ser resolvido de modo diverso das soluções naturais.

O problema terá um dia, sua solução, mas não em futuro próximo: a situação provisória, de equilibrio actual faz adiar as medidas a adotar e os dirigentes da política brasileira têm tempo de estudar novas providências.

(1)—“Situação cafeeira”, L. Regray, Havre, 1930.

(2)—Idem, idem.

Oxalá tenham elas como resultado dar ao grande produto, o café, um futuro mais tranquilo e melhor do que o seu recente passado.

— / —

CONCLUSÃO

Da exposição completa que acabamos de fazer sobre a atual situação brasileira e mundial do café, é possível, agora, tirar algumas conclusões:

E' claro que o gigantesco esforço do Govêrno brasileiro em favor de seus lavradores de café, não pôde ser renovado indefinidamente. E', portanto, preciso, que a política brasileira do café continue a se orientar para a supressão de qualquer intervenção no mercado. O inconveniente das intervenções mostrou-se de tal modo evidente que é desnecessário insistir sobre o assunto. Convém, entretanto, observar que mesmo êste ano a quota D. N. C. e as destruições de quantidades correspondentes foram medidas de proteção necessária, mas cujo carater excepcional não foi compreendido pelos fazendeiros; êstes receberam trinta mil réis por saca e consideraram isto um sacrifício, quando pelo contrário, representava um sacrifício por parte do Govêrno. Julgaram, ainda, desde fins de 1953, que tendo sido restabelecida a situação, bastava prosseguir na destruição anual do excesso que venderiam ao Govêrno.

A prova é que, quando em princípio de 1954, em Santos, o café já havia dobrado de preço para os paulistas, êstes reclamaram do D. N. C. o aumento do preço de compra da quota D. N. C. O fazendeiro recebia mais pelo seu caté livre; queria receber, também, mais do Govêrno, que não concordou com esta nova despeza. Não se pôde deixar de aplaudir esta medida.

Mas, o pedido dos fazendeiros mostra, indubitavelmente, que êles não compreendiam, e de modo absoluto, o sacrifício do Govêrno e mais ainda, que nem se preocupavam com a maneira pela qual o Govêrno poderia financiar a despeza.

Por outro lado, e demonstrando êsse mesmo êrro, é corrente, hoje em dia, ouvir-se no Brasil aconselhar a continuação, em carater permanente, da política de destruição dos excessos. E' incontestável que a medida não é possível com qualquer nível de preço. Os lavradores brasileiros sabem perfeitamente que na base atual dos preços, nenhum fazendeiro pensa em abandonar a colheita ou a sua lavoura. Devem saber que a mesma situação existe para os seus concorrentes e que a continuação sistemática da política de destruições na base presente, seria um onus constante para o Brasil em benefício dos concorrentes que, sem nenhum onus, aproveitam—tanto e talvez mais do que o Brasil—os esforços exclusivamente brasileiros.

O imposto federal de 45 milréis de que o fazendeiro se queixa e e a compra, que êle reclama, de seu café, são, realmente, um paradoxo. Ora, não há nenhum meio do D. N. C. comprar café si aquêle

imposto não lhe dêr as importâncias necessarias. E é completamente impossível ao Govêrno reduzir a taxa sem risco para a situação financeira.

Não devem os lavradores esquecer, desde que ainda hoje o café representa 75% da exportação brasileira, que êles constituem um dos grandes elementos da atividade nacional, uma das mais importantes fontes de renda do Estado. São portanto, os fazendeiros que pagam e devem pagar, de qualquer modo, uma grande parte dos esforços que o Govêrno faz por êles.

Chega-se, assim, á conclusão de que, longe de considerar a situação como resolvida, atualmente, por um ou dois anos, é preciso, ao contrário, adotar daqui por diante as grandes linhas de uma política do café que, mantendo a receita do país, permita dentro de alguns anos sair definitivamente da situação falsa em que ainda hoje se encontra o artigo.

A rápida e resumida exposição dos factos, já longamente commentados, deixa-nos esboçar facilmente o quadro do possível futuro.

1 °—O Brasil, principal produtor mundial de café, se vê diante de um excesso anual de produção de muitos milhões de sacas;

2 °—A concorrência comercial efetiva, como a que foi feita em 1933, permitirá ao Brasil—estamos certos—reconquistar uma parte do mercado mundial. Verificar-se-á, então, que o excesso de produção é universal, como sempre dissemos, e não exclusivamente brasileiro;

3 °—Entretanto, subsistirá no Brasil um excesso anual e, na expectativa de um inevitável acôrdo mundial entre os produtores de café, o Brasil deve resolver por si mesmo o seu problema;

4 °—A base atual dos preços (Março de 1934) impede que se pense numa diminuição automática de produção e, no entanto, ella é indispensável;

5 °—A situação financeira do Brasil não permite, no momento, a redução do imposto federal, nem mesmo a sua manutenção por um prazo longo. Esta consolidação tem, aliás, o inconveniente (já observado com as taxas de 5 francos-ouro, do milrêis-ouro e de 3/—) de comprometer perigosamente o futuro;

6 °—Esta mesma situação financeira aconselha a continuação da defesa do câmbio, sendo a estabilidade do milrêis em seu nível atual, mínimo, condição indispensável para o equilíbrio brasileiro.

E' preciso que o fazendeiro se convença de que a defesa do câmbio, feita pelo Govêrno, é vantajosa para toda a economia brasileira, e que êste beneficio não acarreta prejuizo ao lavrador.

Os cálculos extemporâneos de que se serviram certos órgãos de publicidade para determinar o total das supostas perdas sofridas pela lavoura cafeeira em proveito do país, são da mais pura fantasia. Parecem, exatamente, os do especulador que, depois do fato consumado, reclama a differença de uma ordem não executada, sob o pretexto de que o mercado flutuou no sentido desejado.

Não mais se justifica fazer êsses calculos sôbre uma ou outra taxa do milréis: não se sabe o que êle valeria no mercado completamente livre; não se sabe tão pouco quais seriam em milréis os preços do café. Julgamos que seriam idênticos, porque o comprador estrangeiro, si pôde se abster relativamente, quando a mercadoria está por demais cara, não tem, entretanto, quasi nenhuma influencia quando não dispõe mais de grandes estoques. São atualmente os próprios mercados vendedores que fazem a alta ou a baixa. Todos os exemplos da fase posterior á guerra aí estão para o provar. O limite da baixa é o preço de custo. O preço de custo é em milréis. Qualquer que seja o valor dêste, é no produto de um pelo outro que se estabelece o limite-ouro da baixa.

O que limitou a baixa de 1933 foi o preço fixado, para a quota D. N. C., porque era, positivamente, para um grande número de fazendeiros, o preço de produção.

Vê-se claramente que a base de 50 milréis por saca correspondia a um custo interno, função do valor interno do milréis, valor muito superior mesmo á sua cotação no câmbio official, a *fortiori*, ao seu valor no mercado livre.

Pôde-se dizer que uma grande oscilação do milréis teria sido apenas seguida pelo preço em *shillings* do café, sem que os preços dêste em milréis sejam realmente diferentes.

O Govêrno, controlando o câmbio, promoveu um lucro para a economia nacional á custa do comprador estrangeiro de café e não á custa do fazendeiro, nem do exportador.

Não se pôde deixar de aplaudir o Ministro da Fazenda e o diretor da carteira cambial pela política seguida nêste caso.

A estabilidade do milréis é uma das bases necessárias da política financeira do Brasil.

No que diz respeito ao café e á sua superprodução existente, não é possível operar uma melhora da produção sem uma luta comercial baseada num preço em que o lucro desaparece para o produtor mal colocado. Pôde-se, assim, concluir que os elementos necessário á futura política do café são os seguintes:

1°—Continuação da direção nacional pelo D. N. C. E' de desejar que o D. N. C. tenha mais independência em face dos produtores. O exame rigoroso da situação conduz, por outro lado, á certeza de uma distribuição necessária, mais equitativa que a de 1933/34, entre os diversos Estados brasileiros produtores de café, das taxas e das possibilidades de exportação. São Paulo, por muito tempo prejudicado, foi, nêste ano, beneficiado por todas as medidas tomadas. A distribuição deve ser mais igual;

2°—Prosseguimento da luta comercial, evitável, iniciada em 1933, e abrandada atualmente;

3°—Eliminação dos excessos brasileiros, á medida que se apresentem, mas com a condição indispensável, de que não se creem novas despesas para o Govêrno (quotas gratuitas, por exemplo); amortização do descoberto do D. N. C. pela percepção da taxa atual.

E' provável que o Brasil, mantendo-se neste critério, após um período em que novamente terá suportado, só, o sacrifício, receba, finalmente, o prêmio de seu trabalho. Verificar-se-á a melhora da situação do café. Ter-se-á a aprovação, por parte de produtores e consumidores, de inevitáveis acôrdos que a anterior política do Brasil até agora impedira, porque dava ao mundo a impressão de que sendo o problema do café exclusivamente brasileiro, ao Brasil competia resolvê-lo—quando se trata de um problema mundial em cuja solução todos os produtores e todos os consumidores devem colaborar.

INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ

BIBLIOTECA

ESTE VOLUME DEVE SER DEVOLVIDO A BIBLIOTECA NA ÚLTIMA
DATA MARCADA

13-00-26

Modelo N.º 4

779(81)

663.93:338(81)
R543

OR Rogray, Léon

100 café do Brasil em 1934

Este livro deve ser devolvido na última data carimbada

1/21

1702

27

27

29

35

2º exemplar

Prove que sabe honrar os seus compromissos devolvendo com pontualidade este livro à Biblioteca.

Se, findo o prazo de empréstimo (2 semanas), o livro não for devolvido, será cobrada uma multa.

O prazo acima poderá ser prorrogado, caso a obra não esteja sendo procurada por outro leitor.

